

# caletroscópio



Volume 3 | Nº 5 | Jul./Dez. 2015 | Semestral  
Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos da Linguagem  
Universidade Federal de Ouro Preto  
Mariana, MG  
ISSN 2318-4574





**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO**

**REITOR**

Marcone Jamilson Freitas Souza

**VICE-REITORA**

Célia Maria Fernandes Nunes

**DIRETORA DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E  
SOCIAIS**

Margareth Diniz

**VICE-DIRETOR DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E  
SOCIAIS**

Marco Antônio Melo Franco

**CHEFE DO DEPARTAMENTO DE LETRAS**

Leandra Batista Antunes

**COORDENADOR DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS:  
ESTUDOS DA LINGUAGEM**

Clézio Roberto Gonçalves

*Projeto Gráfico*

*Imagem de capa*

*Formato*

Matheus Freitas Gomes

São Jerônimo 1605-1606 · Caravaggio

A4 210 x 297 mm (online)

---

Revista Caletrosκόpio / Programa de Pós-Graduação em  
Letras: Estudos da  
Linguagem da Universidade Federal de Ouro Preto –  
Volume 3, n. 5 (jul – dez 2015) – Mariana: UFOP, 2015  
166 p.

Semestral  
ISSN: 2318-4574

Modo de acesso:  
<<http://www.ichs2.ufop.br/caletroscoPIO/revista/index.php/caletroscoPIO/article/view/47/35>>

1. Linguagem. 2. Memória cultural. 3. Tradução. 4.  
Práticas discursivas. I.  
Universidade Federal de Ouro Preto. Programa de Pós-  
Graduação em Letras.

CDU: 81:82.09

---

**REVISTA CALETROSCÓPIO**

Universidade Federal de Ouro Preto Instituto de

Ciências Humanas e Sociais

Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos da Linguagem

Rua do Seminário, s/n – Mariana/MG

CEP: 35420-000

Tel. (31) 3557 9418

e-mail: caletroscoPIO@ichs.ufop.br

# caletroscópio



Volume 3 | Nº 5 | Jul./Dez. 2015 | Semestral

Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos da Linguagem

Universidade Federal de Ouro Preto

Mariana, MG

ISSN 2318-4574

## **EDITORES**

Alexandre Agnolon (UFOP)

Daniela Oliveira Guimarães (UFOP)

Emílio Roscoe Maciel (UFOP, editor-chefe)

Soélis Teixeira do Prado Mendes (UFOP)

## **ASSISTENTES DE EDIÇÃO**

Érica Faustino da Silva Marins (UFOP)

Juliana da Rosa (UFOP)

Marcus Vinícius Pereira Dores (UFOP)

Matheus Freitas Gomes (UFOP)

## **CONSELHO EDITORIAL**

Abel Barros Baptista (Universidade Nova de Lisboa)

Adail Sebastião Rodrigues Júnior (UFOP)

Alexandre Agnolon (UFOP)

Alexia Teles Duchowny (UFMG)

Ana Paula Antunes Rocha (UFOP)

Ana Zandwais (UFRS)

Antônio Luiz Assunção (UFSJ)

Beth Brait (PUC SP)

Carlos Gouveia (Universidade de Lisboa)

Cilza Bignotto (UFOP)

Clézio Roberto Gonçalves (UFOP)

Daniela Oliveira Guimarães (UFMG)

Dirce Waltrick do Amarante (UFSC)

Eduardo Tadeu Roque Amaral (UFMG)

Elzira Divina Perpétua (UFOP)

Emílio Roscoe Maciel (UFOP)

Eni Puccinelli Orlandi (UNIVAS)

Fábio César Montanheiro (UFOP)

Fábio de Souza Andrade (USP)

Fábio Durão (UNICAMP)

Geoff Thompson (University of Liverpool)

Giacomo Patrocínio Figueredo (UFOP)

Ida Lúcia Machado (UFMG)

Ivanete Bernardino Soares (UFOP)

João Bosco Cabral dos Santos (UFU)

José Carlos de Almeida Filho (UnB)

José Luiz Foureaux (UFOP)

José Luiz Vila Real (UFOP)

Kassandra Muniz (UFOP)

Leandra Batista Antunes (UFOP)

Leonardo Francisco Soares (UFU)

Lorenzo Vitral (UFMG)

Márcia Zimmer (UCPel)

Maria Antonieta Amarante Cohen (UFMG)

Maria Carmem Aires Gomes (UFV)

Maria Clara Versiani Galery (UFOP)

Maria Eduarda Giering (UNISINOS)

Meliandro Mendes Galinari (UFOP)

Mônica Gama (UFOP)

Mônica Magalhães Cavalcante (UFC)

Patrick Charaudeau (Université Paris XIII)

Phablo Roberto Marchis Fachin (USP)

Paulo Henrique Aguiar Mendes (UFOP)

Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz (UEFS)

Rivânia Maria Trotta Sant'Ana (UFO)

Roberto Acízelo (UERJ)

Roberto Leiser Baronas (UFSCar)

Ruth Amossy (Tel-Aviv University)

Sebastião Pinho (Universidade de Coimbra)

Soélis Teixeira do Prado Mendes (UFOP)

Thaís Christófaros-Silva (UFMG)

Vera Menezes de Oliveira e Paiva (UFMG)

Walter Carlos Costa (UFSC)

Wander Emediato de Souza (UFMG)

William Augusto Menezes (UFOP)

## Sumário

- 7      **Editorial**
- 11     **A busca linguística em sincronias pretéritas do português: questões metodológicas**  
*[The linguistic search into old synchronic states of Portuguese: methodological issues]*  
MARIA ANTONIETA AMARANTE COHEN
- 33     **Usos e funções de construções com fato/facto no português: o fato se gramaticaliza?**  
*[Some uses and functions of constructions with fact in Portuguese: evidences of the grammaticalization of factuality?]*  
ANDRÉ LUIZ RAUBER
- 61     **Os sobrenomes dos habitantes de Estrela-RS: um estudo onomástico**  
*[The surname of the inhabitants of Estrela-RS: an onomastic study]*  
KLEBER ECKERT  
MAIQUEL RÖHRIG
- 86     **A atividade de revisão textual: uma análise da proposta de livros didáticos de língua portuguesa**  
*[The process of review / rewrite text: an analysis of the proposed textbooks Portuguese]*  
HELENA MARIA FERREIRA  
FERNANDA APARECIDA DA SILVA
- 107    **A influência do curso de Letras nas crenças do professor de língua estrangeira em formação**  
*[The influence of the Linguistics course on foreign language student's beliefs]*  
ANA CAROLINA SILVA OLIVEIRA
- 121    **Fantasmagorias e fantasmas em Dois romances de Rui Mourão: Boca de Chafariz e Os demônios descem o morro**  
*[Phantasmagoria and phantasm in two novels of Rui Mourão: Boca de chamariz and Quando os demônios descem o morro.]*  
RUTH SILVIANO BRANDÃO

- 137      **Memórias extraviadas e errantes de Belo Horizonte**  
*[Les mémoires égareés et errantes de Belo Horizonte]*  
GEISON ALMEIDA BEZERRA SILVA
- 152      **Lendo Sylvia Plath: poesia e paradigma**  
*[Reading Sylvia Plath: poetry and paradigm]*  
JÚLIA CÔRTEZ RODRIGUES

## EDITORIAL

### À guisa de introdução: Letras e Transdisciplinaridade

Em que pese o fato de se tratar ainda de um periódico acadêmico recente, a linha editorial da *Caletroscópio* mantém, pelo que deixa entrever este número, um forte compromisso no que tange à valorização da *transdisciplinaridade* no campo das Letras. Ora, se, de um lado, pelo que se aqui acabou de dizer, reforça-se a vocação eclética da revista, na contracorrente da hiperespecialização universitária, a fomentar, por seu turno, maior integração entre os ramos da linguística e dos estudos literários; de outro, a *Caletroscópio* passa a constituir-se de fato um relevante contributo ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos da Linguagem da UFOP, haja vista que, em consonância com suas linhas de pesquisa – a saber, *Linguagem e Memória Cultural e Tradução e Práticas Discursivas* –, os artigos compilados neste volume têm como linha de força estudos competentes acerca de temáticas que envolvem, ainda que indiretamente, a memória coletiva e individual – quer no plano da língua, quer no da literatura –, a linguagem em sentido *lato*, inclusive no processo de ensino/aprendizagem de língua, as práticas discursivas e a tradução.

Os autores, independentemente das diferenças teóricas e mesmo de área, debruçarem-se fortemente sobre o resgate, muitas vezes difícil – porque tudo é ruína – do passado por meio da linguagem, seja, por exemplo, mediante a reconstrução do simbólico coletivo, verdadeiro demiurgo de mitos, seja mediante a análise da língua, tanto no âmbito da reconstrução, quase arqueológica, dos processos histórico-sociais; quanto no âmbito, pantanoso amiúde, da linguística histórica, em que os autores, aventurando-se no processo diacrônico da língua, que também é vetor de complexas transformações sociais e históricas, demonstram a importância dessa área para as letras, já que potencializam a complexidade do fenômeno linguístico: a língua não é simples *medium* de comunicação, mas sofisticado sistema de signos que, imiscuindo-se no intrincado jogo das relações sociais, acompanha de perto as mudanças históricas, de modo que passa, assim, a servir de contributo a outros ramos da linguística, como a sociolinguística, a sintaxe e a semântica. As práticas discursivas e a tradução também ocupam lugar destacado,



encetando também contribuições importantes para os respectivos campos de estudo, já que os artigos aqui reunidos pressupõem, de um lado, a fundamental centralidade da linguística aplicada para o ensino da produção textual; e, de outro, da tradução não como mero exercício linguístico, mas, sim, como etapa essencial, do ponto de vista hermenêutico, da análise de poesia em língua estrangeira.

O volume abre com o artigo de Maria Antonieta Amarante Cohen, intitulado *A busca linguística em sincronias pretéritas do português: questões metodológicas*. A autora toma como elemento centrípeto da discussão que busca ensinar a *Grammatica de língua portuguesa* de João de Barros, cuja *editio princeps* data de 1540, não sem antes esboçar um muito competente balanço crítico dos estudos relacionados à diacronia no Brasil. Além da contribuição das “sincronias pretéritas” para o estudo dos desenvolvimentos diversos das variedades do português, o mérito do artigo subjaz em evitar o anacronismo, na medida em que, para se estudar gramáticas do passado, é de fundamentação importância a reconstituição de suas referências culturais. Ademais, o estudo propõe, para o futuro, a feitura de uma edição semidiplomática da *Grammatica* de João de Barros.

O estudo da diacronia é mais uma vez objeto de estudo neste número. Desta vez no artigo de André Luiz Rauber, intitulado *Usos e funções das construções fato/facto no português: evidências da gramaticalização da factualidade?*. O objetivo principal do autor é, a partir de um estudo comparativo entre o português europeu e brasileiro, discutir o uso de *fato/facto*, com vistas a demonstrar o processo de gramaticalização da expressão. Trata-se de estudo bastante arrojado que, além compulsar relevante repertório bibliográfico, aborda a estrutura *fato/facto*, em virtude de seu étimo em *faz*, em sua especificidade semântica e morfossintática, revelando, por seu turno, suas faculdades polissêmicas e multifuncionais.

Kleber Eckert e Maiquel Röhrig, no artigo *Os sobrenomes dos habitantes de Estrela-RS: um estudo onomástico*, tomando como perspectiva de estudo a onomástica e a antroponímia, têm como alvo tratar dos sobrenomes, principalmente de origem germânica, da população do município de Estrela, no Rio Grande do Sul. O trabalho, bastante interessante, consegue em linhas gerais construir, a partir da origem dos sobrenomes, um eficaz mapeamento dos processos histórico-sociais atrelados à imigração europeia na região, principalmente porque constrói espécie de esboço do lugar social

ocupado pelos imigrantes em seu país natal cujos sobrenomes, na antiga origem, guardavam a memória do desempenho de certas profissões, como parece ser comum na área germânica.

Em *O processo de revisão/reescrita textual: uma análise da proposta de livros didáticos de Língua Portuguesa*, Helena Maria Ferreira e Fernanda Aparecida Da Silva, na perspectiva própria da linguística aplicada, propõem um estudo bastante propositivo de livros didáticos de língua portuguesa no que se refere à sua proposta de ensino da produção textual, levando em consideração a importância da revisão/reescrita no ambiente escolar. As autoras percebem diversos problemas nos materiais didáticos objetos do estudo, já que eles cumprem tão-somente de modo parcial a integração entre produção de texto e revisão/reescrita textual, aspecto este fundamental para o ensino de língua portuguesa.

O estudo de Ana Carolina Silva Oliveira, intitulado *A influência do curso de Letras nas crenças do professor de língua estrangeira em formação*, trata do modo como a formação em Letras interfere nas crenças prévias de quem tem o licenciando na imagem do professor de língua estrangeira. A autora, conjugando material provindo de relatórios de estágio supervisionado e bibliografia teórica, demonstra que, em que pese a permanência ainda de certo imaginário relacionado à prática do profissional em questão, o curso é capaz de refinar e instigar o graduando a refletir acerca de sua prática docente, em virtude da bagagem teórico-cultural propiciada por sua formação em Letras.

Em *Memórias extraviadas e errantes de Belo Horizonte*, Geison de Almeida Bezerra da Silva põe no centro do debate o que denomina “disputa simbólica” entre o discurso oficial e aquele ensejado por poetas e artistas acerca da capital mineira. Ainda que o referido tom agonístico crie, em princípio, a impressão de apagamento do discurso do outro ou mesmo toque em questões importantes para a delimitação da ideia do cânone, é fato que a demonstração do autor leva a crer que Belo Horizonte pode ser comparada a uma *polis*: mais do que representação do ordenamento urbano, os diversos discursos, centrais e periféricos, contribuem para a formação, à maneira de um mosaico, do universo espiritual da cidade.

No diligente artigo de Ruth Silviano Brandão – *Fantasmagorias e fantasmas em dois romances de Rui Mourão: Boca de Chafariz e Quando os demônios descem o morro*, a leitura da autora, que expertamente conjuga, no esforço analítico, autores da

envergadura de Benjamin e Luciano, ligando, portando, duas pontas da crítica intelectual separadas por séculos, propõe-se a estudar o caráter polissêmico e polifônico dos fantasmas de Rui Falcão presentes na tessitura ficcional de seus romances que, à maneira de um curto-circuito, promovem o entrecruzar de fantasmagorias, barroco mineiro, história e melancolia.

O volume se encerra com *Lendo Sylvia Plath: poesia e paradigma*, em que Júlia Côrtes Rodrigues problematiza, com fina argumentação, a relação que a crítica amiúde estabelece entre a obra da poeta e o tom confessional de autores como Robert Lowell e Anne Sexton, propondo uma leitura alternativa, tomando como ponto de partida a análise do poema *Lady Lazarus*, que colabora para a ampliação do leque de possibilidades de compreensão dos poemas de Sylvia Plath, privilegiando, pois, o diálogo que perfaz com Auden e T. S. Eliot. Além da análise, que conta ainda com farto balanço bibliográfico, a autora traduz em língua portuguesa o referido poema de Plath: ainda que, em alguns momentos, evite o ritmo cadenciado e comedido da dicção do original, a tradução possui muitas qualidades, sobretudo porque mantém os cortes sintáticos bruscos dos versos mediante sucessivos *enjambements*.

Os editores

**A BUSCA LINGUÍSTICA EM SINCRONIAS PRETÉRITAS DO PORTUGUÊS:  
QUESTÕES METODOLÓGICAS**

***The linguistic search into old synchronic states of Portuguese:  
methodological issues***

*Maria Antonieta Amarante de Mendonça Cohen\**

**RESUMO:** Neste artigo discutimos questões relativas aos dados que temos utilizado no Brasil na pesquisa diacrônica da língua portuguesa, que necessariamente envolve dados de sincronias pretéritas dessa língua. Discute-se sobre os tipos de texto que se prestam a buscas na língua antiga e nesses incluímos como necessária a consulta e a análise detalhadas das antigas gramáticas do português, entre os séculos XVI e XIX. É dado destaque à *Grammatica da Lingua Portuguesa* de João de Barros, para a qual se propõe uma nova edição, com a finalidade da posterior pesquisa linguística. Conclui-se que todas as questões metodológicas levantadas são pertinentes à área de estudos diacrônicos, independente do modelo teórico escolhido.

**Palavras-chave:** Linguística Histórica; Metodologia; Português Antigo.

**ABSTRACT:** *In this paper methodological issues related to the Old Portuguese data employed in diachronic research in Brazil are thoroughly discussed. The synchronic description of these old states of the language is taken as a necessary step to reach the diachronic goal. What sort of texts are useful to this type of search is also a relevant question and one necessarily includes among them the information given by the Old Portuguese grammars, between the 16th and 19th centuries. Special attention is given to the Grammatica da Lingua Portuguesa, by João de Barros, for which a new edition suitable for linguistic research will be prepared. To sum up: all these methodological aspects of the diachronic research must be taken into consideration by the researcher regardless the theoretical framework adopted.*

**KEYWORDS:** *Historical Linguistics; Methodology; Old Portuguese.*

---

\* Doutora em Linguística Histórica, professora titular de Filologia Românica da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil – tilah@letras.ufmg.br

## 1. Introdução

Existem ainda muitas lacunas a serem preenchidas na metodologia de investigação da história das línguas em geral e da língua portuguesa em particular, que aqui focalizamos. Na história dessa última, ainda alguns recortes são necessários, do ponto de vista de nós brasileiros que disso nos ocupamos: a história da língua portuguesa *no* Brasil, que culmina na história da língua portuguesa *do* Brasil, e a relação de ambas com a história que lhes é comum até o descobrimento da terra brasileira. Do latim vulgar até a formação do português no oeste da península ibérica e sua expansão ultramarina: esta é a parte comum da nossa história com o português de Portugal.

A partir daí, tem lugar um longo processo de difusão e implementação do português de Portugal nessas terras, uma história multilíngue em que são atores não apenas o português, mas as línguas autóctones e outras que aqui vêm chegando. Ouso dizer que conhecemos pouco sobre os desenvolvimentos do português em Portugal (e nas suas ex-colônias) depois dos descobrimentos, embora mudanças e inovações paralelas sejam sempre esperadas.

Dentro desse quadro de investigação histórica do português, que inclui os dados linguísticos e suas análises, vimos neste artigo ressaltar o papel que as gramáticas antigas podem ter como um recurso complementar para se conhecer estados pretéritos dessa língua.

As gramáticas antigas, a partir de Fernão de Oliveira e João de Barros, são pouco utilizadas por nós brasileiros, linguistas diacronistas que pesquisamos a história da língua portuguesa. No entanto, julgamos indispensável incluí-las na revisão bibliográfica que sempre se faz sobre os temas pesquisados e sobretudo interessa-nos discutir de que maneira as informações que essas veiculam podem ser utilizadas em benefício das pesquisas que lidam com dados de tão difícil acesso e interpretação como os de estados pretéritos das línguas.

Antes de falarmos das gramáticas propriamente, considerações sobre alguns conceitos fundamentais das análises diacrônicas são necessários: não é sem razão que se mencionam os termos *diacronia* e estados pretéritos de língua, ou seja, *sincronias pretéritas*, uma vez que ao se fazer a história das línguas é latente a ideia de que o estudo de mudanças linguísticas deriva da comparação de estados sincrônicos de

línguas, cuja profundidade de tempo pode variar. Para formalizar tal ideia citamos a emblemática conceituação de linguística histórica colocada por Bynon (1977)

A linguística histórica procura investigar a maneira pela qual as línguas modificam ou mantêm suas estruturas no decurso do tempo; seu domínio é a linguagem no seu aspecto *diacrônico*. (...) é possível abstrair a estrutura gramatical da língua de cada período a partir dos documentos e assim uma série de gramáticas sincrônicas podem ser propostas e comparadas. As diferenças em suas estruturas sucessivas podem ser interpretadas como um reflexo do desenvolvimento histórico das línguas. Nesse sentido, a linguística diacrônica pode ser considerada secundária à sincrônica, uma vez que o linguista histórico deduz as mudanças que a língua sofreu por meio da comparação de gramáticas sincrônicas sucessivas. (BYNON, 1977, p. 1-2).<sup>1</sup>

O necessário acesso a dados de língua antiga é difícil: é como se pegássemos um grão de feijão com uma luva grossa!

Para melhor situar nossa questão, apresentaremos um breve comentário sobre a linguística histórica e os dados utilizados por diacronistas no Brasil.

## 2. A linguística histórica e seus dados

Vários são os trabalhos, desde o final da década de 1980, quando no Brasil a linguística histórica recupera o lugar que tinha perdido aos estruturalismos, que se utilizam de dados reais de língua, tanto presente e pretérita, para desenvolver seus estudos de mudança linguística – um dos eixos de que se ocupa esta subárea - o outro sendo o da preservação das estruturas através dos tempos. Esses *dados reais de língua* vieram em oposição aos *dados criados por introspecção*, típicos da gramática chomskiana.

Muitos são os pesquisadores que têm se debruçado sobre a árdua tarefa da edição de textos em língua portuguesa antiga, seja lusitana, seja brasileira, com o intuito de fornecer dados confiáveis para a pesquisa linguística. Tal renovação foi ainda prolongada pelo advento das facilidades da internet.

---

<sup>1</sup> No original: “ Historical linguistics seeks to investigate and describe the way in which languages change or maintain their structure during the course of time; its domain therefore is language in its *diachronic* aspect.(...) it is possible to abstract the grammatical structure of the language of each period from the documents and in this way a series of synchronic grammars may be set up and compared. The differences in their successive structures may then be interpreted as reflecting the historical development of the language. In this sense diachronic linguistics may be said to be secondary to synchronic linguistics, since the historical linguist deduces the changes that a language has undergone from the comparison of successive synchronic grammars.”(BYNON, 1977, p.1,2)

Como se sabe, a partir dos anos 1980 o interesse por estudos históricos e diacrônicos teve novo impulso na linguística brasileira, muito, mas não exclusivamente, como decorrência dos trabalhos de sociolinguística de William Labov, em que os estudos de mudança linguística dos vernáculos atuais conduziram a uma consulta a estados pretéritos dessas línguas. Os trabalhos de Labov trouxeram acoplados a si a metodologia de quantificação de dados desenvolvida inicialmente por Cedergern; Sankoff (1974), programa estatístico que demanda *bons dados, bem coletados* e adequadamente inseridos.

Trazemos em seguida alguns comentários, por assim dizer, clássicos sobre os estudos históricos no Brasil, para nos darmos conta de quão rapidamente os estudos diacrônicos<sup>2</sup> caminharam nesses últimos 30 anos.

Vindo ao encontro da *fênix renascida*, a linguística histórica, como o colocou Tarallo na década de 1980, a edição crítica de textos passa também no Brasil por uma fase de renovação, trazendo novas lições para os textos antigos e modernos.

A principal razão de se estar editando, nestes últimos tempos, textos não-literários em língua portuguesa deve-se certamente à recente retomada dos estudos diacrônicos do português, a qual data de meados da década de oitenta. Dessa época para cá, cresceu e intensificou-se muito o interesse pelo estudo da história do português, mais ainda pela história do português do Brasil (cf., por exemplo, os estudos sobre o português brasileiro realizados sob a orientação de Fernando Tarallo e publicados sob o título de *Português brasileiro: uma viagem diacrônica* (1993)). Com o objetivo de ampliar o corpus para a investigação da história da língua portuguesa através da edição de textos de diversos tipos, muitos pesquisadores têm se debruçado sobre cartas pessoais, diários, roteiros de viagens, processos judiciais e outros tantos textos que documentam o uso da língua em diferentes momentos de sua história. (MEGALE; CAMBRAIA, 1999)

Leia-se também Mattos e Silva (1999):

Na Universidade Federal de Minas Gerais, encontra-se sob os cuidados de Maria Antonieta Cohen edição das cartas pessoais de Catarina de Bragança, Rainha da Inglaterra (séc. XVII). Na Universidade Estadual de Feira de Santana - Bahia, tem-se notícia da preparação de edição diplomático-interpretativa de documentos do século XIX relativos à compra de escravos que integram o acervo do Centro de Estudos Feirenses da referida universidade, edição executada por Aldo José Morais Silva, Cledson José Ponce Morais e Lucidalva Correia Assunção. (MATTOS e SILVA, 1999)

---

<sup>2</sup> Não é nossa intenção fazer uma resenha da *intensa produção* da linguística histórica no Brasil a partir dos anos 1980, mas apenas situar o nosso interesse num contexto maior.

Demos continuidade, nessa década, a pesquisas sobre textos já editados, como o *Leal Conselheiro*, a *Carta de Caminha* – que foi objeto de uma nova versão por Cunha; Megale; Cambraia (1999), e muitos outros, que vieram a constituir bancos de textos, como o *Banco de Textos para Pesquisa em Linguística Histórica- BTLH-*, que consta dos textos com que trabalhei nos anos 1980: várias dissertações se valeram desse banco de textos, numa época em que a busca não era facilitada como hoje, pelos softwares, que começam a surgir nos anos 1990. Muitos outros bancos de textos, edições, mais completas e mais sofisticadas se seguiram.

A partir dos meados dos anos 1990, começam a surgir no Brasil softwares, editores de texto, de início mais utilizados por lexicógrafos, que permitem a busca e a quantificação de dados em variadas formas. O progresso tecnológico da área da informação, portanto, muito favoreceu os estudos da linguagem, não só com os processadores de textos, mas também com a Internet, através da possibilidade de disponibilização de dados linguísticos num volume tal e com tal velocidade inconcebíveis há 30 anos atrás. Nesse sentido, deve-se relativizar a famosa citação de Labov de que a linguística histórica é a arte de se fazer o melhor uso de maus dados: os dados pretéritos – e mesmo os contemporâneos – não são mais “maus dados”, dada a facilidade de seu armazenamento, busca e processamento que os novos softwares tornam acessíveis. No entanto tal velocidade não nos isenta de buscar dados editados com critérios disponíveis ao leitor/pesquisador, para que se saiba se alterações foram ou não feitas naquele porventura raro texto a que se tem rápido acesso. Ou seja, o fato de estar disponível na mídia eletrônica não isenta os editores de se utilizarem de critérios confiáveis de edição.

São incontáveis os bancos de textos, de dados, que foram criados e que se prestam a pesquisas de estados pretéritos das línguas, em especial o português. Não vamos citá-los aqui, mas pode-se com segurança afirmar que do sul ao nordeste, passando pelo sudeste, centro-oeste, há bancos de textos de dados de língua antiga escrita no Brasil. Destacam-se os *corpora* dos grandes projetos como os utilizados pelo projeto Para a História do Português Brasileiro, mas há muitos outros paralelos a esses sendo trabalhados e cuidadosamente montados, de extensão variada. Aqui em Minas, temos e tivemos vários projetos sobre o português mineiro, que em maior ou menor grau, acabam por tratar de mudanças linguísticas e de língua antiga.



No último Congresso Internacional de Linguística Histórica, em Santiago de Compostela, em julho de 2015, pode-se dizer que 70% dos trabalhos versou sobre a importância dos dados, seu armazenamento e busca através de softwares cada vez mais detalhados e sofisticados. Os inúmeros trabalhos e sessões nesse encontro dedicados aos dados de língua antiga mostram a importância que a coleta e armazenamento de dados alcançou após o advento da internet, dos avanços da informática, dos softwares. Nossas áreas foram muito beneficiadas por este avanço. Temos indubitavelmente entrelaçadas na atualidade a filologia, como edição de textos e a linguística histórica, contato facilitado e viabilizado pela evolução dos recursos eletrônicos e midiáticos.

Também como parte dos *dados* estão os trabalhos de lexicografia que dicionarizam dados de períodos antigos da língua portuguesa, como o de Machado Filho (2013) e outros em elaboração. Reconhecemos sua importância para os estudos diacrônicos, mas não os detalharemos, por serem por si só uma área muito especializada, com objetivos específicos, que foge, no momento, às nossas preocupações metodológicas.

### **3. A entrada nas questões históricas, a volta à língua antiga**

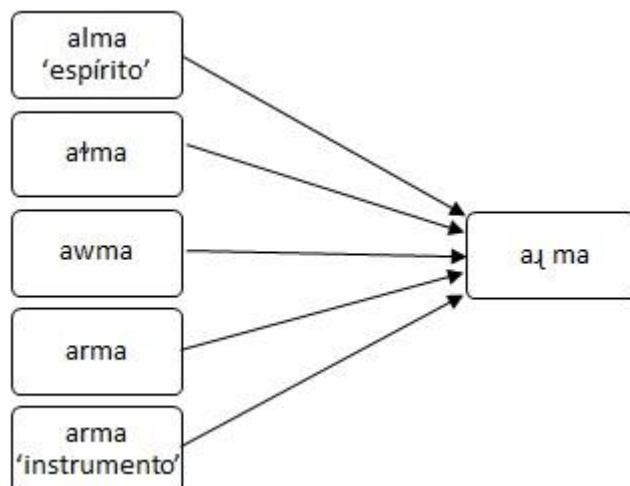
No Brasil, um dos caminhos que nos leva à investigação diacrônica da língua portuguesa que aqui existe pode ser o que começa com a identificação de algum traço do português brasileiro contemporâneo, seja regional, seja mais abrangente, que por nos proporcionar algum tipo de *estranhamento* (TARALLO, 1990; COHEN, 2000) acaba por nos levar a sincronias passadas e através de sua comparação iluminar um processo de mudança linguística. Como se sabe, é um vai e vem, que começa na contemporaneidade, volta ao passado e retorna ao presente.

Como traço regional, sirva de exemplo o fenômeno da ausência do artigo definido diante de antropônimos, que embora variável, caracteriza a fala de uma área, a Zona da Mata do estado de Minas Gerais. Essa variabilidade já foi exaustivamente estudada em dissertações de mestrado e teses de doutorado na Universidade Federal de Minas Gerais (mas não somente, há trabalhos de cunho semelhante em outros grupos de outras universidades brasileiras), mas há ainda o que se explicar, uma vez que o artigo definido é, como se sabe, uma inovação românica, não tendo existido como tal na língua latina. Tem-se, aí, portanto, uma possibilidade de entrada às questões diacrônicas, em

uma profundidade de tempo a ser estabelecida: como se dá a criação do artigo definido nas línguas românicas (tema também já explorado por romanistas) *e como é a sua difusão*, no nosso caso, *no português do Brasil*, um país da România Nova.

Como exemplo de fenômeno um pouco mais abrangente, temos a variação estável e constante das pretônicas *i~e*, em pares como *menino~minino*, e *o~u*, como em *morango~murango*, também já bastante trabalhada em diversos projetos de pesquisa, teses, etc – fenômeno variável no português do Brasil, e que remonta a estados mais antigos da língua. Não é sem surpresa que se encontra a forma *minino* grafada com *i* em textos do século XVI e anteriores. A oscilação ortográfica certamente há de revelar algum fenômeno linguístico, que seja o da variação *i~e* ou *o~u* em posição pretônica em fases bem antigas do português. Este fato pode alterar nossas hipóteses sobre o fenômeno no português brasileiro contemporâneo.

Outro fenômeno contemporâneo que conduz ao exame estados de língua mais antigos, uma inovação brasileira, ausente de outras línguas românicas, é a presença do ERRE retroflexo na área do chamado dialeto caipira, em franca expansão nas faixas etárias mais jovens em várias localidades no Brasil (sul-sudeste-centro-oeste). Muitos são os trabalhos que tratam deste tema, que além de terem, em suas agendas, a tarefa de explicar seu surgimento no português no Brasil, qual seja, de como um ERRE não retroflexo, seja o tepe, o velar, o glotal, torna-se um retroflexo, em que ambientes e por que, envolve também o processo de desfonologização do l alveoar, por nós estudado (COHEN; MENDES, 2011), quando este se rotaciza realizando-se como um ERRE retroflexo, como em ‘alma’ ‘espírito’, que na fala rural confunde-se com como ‘aɰma’ ‘arma’ de fogo, revólver, faca, etc, num processo de convegência em favor do rótico. Tal fusão do ELE com o ERRE na realização retroflexa é uma mudança linguística, encaixa-se dentre os fenômenos de rotacismo e de retroflexão, sendo uma desfonologização do l alveolar ao mesmo tempo aumentado o leque de variação dos róticos.



No nome *Adałberto* (que tem como variantes o ł ou o w), verifica-se essa neutralização em favor do ERRE retroflexo: tanto o ERRE o ELE podem realizar-se como ɾ: *Adaɾbeɾto*.

Relacionar essa mudança à história dos róticos e das laterais líquidas em estados mais antigos do português, além de estudá-la no português brasileiro, pode lançar luz sobre o processo como um todo. Dados dos róticos no galego e no português europeu antigo talvez possam ajudar no quebra-cabeças.

Há outras maneiras de se dar início a um estudo diacrônico de fenômenos do português do Brasil: a partir da tarefa de leitura e edição de textos antigos debruça-se sobre um dos fenômenos que ressaltam dos textos, seja por sua alta frequência de ocorrência, seja por sua excepcionalidade. Tal é o caso de um estudo da próclise pronominal (MELO; COHEN, 2014) que teve seu início através da leitura e edição de um texto do português europeu do século XVII: as cartas da rainha Catarina de Bragança a seu irmão D. Pedro (COHEN; LIMA, 2009); (COHEN; CATÃO; MELO; 2012), que estão sendo editadas. Dada a alta frequência da próclise neste texto, iniciou-se e está em andamento um estudo mais abrangente sobre a próclise pronominal em textos do século XVII, tanto europeus, quanto escritos no Brasil. Um cotejo com textos brasileiros contemporâneos fará parte do estudo, vindo a configurar-se como um estudo sobre a história da próclise pronominal no português brasileiro.

Esses fenômenos, e outros, levam-nos a uma busca histórica, a uma volta a estados pretéritos dessa língua, com todas as limitações inerentes a tal tarefa.

#### 4. A natureza dos dados

Como se vê, nessas voltas ao passado, os dados fidedignos são de fundamental importância e é necessário que se lhe dê um tratamento adequado. Este tipo de enfoque da pesquisa diacrônica e seus dados já foi por nós colocado anteriormente em COHEN (1996) e vimos trabalhando segundo essa linha de pensamento, com ajustes. Repetimos aqui parte de nossa argumentação à época, que no nosso entender e pela nossa experiência mostrou-se correto:

Venho trabalhando na Linguística Histórica, no que se refere aos dados, dentro de uma orientação a que cheguei, primeiramente, por ensaio-e-erro, e que agora tem suporte no pensamento de Becker: os dados da língua antiga devem fazer parte de um texto que contenha unidade temática, que possa ser datado, do qual se conheçam o contexto de produção, se apógrafo, autógrafo, tradução, etc., ou seja, informações que nos permitam verificar a fidedignidade do texto em questão e inseri-lo no contexto que o produziu. As limitações do trabalho diacrônico são tantas que não se pode abrir mão de informações que possam nos facilitar o acesso à língua antiga.

As questões fundamentais de qualquer análise diacrônica envolvem a problemática dos dados das línguas pretéritas. Como coletá-los? Como ter acesso a essa língua? É suficiente que sejam pinçados exemplos da língua antiga? Advogamos o rigor e disciplina na coleta dos dados, dentro do que Geertz (1983) chamou de um “ideal de explanação” que opera através de “casos e interpretações”, “ideal de explanação de casos e interpretações”. Neste o rigor e a disciplina provem dos casos particulares, do textos-nos-contextos, não das leis, regras. (COHEN, 1996)

Ainda do mesmo texto:

O outro “ideal de explanação” seria o de “leis e exemplos”, em que o rigor se encontra na teoria, no sistema de axiomas dos quais as hipóteses são uma parte. Neste último os exemplos são selecionados para dar suporte e provar as hipóteses. Não se escolhe um mau exemplo. Os exemplos são ajustados, simplificados, tirando-se dos mesmos os detalhes irrelevantes. (COHEN, 1996)

Não trataremos aqui desse último tipo de pesquisa que parte de um modelo teórico com axiomas e questões predefinidas. Embora seja também uma interessante frente de trabalho, a necessidade de dados fidedignos prevalece, pois dados sofríveis não ajudam qualquer tipo de análise.

Curiosamente, há uma afluência de estudos sobre a colocação dos clíticos na história do português, tanto brasileiro, quanto europeu que procedem, no entanto, de outras orientações teóricas, mas que igualmente precisam de dados bem coletados, armazenados e interpretados.

Voltando aos corpora: na maioria das pesquisas contemporâneas da área diacrônica, preferência tem sido dada aos corpora de textos fidedignos, criteriosamente armazenados segundo normas da edição crítica de textos. Tais textos, muitas vezes inéditos, revestem-se da maior importância para os estudos diacrônicos, uma vez que podem revelar características novas sobre a língua portuguesa de períodos pretéritos e assim contribuir para o avanço de nosso conhecimento desses estados de língua.

Como já observamos, muitos são os projetos assim desenvolvidos no Brasil, nos últimos vinte anos ou mais, que estiveram empenhados em descrever e explicar mudanças linguísticas ocorridas e detectadas da comparação de dados de duas ou mais sincronias. Toda uma metodologia de abordagem a esses dados tem sido desenvolvida, levando em conta a fidedignidade das edições e transcrições feitas ou utilizadas, usadas, segundo critérios da crítica textual. Conseqüentemente o estudo dessas mudanças que levam em conta dados de tal tipo de fonte dar-se-á “no âmbito do leitor/escritor e não do falante/ouvinte”, conforme Cohen (1996). O diacronista não tem condições de testar suas hipóteses com falantes da época em que o texto sob análise foi escrito, diferentemente de um pesquisador de língua contemporânea. Paralelo a isso, é preciso destacar que ao estudo diacrônico sempre subjaz uma questão, seja de forma explícita ou implícita: qual o grau de representatividade que os textos escritos têm da língua do período em que foram exarados e mais, em que medida podem representar a língua que se falava à época. A classificação de textos pretéritos por gêneros ou tipos textuais vem, de certa forma, minimizar essa incompletude dos dados pretéritos, mas outros procedimentos podem ser invocados para suprir lacunas.

Outra questão a que se chega da *lide* com dados antigos versa sobre o valor que o texto politemunhal tem para nosso tipo de pesquisa: como devem ser editados tais testemunhos para fins de estudo linguístico?

Considerar o testemunho de gramáticos de épocas pretéritas – do século XVI ao século XIX – pode contribuir, direta ou indiretamente, para minimizar essas questões.

## **5. Casos particulares**

Há muitos trabalhos (na UFMG, na UFBA, na USP e outras) que fornecem dados fidedignos para a análise linguística (Cf. MEGALE; TOLEDO (2006), LOBO (2001) e outros mais recentes, OLIVEIRA; SOUZA; SOLEDADE (2009) e outros).

Em Minas Gerais destaca-se o trabalho pioneiro de Alkmim; Chaves (2002), com a transcrição e publicação em CD de uma edição facsimilar e semidiplomática das *Cartas pessoais do Acervo Histórico de Monsenhor Horta*.

A dissertação de mestrado de Elaine Chaves utiliza esses dados acrescidos de outros: *A implementação do pronome "você": a contribuição das pistas gráficas* (2006). A autora foi especialmente feliz ao dar o nome de “pistas gráficas” às informações que a língua escrita pode fornecer sobre a língua da época, o século XIX.

Vou citar três teses da UFMG que trabalharam com textos antigos: a de Maria Auxiliadora da Fonseca Leal, *A variação do complemento [De+infinitivo]~[ + infinitivo] na história do português* (2005), que baseou-se em textos já publicados, mas já utiliza um software que à época estava na moda, o Wordsmith Tools, e duas que transcreveram textos inéditos: a de Aléxia Duchowny: *DE MAGIA (Ms. Laud Or. 282, Bodleian Library): Edição e Estudo* (2007) e a de Soélis Teixeira do Prado Mendes, *Combinações Lexicais Restritas em Manuscritos Setecentistas de Dupla Concepção Discursiva: Escrita e Oral* (2008). Ambas exploraram documentos que elas mesmas transcreveram e analisaram, fazendo o duplo papel de filólogo e linguista.

Duchowny (2007) trabalhou com aspectos da fonologia portuguesa medieval, português europeu, portanto, e Mendes (2008) com combinações lexicais restritas do português escrito no Brasil colônia, século XVIII.

Mendes além dos textos transcritos consultou a gramática de Amaro de Roboredo, de 1619, *Methodo Gramatical para todas as Linguas* (1611), e João de Barros, ambos anteriores, portanto ao período dos textos que investigava, que eram do início do século XVIII.

Mais recentemente, em 2008, o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG) publicou em cópia digitalizada 5 CD-ROM, com os documentos que existem nesse Instituto, sob os cuidados de Maria Cândida Seabra.

Em 2013, Aléxia Duchowny e Sueli Coelho supervisionaram a edição de documentos do século XVIII, de Diamantina.

Tal é a situação da coleta de dados no Brasil: as fontes são consideradas fidedignas, os documentos são cuidadosamente transcritos seguindo normas que vão se aperfeiçoando a cada nova edição, que exigem um estudo à parte.

Há um traço comum a essas edições: a maioria são transcrições de documentos monotestemunhais. Se há, portanto, necessidade de se confirmar algum fenômeno linguístico duvidoso neles encontrado é mister que se consultem outros documentos da mesma época. Caso o texto seja politestemunhal, o escopo da variação das formas pode ser maior e os próprios testemunhos dirimirem as dúvidas.

Portanto, essa tem sido a metodologia, mas pouca ou nenhuma atenção tem sido dada ao testemunho dos gramáticos coetâneos aos textos transcritos como uma forma de complementar os dados e mesmo aprender sobre as reflexões gramaticais dessas épocas. Muito certamente os portugueses tenham, mais do que nós, brasileiros, a prática de consulta às gramáticas antigas, como se lê em Martins (1994)

Nilzete da Silva Rocha (2009, p. 28), em sua dissertação de mestrado, destaca Amaro de Roboredo como um importante gramático português da primeira metade do século XVII, por ter prescrito regras e proposto o ensino da língua por meio da frase, embora não tenha tratado da classificação e das partes do discurso, nem apresentado estudos sintáticos em sua obra *Porta de línguas*. Roboredo, assim como os demais gramáticos lusos que o antecedem, não se ocupou em descrever e/ou prescrever as regras de colocação dos clíticos.

Precisamos explorar mais essas gramáticas, foi o legado do *Simpósio Fernão de Oliveira*: a semente lançada por este simpósio, em 2007, na Universidade Estadual de Campinas/SP, Brasil, e posterior publicação de Abaurre; Pfeiffer; Avelar (2009). *Fernão de Oliveira. Um gramático na história*, incitaram-nos a essa busca: após os estudos iniciais sobre Fernão de Oliveira e Duarte Nunes de Leão, iniciamos um projeto sobre a gramática de João de Barros, como se sabe, das mais estudadas pela tradição portuguesa, por autores tais como Buescu (1971) e outros mais antigos, como Figueiredo (1793) e (1792) e mais modernamente, quanto às questões ortográficas, Gonçalves (2003), dentre outros. No Brasil destaca-se o trabalho de Leite (2007), também dentre outros que examinam a historiografia gramatical portuguesa.

## **6. O testemunho dos gramáticos antigos**

Em trabalhos anteriores Cohen (2013), Cohen, (2015a), Cohen (2015b); Melo; Cohen (2014) e no sentido de aperfeiçoar essa busca de dados fidedignos da língua pretérita, vimos discutindo sobre o valor das gramáticas antigas do português para a pesquisa diacrônica que vem sendo realizada no Brasil.

O testemunho dos gramáticos antigos, a partir do século XVI, sobre as estruturas em análise, é pouco utilizado. A historiografia linguística tem se ocupado das gramáticas antigas, mas os diacronistas brasileiros, com raras exceções, não lançam mão, regularmente, em suas pesquisas, de informações que essas trazem sobre períodos pretéritos da língua portuguesa.

Embora fosse tradição dos estudos linguísticos fazer uma revisão do que a gramática tradicional dizia sobre determinado fenômeno que queríamos estudar, o mesmo não se manteve para as pesquisas com estados pretéritos de línguas. Nós como que nos esquecemos do testemunho dos gramáticos antigos numa pretensa suposição de que não contribuiriam em nada ou mesmo por desconhecimento.

Cito, a título de exemplificação, algumas dissertações, da UFMG, que eram, na verdade, minitese, dado o aprofundamento das questões tratadas, bem como da metodologia e modelo teórico utilizados, ainda da era da gramática gerativo-transformacional que dominava os cursos de mestrado no Brasil (anos 1970 e 1980). A estrutura dessas dissertações contemplava sempre uma revisão do fenômeno estudado à luz do que na época chamávamos gramática tradicional, para opor esses estudos aos da linguística moderna: havia sempre um *estado da arte* sob o ponto de vista da gramática, e depois o dos estudos linguísticos. Íamos, quando muito, a Said Ali, nunca a Cláudio Brandão, para citar um mineiro, e nunca aos antigos mesmo, de antes do século XX:

*A Supressão de Constituinte Coordenado em Português* (1977, Francisco De Filipo)

*Movimento de Sintagma Nominal Interrogado em Português* (1978, Maria Beatriz Decat)

*A Posição do Sujeito em Português* (1979, Vanda de Oliveira Bittencourt)

*Sobre Interrogativa Indireta em Português* (1982, Daniel Alvarenga)

*Sobre a passiva em alemão* (1982, Eliana Amarante de Mendonça Mendes)

e muitas outras.

Tal metodologia, de consulta às gramáticas, não foi seguida nas pesquisas diacrônicas e nos deixaram uma lacuna quanto a possíveis informações relevantes sobre períodos passados da língua portuguesa.

Depois dessa época houve também um modismo trazido das universidades estrangeiras: não se faz resenha bibliográfica dos temas em estudo, mas vai-se



diretamente ao objeto da tese/dissertação sem o longo estabelecimento do *status quaestionis*.

### **7. A *Grammatica da Lingua Portuguesa* (1540), de João de Barros, como testemunho da língua da época**

Com o intuito de se preparar uma nova edição da gramática de Barros, para ser utilizada como corpus para a pesquisa linguística de sincronias pretéritas da língua portuguesa e para a pesquisa diacrônica, iniciamos a leitura de edições diferentes desta gramática. Nesta notícia começaremos por contextualizar a época do aparecimento da *Grammatica*.

O constituir-se o português como língua nacional vem acompanhado da necessária presença das gramáticas, encomendadas pelo monarca, para fazer juz a e a colaborar na unificação e sedimentação do império português. Portugal, com seus descobrimentos, incluindo-se o da terra brasílica, o das rotas de acesso às riquezas do Oriente há de ter a sua língua registrada, prescrita, e também louvada em gramáticas. Assim é que no século XVI as primeiras gramáticas surgem: em primeiro lugar, cronologicamente, a de Fernão de Oliveira, de 1536, a *Gramatica da linguagem portuguesa*, seguida, em 1540, da de João de Barros, a *Grammatica da lingua Portuguesa*. Em seguida, já no início do século XVII, em 1604, vem a *Origem da Língua portuguesa*, de Duarte Nunes de Leão. Ocupamo-nos aqui da segunda delas, a de João de Barros. A de Fernão de Oliveira tem sido objeto de inúmeros estudos, como os reunidos na coletânea *Fernão de Oliveira. Um gramático na história*, que reúne trabalhos críticos da famosa gramática, a partir de sua edição crítica, semidiplomática e anastática, de Torres & Assunção publicada em 2000.

O surgimento de uma entidade política tem consequências linguísticas: uma vez instituído o estado nacional a língua passa a ser um fator de unificação e sofrerá ação das iniciativas de padronização, através de sua codificação nas primeiras gramáticas. Toda gramática, de certa forma, mesmo que descritiva, além de atribuir à língua uma codificação, dá-lhe uma padronização.

Assim se dá o nascimento das línguas nacionais e oficiais: uma das variedades linguísticas existentes numa região passa a ser a língua nacional, que absorve as outras, e que pode passar a contar com a ação padronizadora de uma gramática escrita. Via de regra, a constituição ou algum documento oficial diz que a língua desta entidade política

é X: o português é a língua de Portugal e de todas as terras conquistadas, o francês é a língua da França (primeiro *a língua do rei*, depois *a língua da república*) e outras.

Já em 1290, D. Dinis funda a Escola de Direitos Gerais e obriga em decreto o uso oficial da língua portuguesa em Portugal que tinha se tornado um estado independente em 1179. Essa ligação entre o surgimento da nação e a oficialização da língua é fato recorrente na história das línguas.

Tanto a descentralização do poder político, que aconteceu por exemplo, na história da língua latina, com a queda de Roma no Ocidente, quanto a centralização do poder político, que ocorreu com a criação dos estados nacionais, afetam a língua: no caso da descentralização a língua perde a força que tinha como língua oficial, tendo sido, no caso do latim, um fator favorecedor do surgimento das línguas românicas, e no caso da centralização, abre-se o caminho para a padronização linguística. Ou seja, a história das línguas nos comprova a relação existente entre língua e poder político, seja para enfraquecê-la em termos de domínio oficial, seja para fortalecê-la também em termos de domínio oficial.

Segundo Leite (2007, p.238) “um dos maiores objetivos do humanismo era ‘por a língua em arte’, de gramatizar o vernáculo, para elevá-lo à categoria de língua de cultura.” Desconsiderando a gramática de Fernão de Oliveira como gramática, por esta não seguir o modelo da gramática latina, João de Barros considerou que a sua é a ‘primeira arte’ da língua portuguesa.

Antes do aparecimento dessas primeiras gramáticas, feitas em português, por portugueses e sobre o português, os gramáticos ocupavam-se da língua latina e nunca da fala vernacular ou da língua *vulgar*, como se costuma denominar as línguas românicas emergentes na baixa Idade Média. A gramática que primeiro sistematizou uma língua *vulgar* foi a de Antonio de Nebrija, de 1492, a *Grammatica de la lengua castellana*.

As gramáticas portuguesas vêm, portanto, segundo Nicolau:

completar o perfil do estado Nacional Português (os Estados nacionais têm como características: território nacional, poder centralizado numa monarquia absolutista, exército nacional, impostos nacionais e língua nacional) a ser exibido às terras conquistadas, onde se pretende levar a fé cristã através da língua portuguesa. (NICOLAU, 2009, p.151)

A *Grammatica* de João de Barros tem quatro partes, a *Cartinha*, que tem três edições, a *Grammatica*, seção nuclear do conjunto, já tem quatro edições, *O dialogo em louvor da nossa linguagem*, cinco, e *O Diálogo da viciosa vergonha*, três, segundo

Assunção & Santos (2000, p.21). Conforme os mesmos estudiosos, a *Grammatica* de João de Barros tem uma última seção dedicada à retórica, o que falta na de Fernão de Oliveira, mas considere-se MENDES (2009), para melhor entendimento da questão.

Dessas quatro partes, apresentaremos apenas a *Grammatica*, mesmo que da edição online (da Biblioteca Nacional Digital de Portugal) que utilizamos, conste o *Diálogo em Louvor à nossa Linguagem*, faltando-lhe a referida *Cartinha*.

À guisa de introdução o Autor explica que antes da gramática propriamente está o que é denominado Cartinha, que seria, na verdade uma espécie de cartilha, não apenas de ler e escrever, mas dos preceitos da Santa Madre Igreja aos *mininos*: orações, santos, e toda uma rotina devocional que os *mininos* deviam aprender e praticar. Um rara edição dessa ‘gramática’ ou cartinha está guardada na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, com o título de: *Grammatica da lingua portuguesa com os mandamentos da Santa Madre Igreja*, exemplar raro, talvez o único no mundo, de 1539.

Passamos agora à apresentação da edição à tivemos acesso, da Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), no endereço <http://purl.pt/12148>.

É um exemplar impresso, contendo 60 fólios, 124 páginas, se formos numerar por página. Não sabemos qual a dimensão do volume, pois não fizemos sua *recognitio*, mas podem ser observadas as seguintes características externas:

a) capa em couro;

b) folhas numeradas apenas na frente, perfazendo assim 60, com recto e verso.

Da observação da cópia pública, percebe-se mais do original do que da cópia pdf, como a organização em recto e verso;

c) todas as folhas apresentam o reclamo, a antecipação da primeira palavra da folha seguinte.

Segundo consulta à bibliografia relevante concluiu-se que não há uma transcrição semidiplomática da *Grammatica* propriamente, o que justifica nossa intenção de propô-la visando a um público leitor especializado. Embora a escrita impressa utilizada seja legível e não se constituir como um problema para a decifração do conteúdo e das imagens, uma transcrição conservadora, que preserve as características ortográficas, lexicais e morfossintáticas do original, certamente será de utilidade aos estudiosos da historiografia da gramática portuguesa, bem como da história da língua portuguesa. Os problemas da transliteração serão poucos, como os do

S longo e  $\beta$ , que vão variar com os dois -ss- em alguns contextos a serem determinados, alguns enlaces específicos, e diferenças na acentuação gráfica em relação às normas do português atual. É um texto bastante didático, explicativo e claro.

O próprio texto da gramática nos revela características da língua portuguesa quinhentista: o alçamento da pretônica i-e, faz-nos duvidar da propriedade dessa regra, como sendo típica apenas do português brasileiro contemporâneo. Vejam-se: *Minino*, *sintimos*, *intendimẽto*; e surpreendentemente *difinçam*, para *definição*, o rotacismo do L, como em *plurar*, com R, não *plural* com L, como é no português brasileiro contemporâneo ; em 13 v lê-se: “Da formaçam dos Nomes em o *plurar*!” A cliticização das partículas átonas prepostas e pospostas é também típica do documento. Vejam-se: *doendose della* (33v); *acartinha*, aprender *aler*, *adiuseridade*, *decuio*, *todallas*. Observe-se que este aspecto não é abordado em nenhum dos comentários existentes sobre a *Grammatica*. Leite (2007), por exemplo, debruça-se sobre os exemplos utilizados por João de Barros, mas não observa sobre o uso da língua do próprio autor.

Embora haja duas outras versões da *Grammatica*, uma de José Pedro Machado, de 1957 e uma de Leonor Buescu, mais recente, supomos terem ambas como base a versão original a que tivemos acesso. Em outras palavras, não será necessário uma *collatio* entre testemunhos diferentes. Provavelmente são todas as duas versões cópia de um mesmo original. Portanto, nossa transcrição será a de um *codex unicus* e não será, a rigor, crítica, como se diz devem as edições politemunhais.

As partes da *Grammatica* assim se intitulam:

1. Difinçam de grammatica e as partes della
2. Da Letera
3. Da Syllaba
4. Da Diçam
5. Do Nome
6. Do Pronome e seus acidentes
7. Do Verbo
8. Do Avérbio
9. Da Preposiçam
10. Da Interieiçam
11. Da Construiçam

## 12. Das Figuras

## 13. Da Orthografia

A parte referente à *Grammatica* propriamente vai de 1r (folha de rosto) até 39v. De 40r a 50r, está o tratado da ortografia e de 50v até o final, 60v, *O Diálogo em louvor da nossa linguagem*.

No texto propriamente o Autor apresenta a linguagem como composta de nove partes: Artigo, Nome, Pronome, Verbo, Advérbio, Particípio, Coniunçam, Preposiçam, Interieçam.

A Interjeição é uma das partes curiosas, principalmente a lista de interjeições fornecida:

*ay, ou: sam de quem sente dor; Há, há, he; de quem ri; Iesu: de quem se espanta; Ay, ay: de quem sente prazer achando; A Deos: de quem exclama; Ah há: de quẽ cõmprende alguẽ em malefício; Huy: de quem zomba; Chis, st: pera fazer silencio.*

As funções sintáticas preservam o nome latino de caso e todos eles são como que declinados, à maneira do latim escrito. Tal postura de João de Barros e de outras gramáticas antigas foi bastante criticada pelos linguistas modernos, que urgiam estudar cada língua *per se*, sincronicamente e na contemporaneidade, sem se fazer uso da gramática latina. Essas críticas são procedentes para uma gramática do português moderno; realmente não há necessidade que se apele para o modelo da gramática latina para se gramatizar o português contemporâneo, já que é outra língua, dele derivada, mas com suas características, diferentes das da língua latina em muitos aspectos de sua gramática, fonologia e léxico.

No entanto, encaixando João de Barros em sua época, Portugal quinhentista, ainda com muitos traços de arcaísmo em sua língua, ainda se sedimentando como língua nacional, vejo o apelo à gramática de casos positiva, se nossa postura frente a esse estado da língua encaixa-a numa diacronia. É que ajuda a esclarecer etapas na evolução do português, principalmente da morfossintaxe. Portanto, o que vem sendo considerado um defeito nesses gramáticos não o é, no nosso entender. Na verdade, João de Barros não somente toma a gramática latina como exemplo, mas faz frequentes comparações ao hebraico e ao grego, línguas que ele, certamente, dominava. Mais uma vez, o que a princípio - e numa visão sincrônica a histórica - pode ser considerado uma inadequação da gramática, por outro pode ser considerado uma qualidade, pois o autor compara o

português a outras línguas, o que é certamente frutífero para o entendimento das línguas.

A proposta que aqui introduzimos pretende, fazer a *recensio* de todas as edições da *Grammatica*, deixando de lado os outros três textos, a *Cartinha*, *O diálogo de louvor e o da Viciosa Vergonha*; verificar se se trata mesmo de um *codex unicus*, o que vai definir o tipo de edição que se almeja; proceder a uma transcrição conservadora, semidiplomática da *Grammatica*, com comentários baseados em enfoques diferenciados da língua da época, de preferência encaixando-os numa visão diacrônica da constituição da língua portuguesa.

Considera-se, portanto, que todos os aspectos relativos à natureza dos dados de pesquisas com língua antigas levantados devem ser levados em consideração em qualquer modelo teórico que se escolha trabalhar; acrescente-se que o testemunho dos gramáticos antigos, de sua própria língua, é um recurso de que os diacronistas devem lançar mão em sua busca em períodos de línguas antigas. No caso do português, espera-se que a presente proposta, de uma nova edição da *Grammatica* de João de Barros, venha completar o tão almejado conhecimento da língua portuguesa antiga.

### Referências bibliográficas

ALTMAN, C.; COELHO, O. O conceito de gramática na tradição de descrição ibero-americana. (Século XV ao XIX). Exposição. Cedoch. FFLCH.USP.

ALKMIM, M. G. R. CHAVES, E. (Org.) Cartas pessoais do século XIX. Acervo Histórico Monsenhor Horta. Mariana: Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2002.

ABAURRE, M. B.; PFEIFFER, C.; AVELAR, J. (Orgs.) Fernão de Oliveira. Um gramático na história. Campinas: Pontes Editores, 2009.

BUESCU, M. L. C. Gramáticos portugueses do século XVI. Livraria Bertrand, Portugal: Instituto de Cultura Portuguesa, 1978.

BYNON, T.. Historical Linguistics. GB :CUP, 1977.

DE MELO, H. L.; COHEN, M. A.. A colocação pronominal nos sintagmas verbais em documento português seiscentista. Cadernos do CNLF (CiFEFil), v. XVIII, p. 78-87, 2014.

CEDERGREN, H; SANKOFF, D. Variable Rules: Performance as a Statistical Reflection of Competence. Language, Vol. 50, n.2 (Jun. 1974), pp 333-355.

CHAVES, E.. A implementação do pronome "você": a contribuição das pistas gráficas. Dissertação de Mestrado. Poslín, UFMG, 2006.

COELHO. M. S. : DUCHOWNY, A. T. et ali .Documentos adamantinos. Belo Horizonte, FALE/UFMG, 2013.

COHEN, M. A. A. M. João de Barros: sua língua e sua gramática. Gallaecia. III Congresso Internacional de Linguística Histórica. Santiago de Compostela, 2015.

COHEN, M. A. A.: CATÃO, C.; MELO, H. L.. Edição de documento inédito do século XVII: revisão e contextualização. Conhecimento e Cultura. UFMG, 2012.

COHEN, Ma. Antonieta A M ;MENDES, S. T. o P.. Variação e mudança dos róticos no português do Brasil:dados do sul de Minas Gerais. In DOGLIANI, E.;COHEN, M. A.a A. M. (Orgs.) Pelas trilhas de Minas: a língua nas Gerais.Belo Horizonte: Fale/UFMG, 2012.

COHEN, M. A. A.. Reexame de um caso clássico à luz de novos dados: e gramaticalização e a reanálise de –mente. In VITRAL, L.;COELHO, S. (Orgs.) Estudos de processos de gramaticalização em português. Metodologias e aplicações.Campinas: Mercado de Letras, 2010.

COHEN, M. A.,. A. M. Mapa Geográfico: apresentação e breve estudo de documento relativo ao caminho para as Minas. Caligrama 15. Vol. 2, 2010.

COHEN, M. A.A. M. Pressupostos teórico-metodológicos do projeto Filologia Bandeirante . In MEGALE, H. Filologia Bandeirante, Estudos,1. São Paulo: Humanitas, 2000.

COHEN, M. A. A. M. Catarina de Bragança, Personagem Histórica x Catarina, Figura Feminina. Boletim do Centro de Estudos Portugueses, v.18, Fale/UFMG, 1998.

COHEN, M. A. A. M.. A língua do século XVII e a língua contemporânea. Alfal. Las Palmas de Gran Canaria, 1996.

DOGLIANI, E.;COHEN, M. A. A M. (Orgs.) Pelas trilhas de Minas: a língua nas Gerais. Belo Horizonte: Fale/UFMG, 2012.

DUCHOWNY, TELES A.. De magia (Ms. Laud Or. 282, Bodleian Library).Edição e Estudo.Tese de doutorado, Poslín,UFMG, 2007.

DUCHOWNY, TELES, A.et ali. De magia (Ms. Laud Or. 282, Bodleian Library. Edição e Glossário. Núcleo de apoio à pesquisa em Etimologia e História da Língua Portuguesa (NEHiLP). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) Universidade de São Paulo (USP),Volume 5: 1- 447, 2014 .

GALVES,C.. A sintaxe na Grammatica. In ABAURRE, M.B;; PFEIFFER,C.; AVELAR, J. (Orgs.) Fernão de Oliveira. Um gramático na história. Campinas: Pontes Editores, 2009.

GONÇALVES, Ma. Filomena. As ideias ortográficas em Portugal de Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1734-1911). Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

JOÃO DE BARROS. Gramática da Língua Portuguesa. Cartinha. Gramática. Diálogo em louvor da nossa linguagem e Diálogo da viciosa vergonha. Por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Faculdade de Letras, 1971.

\_\_\_\_\_. Biblioteca Nacional de Portugal: <http://purl.pt/12148>.

LEAL, M. A. F.. A variação do complemento [De+infinitivo]~[ + infinitivo] na história do português. Tese de doutorado. Poslin, UFMG, 2005.

LEITE, M. Q.O nascimento da gramática portuguesa. Uso & Norma. São Paulo: Humanitas, 2007.

LIMA, C. C; COHEN. M. A. Preparação de material para o estudo linguístico da língua portuguesa seiscentista através da edição das Cartas inéditas de Catarina de Bragança. XVIII SIC. UFMG, 2009.

LOBO, T. (org.) Cartas Baianas Setecentistas. São Paulo: Humanitas. FLCH-USP, 2001.

MACHADO FILHO, Américo Venâncio. Dicionário Etimológico do Português Arcaico. Salvador: Edufba, 2013.

MARTINS, A. M.. Clíticos na história do português. Tese de doutorado. Universidade de Lisboa. 1994.

MEGALE, H.; TOLEDO NETO, S. (orgs.) Por minha letra e sinal. Documentos do Ouro do século XVII. São Paulo: Fapesp, 2006.

MEGALE, H.; TOLEDO NETO, S.; FACHIN, P.R. Caminhando Mato Dentro. Documentos do Ouro do século XVIII. Serie Diachronica. São Paulo: Fapesp/Espaço Editorial, 2009.

MENDES, E. A. M; Fernão de Oliveira e a retórica. In ABAURRE, M. BERNADETE; PFEIFFER, C.; AVELAR, J. (Orgs.) Fernão de Oliveira Um gramático na história. Campinas: Pontes Editores, 2009.

MENDES, S. T P.. Combinações lexicais restritas em manuscritos setecentistas de dupla concepção discursiva: escrita e oral. Tese de doutorado. Fale/UFMG..Belo Horizonte:, 2008.

NICOLAU, E.. A influência do contexto histórico-cultural na reflexão de Fernão de Oliveira: Língua e sociedade na Gramática da Linguagem Portuguesa (1536). In ABAURRE, M. B.; PFEIFFER, C.; AVELAR, J. (Orgs.) Fernão de Oliveira Um gramático na história. Campinas: Pontes Editores, 2009.

TARALLO, Fernando. A Fênix finalmente renascida. Boletim da ABRALIN, n. 6, 1994, p. 95-103.



TARALLO, Fernando. Tempos linguísticos. Itinerário histórico da língua portuguesa. SP: Ática, 1990.

OLIVEIRA, F. de. Gramática da Linguagem Portuguesa. Edição Crítica, semidiplomática e anastática. Organizada por Amadeu Torres & Carlos Assunção. Lisboa, Academia de Ciências de Lisboa, 2000.

OLIVEIRA; SOUZA; SOLEDADE. Do português arcaico ao português brasileiro: outras histórias. Salvador: Edufba, 2009.

SEABRA, Ma. C. T. de (Org.) Acervo Documental. Coletânea. Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte: 2008. 5 CD-ROM.

## USOS E FUNÇÕES DAS CONSTRUÇÕES COM *FATO/FACTO* NO PORTUGUÊS: EVIDÊNCIAS DA GRAMATICALIZAÇÃO DA FACTUALIDADE?

*Some uses and functions of constructions with fact in Portuguese:  
evidences of the grammaticalization of factuality?*

André Luiz Rauber\*

**RESUMO:** Este artigo apresenta a relevância da diacronia para a análise do processo de variação e mudança sob o escopo da Gramaticalização (HOPPER, 1991; HOPPER e TRAUGOTT, 2003). Tem por objetivo analisar o comportamento funcional e semântico de construções gramaticais cujo núcleo é a expressão *facto/fato*, com base em dados históricos do português europeu e brasileiro. Evidências empíricas atestam usos [+ lexicais] > [- lexicais] > [+ gramaticais] dessa expressão na amostra investigada. São analisadas sincronias dos séculos XV a XX, extraídas do *corpus* digital *corpusdoportugues.org*, de Davies e Ferreira (2006). A descrição dos contextos de uso revelou aspectos já considerados nos estudos de gramaticalização: o papel da frequência de uso, a atuação dos mecanismos de (inter)subjetivação (TRAUGOTT, 2003, 2010) e os processos cognitivos (LANGACKER, 2000, 2013). A análise revelou que construções com *facto/fato* desempenham funções semânticas e sintáticas que apontam fortes indícios da gramaticalização da factualidade no português, sob a influência, dentre outros fatores, dos mecanismos de (inter)subjetivação da linguagem.

**Palavras-chave:** Construções com *fato*; Mudança linguística; Gramaticalização.

**ABSTRACT:** *This article presents the role of diachrony for the analysis of the process of variation and change under the scope of Grammaticalization (HOPPER, 1991; HOPPER and TRAUGOTT, 2003). The objective is to analyze the function and meaning of constructions with the word “fact” (facto = fato) on historical data of European and Brazilian Portuguese. Empirical evidence attests to uses [+ lexical] > [- lexical] > [+ grammar] of the investigated expression. The data analyzed are made up of synchronicities from the XV<sup>th</sup> to the XX<sup>th</sup> centuries, extracted from this source: corpusdoportugues.org, a digital corpus, organized by Davies and Ferreira (2006). The description of the contexts of use of this expression, over time, revealed aspects already considered in studies of grammaticalization, like the role of frequency of use, the mechanisms of (inter)subjectivity (TRAUGOTT, 2003, 2010) and cognitive processes (LANGACKER, 2000, 2013 ). This study shows us that constructions with fact take semantic and syntactic functions that indicate the development of specific functions in the various usages in Portuguese, under the influence of the mechanisms of (inter)subjectivity of language.*

**Keywords:** *Construction with fact; Linguistic change; Grammaticalization.*

---

\* Professor da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Rondonópolis, Mato Grosso, Brasil – andrerauber@hotmail.com

### 1. **Fato: a mudança linguística por gramaticalização**

Este estudo insere-se na perspectiva funcionalista da linguagem, que, como afirma Halliday (2004, p.19), pretende saber como a gramática cria e expressa significados. Segundo Bybee (2010, p.8), assim como uma construção pressupõe o par forma e significado, a gramática não contém módulos da sintaxe separados da semântica, o que, por sua vez, pressupõe que a descrição funcional da língua em uso envolve, simultaneamente, múltiplos domínios.

Quando uma palavra de conteúdo lexical assume características eminentemente funcionais, diz-se que ela está *gramaticalizada*<sup>1</sup> (HOPPER e TRAUGOTT, 2003). Estudos recentes atestam que a gramaticalização não se restringe à mudança categorial de uma palavra isolada, seus efeitos envolvem construções inteiras. É isso o que defendem, entre outros, linguistas como Goldberg (2006), Trousdale (2008) e Hopper e Traugott (2003). Tal atividade, a que se deu o nome *gramaticalização* (*grammaticalization*), é parte de um fenômeno mais amplo de estruturação linguística, por meio do qual combinações de formas podem, com o tempo, assumir funções determinadas dentro do sistema de uma língua<sup>2</sup>. Para isso, portanto, são previstas correlações recorrentes entre mudanças semântica, pragmática, morfossintática e, em alguns casos, alteração fonológica.

O movimento desencadeado entre a forma fonte e a forma alvo na mudança linguística por gramaticalização considera a hipótese da *unidirecionalidade*, ou seja, um elemento ou uma construção *menos* gramatical torna-se *mais* gramatical ainda, ou uma construção lexical passa por alterações de uso que afetam sua estrutura semântico-funcional. O resultado de tais transformações condiciona essa construção a assumir valor gramatical — logo, não mais lexical — em determinados contextos de uso<sup>3</sup>.

A hipótese da unidirecionalidade considera que a mudança por gramaticalização ocorre historicamente e envolve – conforme o modelo clássico apontado por Hopper

<sup>1</sup> No original: “When a content word assumes the grammatical characteristics of a functional Word, the form is said to be ‘grammaticalized’.” (HOPPER; TRAUGOTT, 2003, p.4).

<sup>2</sup> No original: “Grammaticalization in this sense is part of the wider linguistic phenomenon of structuration, through which combinations of forms may in time come to be fixed in certain functions” (HOPPER; TRAUGOTT, 2003, p. 2).

<sup>3</sup> O contrário disso, ou seja, quando uma construção de valor gramatical passa a desempenhar função lexical, recebe o nome de *Lexicalização* (BRINTON e TRAUGOTT, 2005) ou *Degramaticalização* (LEHMANN, 2002). Para saber mais sobre tais processos de mudança linguística, sugiro a leitura dos autores citados nesta nota e indicados nas referências deste artigo.

(1991) – princípios de estratificação, divergência, especialização, persistência e decategorização. Ocorre, então, o desenvolvimento do status gramatical e, finalmente, a reanálise semântica, quando uma forma assume novos sentidos em contextos específicos, mantendo o sentido antigo noutros (HOPPER e TRAUGOTT, 2003, p.122). Logo, um fenômeno de gramaticalização é identificado com base numa perspectiva diacrônica. Isso significa que a descrição desse tipo de mudança linguística leva em conta o papel da frequência de uso, tanto a frequência *type* (tipo, uso específico) quanto a *token*<sup>4</sup> (símbolo, frequência textual), em amostras empíricas da língua. Admite-se que a perspectiva sincrônica auxilie e sirva até mesmo de gatilho à análise diacrônica.

Segundo Bybee e Thompson (1997 *apud* HOPPER e TRAUGOTT, 2003), o papel da frequência de uso leva em conta a investigação sincrônica. Por definição, o estudo sincrônico não é capaz de mostrar diretamente a mudança, essa tarefa cabe à investigação diacrônica. A análise sincrônica revela-se como suporte para as conclusões obtidas do material histórico ou como amostra comparativa de variação estática em oposição a um tipo de mudança diacrônica. A investigação sincrônica envolve, normalmente, a seleção de um *corpus* para a observação de expressões cujo comportamento denota o movimento para algum tipo de status gramatical. Geralmente, parte-se da observação de determinada expressão em dada sincronia linguística, para, em seguida, observar o provável percurso de variação e mudança pelo qual passou ao longo do tempo. Com isso, é possível concluir, a partir de notação empírica, se, de fato, determinada expressão ou construção é o resultado dum processo de gramaticalização.

O não reconhecimento do papel da frequência, especialmente no que tange à análise de dados diacrônicos em amostras confiáveis, é capaz de falsear uma análise sob o prisma da gramaticalização. Como resultado disso, atribui-se o rótulo de gramaticalização a expressões linguísticas que, desde os primórdios da língua portuguesa, por exemplo, revelavam usos mais gramaticais ou, em alguns casos — a exemplo do pronome relativo *onde*<sup>5</sup> —, valores de natureza mais discursiva ou

<sup>4</sup> Bybee, Haiman e Thompson (1997) identificam dois grandes efeitos da frequência *token* sobre as formas que são especialmente relevantes para a gramaticalização e para a geração de frequências *type*. São eles: o efeito de redução e o efeito de conservação. O primeiro indica que elementos usados frequentemente sofrem erosão fônica com impacto sobre a forma (HEINE, CLAUDI, HÜNNEMEYER, 1991) mais rapidamente do que itens/construções usados com menor frequência.

<sup>5</sup> Diz-se, conforme Cunha, Costa, Cezario (2003), que o “onde” passou a assumir um conceito mais abstrato a partir de um mais concreto: espaço > texto. Contudo, em dados do português do século XV, é

pragmática, logo, de sentido mais abstrato. Diante disso, recorrer à diacronia é imperativo quando se deseja atestar o valor menos lexical ou mais gramatical de uma construção empregada em dados sincrônicos contemporâneos. É isso que me levou ao estudo das construções com “fato” no português. Os variados empregos dessa expressão em contextos do português contemporâneo suscitaram-me curiosidade acerca do seu comportamento semântico, sintático e morfológico. Eis alguns exemplos recolhidos em amostra aleatória do português brasileiro. Os dados citados de (1) a (9) foram extraídos de textos escritos em registro formal, todos contemporâneos (século XXI), publicados, exceto (1), na versão digital do jornal *Folha de São Paulo*.

- (1) A Independência do Brasil é **um dos fatos** históricos mais importantes de nosso país, pois marca o fim do domínio português e a conquista da autonomia política. (Disponível em: <http://www.suapesquisa.com/independencia/>)
- (2) Políticas cambiais pertencem, ainda, à jurisdição exclusiva de cada país, embora afetem diretamente as trocas internacionais. Mas o assunto, apesar do justificável empenho brasileiro, continua fora da pauta oficial da Organização Mundial do Comércio (OMC). Muito menos sujeita ao controle externo é a política monetária, e há excelentes razões para isso. O governo brasileiro não deveria esquecer **esse fato**. [editorial da Folha de SP, séc. XXI]
- (3) Você o notaria? A esmagadora maioria das pessoas responde com um sonoro "sim". Como não perceber um gorila que fica em cena por quase 10 segundos? Mas não interessa muito o que imaginamos, **o fato é que** 50% das cobaias simplesmente não veem o símio, porque estão ocupadas contando. [coluna da Folha de SP, séc. XXI]
- (4) Na realidade, o Proantar é outro projeto de país grande -como o espacial- que o Brasil custeia com orçamento de país pequeno. Não se pode estabelecer um vínculo entre subfinanciamento e acidentes, decerto, mas também **é fato que** o Proantar não se reerguerá das cinzas sem um investimento mais constante do governo. (Editorial da Folha de SP, séc. XXI)
- (5) [...] Eles têm bem menos sucesso quando sua missão é dizer como as frentes vão se comportar daqui em diante. A diferença está **no fato de que**, no presente, as massas de ar estão sujeitas a um número quase ilimitado de interações possíveis com outros elementos, o que torna inimaginável e proibitivo o número de equações necessárias para determinar seu movimento com precisão. [coluna da Folha de SP, séc. XXI]
- (6) O repúdio à condenação generalizou-se. Poucos se deixaram iludir **pelo fato de** a punição violenta ter sido proferida pela Corte Nacional, órgão supremo da Justiça equatoriana. Assim como a Assembleia Nacional, a Corte se encontra sob a tutela da Presidência. (editorial da Folha de SP, séc. XXI)
- (7) É verdade que os poderes **de fato** do soberano são para lá de limitados, mas, ainda assim, rei é rei e não há dúvida de que é a realeza que diferencia este casamento das

---

possível encontrar usos de “onde” semelhantes aos que se verificam hoje em textos formais: “Os outros non som pastores da jgreja: mas logar teête deste pastor. & assy acerca do presente euãgelho **onde** se diz. Eu som boõ pastor. se pergunta se pode o homẽ prudẽte & discreto desejar sem pecado alguũa prolatura [...]” (Corpusdoportugues séc. XV).

dezenas de uniões entre celebridades que se celebram todos os anos, acendendo muito menos holofotes. (Coluna da Folha de SP, séc. XXI)

- (8) Há **de fato** boas evidências em favor da tese. A mais forte delas **é o fato de que** a linguagem é um universal humano. (coluna da Folha de SP, séc . XXI)
- (9) Diante da resistência dos políticos em mudar as regras que os elegem embora distorçam a qualidade da representação, **de fato** o plebiscito soa como uma boa (talvez a única) solução. (coluna da Folha de SP, séc . XXI)

Conforme indica a amostra não sistematizada acima apresentada, no português do Brasil (doravante PB), várias são as construções que têm “fato” como elemento integrante. Essa expressão pode ocorrer em sintagmas nominais (SN) de valor lexical, como *o fato* ou *um fato*, em matriz de subordinadas substantivas, como *é fato que*, no interior de locuções prepositivas, como em *pelo fato de*, ou, ainda, assumir valor pragmático como marcador discursivo em *de fato*.

Neste artigo, investigo alguns dos usos e funções dessas construções no PB e também no português europeu (PE). Para isso, considero o princípio funcionalista da fluidez do sistema linguístico, segundo o qual uma mesma forma pode desempenhar funções diversas (HOPPER, 1991). A amostra linguística estudada constitui-se de dados sincrônicos de diferentes períodos históricos do português, tanto do PE quanto do PB. Os excertos foram extraídos do banco de dados de Davies e Ferreira (2006), disponível no site [www.corpusdoportugues.org](http://www.corpusdoportugues.org), cujas evidências textuais são do português do século XV ao século XX. Nesse banco de dados, as variedades do PE e do PB encontram-se indexadas, com exceção dos dados do século XX. Contudo, quando possível, a indicação diatópica é apresentada.

O objetivo fundamental desta investigação é analisar o comportamento funcional das construções que têm como núcleo a expressão *fato*. Para isso, discorro acerca da relação entre intenções comunicativas e sua configuração na gramática da língua. As questões a que pretendo responder neste artigo são estas: Quais os usos mais remotos das construções com *fato* no português e como evoluem até nossos dias? A frequência das construções com *fato*, ao longo do tempo, revelaria um *continuum* unidirecional entre usos [+ concretos] para categorias [+ abstratas]?

Para responder a tais questões, levo em conta dois domínios empregados para o estudo de processos de gramaticalização nas línguas: os mecanismos de subjetivação e

intersubjetivação e os efeitos da semântica cognitiva sobre o desenvolvimento das construções gramaticais. Nas palavras de Langacker (2013, p.4), “analyzing language from this perspective [Cognitive semantic] leads to remarkable conclusions about linguistic meaning and human cognitive”, ou seja, analisar a língua a partir da perspectiva da Semântica Cognitiva conduz-nos a notáveis conclusões sobre significado linguístico e cognição humana. Aos domínios citados, estão aliados, obviamente, os fatores pragmáticos, dos quais lançam mão os usuários da língua a fim de cumprirem, diuturnamente, as necessidades comunicativas requeridas pela interação verbal. Dentre os teóricos que estudam essa questão pelo viés funcionalista, recorro a Traugott (2003), para as questões (inter)subjetivas, e a Langacker (2000, 2013), para as cognitivas.

## 2. *Factum* > *facta* > *facto*: diacronia de uma construção multifuncional

Segundo o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (HOUAISS e VILLAR, 2001), *fato* (PB), ou *facto* (PE), deriva da forma substantivada do verbo latino *factum* — que significa “fato, ato” —, mais precisamente do seu plural *facta*.

No século I a.C., o escritor romano Públio Valério Máximo (*Maximus Valerius*), exaltou o imperador Tibério (*Tiberius*) na obra intitulada *Facta et dicta memorabilia*, ou, em português atual, “Feitos (ou ações) e dizeres memoráveis”. O adjetivo *factus*, que significa “feito”, tem seu contrário em *infectus*, “não feito”. Portanto, a expressão *fato*, como a conhecemos hoje, deriva de uma forma verbal substantivada: os *feitos*, que, por sua vez, remonta, segundo Houaiss e Villar (2001, p.1316), ao elemento de composição *faz-*, anteposto ao verbo latino *facio, is, fēci, factum, facēre*, com as seguintes acepções:

- 1) fazer, obrar, executar, levar a efeito, efetuar, desempenhar, cumprir, cometer, fazer de modo (que), ter cuidado de, dizer (que), mandar, ordenar (que);
- 2) criar, dar, produzir, fabricar, fazer, aparelhar, preparar, instituir, educar, compor;
- 3) nomear, eleger, tornar, reduzir a um estado qualquer;
- 4) fornecer, granjear; praticar, exercer;
- 5) dar, fazer, obter, alcançar, adquirir;
- 6) ajuntar, arranjar, tomar, etc.

O verbo, ainda de acordo com os dicionaristas, pertence a uma raiz que significava “pôr, colocar, pousar”, ou, em emprego absoluto, “meter-se, colocar-se”; o sentido antigo é “pôr, colocar”. A passagem ao sentido de “fazer” deve ter ocorrido por

empregos técnicos, dizem Houaiss e Villar (2001), após constatarem que *facere* está representado com o sentido de “fazer” em todas as línguas românicas, portanto, no português *fato* e no espanhol *hacer*, por exemplo. Nos dados do *corpusdoportugues.org*, encontrei esta ocorrência de *facto* datada do século XV:

- (10) E mandou que os embaixadores se fosem a Granada trautar estas entregas con el Rey, o qual ele tomava por meo neeste **facto**, e lhe prazia do que ele fezese. E logo enjou a el Rey de Granada hûu mouro chamado Benzarneff para notificar-lhe como ele todauja queria auer primeiro a çidade. (corpusdoportugues, séc. XV)

Neste caso, o valor substantivo da forma latina *facta* ainda se mantém. Em “ele tomava por meo neeste *facto*”, é possível a seguinte paráfrase: *ele tomava por meu neste feito*, em que “*facto*” assume, nesta substituição, o valor de particípio passado do verbo “fazer”. De acordo com os dados do português do século XV, os usos encontrados de “*facto*” revelam nuances semânticas que reforçam esse valor particípio, conforme (11) e (12) indicam:

- (11) Eis aquy agora o dia da saude a nenhuû offendendo porque non seja vituperado nosso seruiço. Mas em todallas cousas deem anos meesmos como cryados de deos. Em muyta paciencia. Em tribullações. Em neçessidades. Em fadigas. Em chagas. Em prisões. Em arroydos. Em trabalhos. Em vigalias. Em jejuûs. Em castidade. Em sciencia. Em cõstancia. Em suauidade. Em spiritu **facto**. Em caridade non fingida. Em pallaura de verdade. Em virtude de deos pellas armas de justiça a destras & fee stras por gloria & baixaza. (corpusdoportugues, séc. XV)
- (12) visto todo polo dicto juiz mandou que lhe fezesse a cada hû sua escriptura como logo os dictos frades pidiram este pera o dicto mosteiro que foy **facto** no dicto logo em dia mes Era suso espritas testemunhos (...) (corpusdoportugues, séc. XV)

Em (11) e (12), a paráfrase com o particípio “feito” é licenciada. Assim, tem-se tanto *em espírito feito*, quanto em *que foi feito no dito mês* construções com uma forma deverbal. No primeiro caso, atinente ao contexto em que aparece, a expressão indica o modo como devem comportar-se aqueles considerados filhos de Deus, ou seja, com “espírito **feito**”. No segundo, indica uma atividade executada: “**feita** no dito mês”.

Encontra-se, ainda, entre os dados do português de 1400, um uso que não permite a paráfrase com “feito”. Cito-o abaixo:

- (13) E mandou-lhe dizer que elle fose muj bem vindo e que loguo se vinha a Qualecut, como de **facto** loguo partio com mujta jente depos sy. (corpusdoportugues, séc. XV)

Em (13), a interpretação “como de feito logo partiu” ainda é possível. Parece indicar o modo como a ação foi realizada. Entretanto, esse contexto sinaliza uma



construção com a preposição “de” que se aproxima dos usos encontrados no século XXI. Assim, outra possibilidade parafrástica seria esta: “como, **de fa(c)to**, logo partiu”, ou, ainda, pode-se aventar esta outra função: “como, **consequentemente**, logo partiu”. O sentido de *facto* não é alterado e mais uma hipótese vem à tona: a função adverbial dessa construção. No latim, a expressão *ipso facto* era classificada como caso ablativo, equivalente à locução adverbial, com o sentido de “por isso mesmo, pelo próprio fato”<sup>6</sup>, ou, ainda, como resultado de algo, assumindo o valor de um advérbio tal como “consequentemente”. Nos dados do século XVI, a ocorrência de *ipso facto* também foi encontrada:

(14) pella mesma autoritate apostolica mandamos em virtude de santa obediencia e sob pena de excommunhão **ipso facto** incurrenda e das mais que nos parecer ao reverendo provincial que ora he e aos mais prelados e officiais inferiores (...) (corpusdoportugues, séc. XVI)

Em (14), o valor adverbial da construção com *facto* é patente. A paráfrase aqui revela a consequência de um ato que gera penalidade: “e sob pena de excomunhão *pelo próprio fato* implicado...”. Em simultâneo, o que se verifica é o afastamento, neste uso, do valor participio do verbo “fazer”. *Facto*, além do valor adverbial, sugere também um aspecto referencial, uma vez que a expressão *ipso facto* se refere a determinado episódio ou ao resultado deste.

No século XVII, o valor substantivo de *facto* é plenamente verificado, podendo ser parafraseado por “assunto” ou “ação”. O sentido de “feito”, como forma substantivada da sua origem em *facta* também se mantém. O excerto abaixo ilustra essa versão:

(15) sendo os franceses tao incrédulos em milagres, nao deixam, porém, nesta matéria emparecer connosco nesta maneira de os implorar; o certo é que, em **facto** de religiao, todos discursam bem, quando têm diante dos olhos a necessidade e o perigo; e por isso os milagres acham mais fé nos enfêrmos que nos controversistas. (corpusdoportugues, séc. XVII)

A explicação para contextos ambíguos, nos quais novas possibilidades interpretativas são licenciadas a formas já existentes no repertório de uma língua, está prevista no modelo de gramaticalização proposto por Hopper e Traugott (2003). Mas, antes deles, Meillet (1958) já havia mencionado uma distinção entre o desenvolvimento de novas formas e arranjos gramaticais, por um lado, e a analogia, por outro.

<sup>6</sup> Conforme Dicionário Aulete Digital. Acesso em 11 de set. de 2015. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/ipso%20facto>.

Ao primeiro caso, que Meillet chamou Gramaticalização, Hopper e Traugott consideram como o resultado de reanálises morfossintáticas e semânticas. Para esses pesquisadores, somente a reanálise pode criar novas estruturas gramaticais. Entretanto, o papel da analogia não pode ser subestimado. Muitas vezes, ela é a evidência primária, para os falantes de uma língua (e também para os linguistas!), de que uma mudança está em curso, conforme denuncia este excerto do século XVIII:

- (16) No mar, meu Senhor, uma coisa é império outra coisa o domínio. O domínio regule-se, embora, pelo direito das gentes, e estes senhores autores o julguem como quiserem; porém, o imperio nasce do poder do Príncipe, e quem mais navios tem, mais senhor é do mar; e assim a questao é toda de **facto**. (corpusdoportugues, séc. XVIII)

Em (16), extraído da amostra do século XVIII, a construção “de facto” aparece numa estrutura predicativa, como atributo ao antecedente “questao”. É uma estrutura do tipo X é Y, em que Y predica o valor de X. Semanticamente, duas interpretações podem ser aventadas em relação à expressão *facto* no contexto em pauta. Na primeira, trata-se de uma construção de valor adjetivo formada por *de + facto*, podendo ser parafraseada por “feito”: *a questão é toda feita*. Na segunda, ela teria valor veritativo, atestando, assim, a veracidade do conteúdo asseverado anteriormente, ou seja, a distinção entre império e domínio no mar. Nesse caso, a paráfrase seria: *a questão é [está] toda **posta***.

Pode-se dizer que, em (16), ocorreu um raciocínio abduativo, ou seja, a partir da observação de um resultado, invoca-se uma lei e infere-se que algo pode ser verdadeiro. Se *facto*, na sua etimologia, indica uma ação ou um feito, usá-lo para marcar a consistência de um raciocínio comparativo, que procura estabelecer distinções, revela um raciocínio por abdução. Para Peirce (*apud* HOPPER e TRAUGOTT, 2003), esse tipo de raciocínio está na base da percepção humana e é com o exercício dele que novas ideias podem originar-se. Segundo Andersen (1973, p. 776, *apud* HOPPER e TRAUGOTT, 2003), “in acquiring his [sic] language, a learner observes the verbal activity of his elders, construes it as a ‘result’ – as the output of a grammar – and guesses at what that grammar might be”<sup>7</sup>. Em outras palavras, essa “adivinhação” nada mais é do que o resultado de processos de raciocínio, apoiado em princípios universais, servindo de base para a construção de uma gramática.

---

<sup>7</sup> Tradução sugerida: Na aquisição de sua língua, um aluno observa a atividade verbal dos mais velhos, interpreta-a como um “resultado” - como a manifestação de uma gramática - e adivinha que gramática pode ser.

De acordo com a amostra investigada, é no século XVIII que usos de *facto* com valor asseverativo passam a ocorrer, conforme exemplifica o excerto a seguir:

(17) E se o dito Pedro conhecendo sua desobediencia lhe pezasse muyto de não ter obedecido ao Superior, & depois deste pezar se o Superior proferir contra elle sentença de excommunhão, & **de facto** a profirio, se ficará o tal Pedro excomungado (...)

Nesse caso, não é mais possível analisar o sentido de *facto* isoladamente. Trata-se de uma construção – “de facto” – com valor veritativo, ou seja, ela indica o nível ou a condição de verdade de uma frase, ou, no caso, ratifica a condição de verdade de uma ação (ou “feito”) realizada. Uma paráfrase possível seria: *se o Superior proferir contra ele sentença de excomunhão, e verdadeiramente a proferiu, se ficará o tal Pedro excomungado*. Assim, se a construção *ipso facto* revela uma locução adverbial (derivada do caso ablativo latino) com valor conclusivo ou consecutivo, a construção *de facto* revela-se uma locução adverbial com valor modal epistêmico. Seu escopo, nesse caso, é o conteúdo da proposição que tem por núcleo a forma verbal “proferir”. Esta parece ser a origem do uso empregado em contextos como o citado em (8): “Há **de fato** boas evidências em favor da tese (...)”.

Nos séculos XIX e XX, outro fenômeno entra em ação com frequência exponencial, o emprego de *facto* e *fato* com sentidos semelhantes, mas diatopicamente localizados. No PE, o uso de *facto* mantém-se como referência à ação, a feito ou à evidência. No PB, contudo, a grafia, para o mesmo significado, não carrega mais a consoante “c”. Logo, o *facto* do PE tem, no PB, o mesmo sentido da palavra *fato*. A explicação para significantes distintos, mas de sentido semelhante, neste caso, é de ordem prosódica. No PE, a consoante “c”, em contexto como o apresentado em *facto*, ou seja, antes da oclusiva surda [t] tem a função de abrir o som da vogal que a antecede, ou seja, é uma espécie de sinalizador prosódico. No PB, tal recurso não é empregado, uma vez que pronunciamos, naturalmente, o som da vogal central [a] aberto em contextos similares. Entretanto, há diferença semântica, no PE, entre as palavras *facto* e *fato*. Os portugueses distinguem o substantivo *facto* (assunto, feito), do substantivo concreto *fato*, que, desde o século XIV, de acordo com Houaiss e Villar (2001), é empregado por eles ao se referirem à roupa ou à indumentária que se usa para determinado fim ou sob condições particulares (*fato de treino, fato de banho*). No Brasil, tal uso da palavra *fato* é bastante invulgar e a distinção com *facto* não existe.

Isso significa dizer que deve ter ocorrido uma alteração fonético-fonológica da expressão *facto* do PE para o PB, em que *facto* passou a *fato* [*facto* > *fato*], mantendo-se o sentido. Na verdade, se observarmos os dados extraídos do *corpusdportugues.org*, representativos dos séculos XIX e XX, verificaremos que todas as ocorrências com *facto*, que revelou frequência token de 329 no século XIX e 3580 no XX, ocorrem exclusivamente na variante do PE. Já no PB, as construções com *fato* totalizam a frequência token de 1479 no século XIX e 3702 no século XX. O único uso de *facto* no PB contemporâneo parece ser com *ipso facto*, empregado em textos representativos da esfera jurídica. Entretanto, o valor semântico de *fato* no PB repercute o mesmo sentido de *facto* no PE. O exemplo abaixo da amostra do século XX do português do Brasil prova isso:

- (18) As pessoas esquecem-se que, ao diminuir o antagonista, elas estão diminuindo o protagonista. O comportamento do rei deve ser de tal categoria que o público, até o terceiro ato, fique sem saber se ele é **de fato** culpado, duvidando do fantasma, como ocorria há 400 anos, quando o fantasma poderia ser apenas uma forma atraente do diabo, pedindo vingança. (*corpusdportugues*, séc. XX, PB)

Borba (2002, p. 694), em seu *Dicionário de usos do português do Brasil*, apresenta o vocábulo *fato* já com suas acepções modernas. Ele define esses usos a partir de rótulos como “abstrato de processo”, dividido nas funções semânticas que exerce: acontecimento, evento, sucesso; “abstrato de estado”, e os subgrupos verdade, realidade, fenômeno, circunstância; além dos núcleos funcionais de construção adverbial e adjetiva:

**Fato** Nm [**Abstrato de ação**] 1 feito; ato: *o Império conseguiu fato único na América, manter a unidade* (CPO); *a sanção imposta logo após o fato criminoso cumpre melhor as suas finalidades* (ESP). [**Abstrato de processo**] 2 acontecimento; evento; sucesso: *Hoje me aconteceu um fato estranho* (VID); *Julião assinalou o fato de ter pela primeira vez a visita de tão esquiva personalidade* (AM). [**Abstrato de estado**] 3 verdade; realidade: *Quando o professor tem amor pedagógico, a confiança dos alunos é um fato* (BIB); *é fato que a própria CLT contém muitos pontos contraditórios* (AP). 4 fenômeno: *A ideologia é fato social, antes de se tornar um fato psicológico* (CR); *um defunto pesa, é fato comprovado, quem não sabe?* (PN). 5 circunstância: *pelo fato de ter sempre trabalhado em rádio, o locutor confessa que o período de adaptação não foi nada fácil* (AMI); *o fato de alguém ser rico simbolicamente representa o ser bom* (AMI). [**Núcleo de construção adverbial**] [*de+~*] 6 realmente; verdadeiramente; mesmo: *Essas situações exigem de fato e não é escondendo-as que as sanaremos* (AB); *Ele tinha de fato essa mania* (AFA). [**Núcleo de construção adjetiva**] [*de+~*] 7 efetivo; real: *O pai cristão deve possuir autoridade de fato e de direito sobre os filhos* (LE-O); *O vice-presidente encontraria uma situação de fato, já oficializada pela nomeação* (CRU).

Borba descreve muitas das ocorrências apresentadas no início deste trabalho. Algo semelhante encontrei no *Dicionário Houaiss*, registrado por Houaiss, Villar e Franco (2003, p.1313), versão publicada em Lisboa, Portugal, a respeito do substantivo *fato*. Elas corroboram o valor dessa expressão como sinônimo de *facto*, com registro de ocorrência desde o século XVI em cartas do Brasil (1549-1567), escritas pelo Pe. Manuel da Nóbrega. Segue a descrição atribuída pelos dicionaristas:

**Fato** s.m. (1548 MNóbrC14) 1 ação ou coisa que se considera feita, ocorrida ou em processo de realização <ela não se dá conta desse f.> 2 aquilo que acontece por causas naturais ou não, dependentes ou independentes da vontade humana; ocorrência, sucesso <lamentou muito os f. ocorridos> 3 ação consistente em alo <f. de conversar, de dormir> 4 algo cuja existência pode ser constatada de modo indiscutível <o controle da poliomielite é agora um f.> 4.1 informação apresentada como baseada numa realidade objetiva **f. científico** dado, comprovado por observação especializada, enunciado em termos científicos. **f. complexo** JUR fato construído por mais de um acontecimento, ou que possui um elemento material e um jurídico. **f. consumado** 1 fato cujo processo já se completou ou que por certo se completará <sua eleição para a Academia é f. consumado> 2 JUR fato que, por estar completo, não pode mais ter seus efeitos alterados. **f. extintivo** JUR o fato jurídico que pode criar, alterar ou extinguir relações jurídicas. **f. gerador** DIR.TRIB ocorrência que é necessária e suficiente pra justificar a incidência de um tributo. **f. ilícito** JUR toda ação ou omissão que viola o direito, podendo deste ato resultar um dano que deverá ser indenizado. **f. jurídico** JUR todo acontecimento capaz de criar, modificar, ou extinguir direitos; pode ser voluntário, sendo aqui o próprio ato jurídico e tb. o ato ilícito, ou involuntário, como é o caso fortuito ou a força maior. **f. linguístico** LING tudo aquilo que se manifesta no ato de fala acabado e pode servir como dado para análise e generalização linguística. **de f.** realmente, com efeito. **do f. de** em razão de, por ação de <tal ocorrência adveio do f. de que ficaram esquecidas as advertências policiais> GRAM/USO em todas estas acp., só se usa, em Portugal, a forma *facto*. ETIM lat. *factum, i* ‘feito, ação, façanha, empresa’; ver *faz-*; f.hist. 1548 *facto*. (HOUAISS, VILLAR e FRANCO, 2003, p.1313)

As descrições apresentadas por Borba (2002) e por Houaiss, Villar e Franco (2003) dão-nos uma ideia dos usos em que *fato* participa como elemento nuclear. Além dos vários sentidos apresentados por essa palavra, sua função também é ampla. Mencionam as construções em que o substantivo aparece, seja formando perífrases de valor adjetivo (*fato científico, fato gerador, fato extinto, fato jurídico, fato linguístico*), seja em perífrases prepositivas (do *fato* de), ou, ainda, constituindo locução adverbial (de *fato*). Além disso, Houaiss, Villar e Franco (2003, p.1313) citam o valor *encapsulador*<sup>8</sup> que tal expressão pode desempenhar quando recupera “tudo aquilo que

<sup>8</sup> Rótulos têm sido usados pela linguística para descrever variados status pragmáticos: dado, novo, pressuposto, foco, tópico, identificável (ou definido) e referencial (PAYNE, 1997). A expressão “encapsulamento”, nesse sentido, indica uma estratégia pragmática, no nível do texto, de referenciação e

se manifesta no ato de fala acabado e pode servir como dado para análise e generalização”, a exemplo do que ocorre em (2): “O governo brasileiro não deveria esquecer **esse fato**.”. Nesse caso, *fato* assume a natureza referencial típica de um anafórico, ou seja, retoma o conteúdo anterior ou o conhecimento dado que lhe aparece anteposto.

### 2.1. O *fato* oracional

O valor de *encapsulador* semântico que a expressão *fato* pode assumir revela outra nuance sintática protagonizada por essa construção. Ela assume o papel de um elemento textual do domínio da coesão e da coerência. Estabelece ligação entre frases, orações e períodos, além de sugerir, semanticamente, valor resultativo. Segundo Neves (2000 *apud* Decat 2001, p. 115)<sup>9</sup>, encabeçaria um tipo de oração adjetiva. Esse tipo de estrutura, como “fato que”, “situação essa que”, entre outras, de acordo com essa linguista, “são constituídas de um aposto (‘fato’, ‘situação essa’) seguido de uma oração adjetiva restritiva”. Mira Mateus e colaboradoras ([1983] 2003), por sua vez, tentam apresentar outra versão, em que a estrutura constituída de **Nome + que** assumiria a função de uma oração relativa apositiva. Entretanto, acabam também por dizer que se trata de uma relativa restritiva que segue ao aposto, nomeando tais estruturas de “aposições nominais complexas” (*op. cit.*).

Decat (2001, p.115) não concorda com essa classificação e afirma que orações introduzidas por “fato que” seriam adjetivas explicativas, uma vez que o “próprio fato de repetirem um SN é sinal de que há necessidade de explicação”. Esse tipo de oração, atesta Decat, ocorre como uma estrutura *desgarrada*, isto é, um adendo, que, por sua vez, constitui unidade de informação à parte. Segundo essa mesma autora, isso pode ter resultado do próprio aposto, cuja característica “faz com que toda a estrutura em que ele está se caracterize como um adendo, construindo, portanto, uma unidade de informação à parte, única” (DECAT, 2001, p. 115). Por essa razão, afirma Decat, construções com

---

de processamento cognitivo. Em outras palavras, uma expressão, muitas vezes de sentido genérico, a exemplo de *fato*, é empregada pelo usuário da língua para recuperar, de uma só vez, toda informação dada ou citada anteriormente, como fazem os pronomes anafóricos *isso* e *tudo*, p. ex.

<sup>9</sup> Decat (2001) cita a *Gramática de usos do português* de Maria Helena de Moura Neves (2000). Nas referências, tal indicação deve ser considerada em Neves (2000).

*fato que* seriam uma espécie de informação suplementar, parentética, ou um epíteto, uma asserção à parte. Para afirmar isso, apoia-se nos estudos de Thompson (1989) e justifica, com dados empíricos do PB, que construções similares à apresentada em (19) revelam a estrutura **SN + que**, sendo que o SN é “vazio”, ou seja, desprovido de carga semântica, ainda que tenha como referente o conteúdo de todo um discurso precedente.

Por sua vez, o *desgarramento* de certas estruturas, conforme postula Decat (2004, p. 94), “é uma decorrência da necessidade de destacar, de focalizar informações em função da argumentação”. Em outras palavras, pode-se dizer que é o resultado da atuação do domínio pragmático sobre a organização da informação.

Os dados apresentados neste artigo corroboram a afirmação de Decat (2004) de que construções com “fato que” são exemplos de relativas desgarradas. No caso de “fato”, entretanto, destaca Decat (2004, p. 94), “pode-se dizer que ele não é totalmente desprovido de carga semântica, uma vez que se refere ao conteúdo de todo um discurso”. Apesar disso, para a linguista, ele manteria sua caracterização de “vazio” semanticamente, porque não se refere a um substantivo citado anteriormente no discurso. Isso ocorre, segundo Decat, em contextos em que ele é empregado no início de período, como em “(...) **Fato** que exige...”<sup>10</sup>. Acerca disso, tendo a não concordar com a autora. O *desgarramento* se dá mais no nível estrutural do que semântico, isso é fato. No entanto, conforme demonstram os contextos de uso aqui analisados, há integração semântica reforçada pela articulação pragmática entre a informação dada e a informação nova, que alçam tal SN à função de um anafórico. Eis o exemplo do século XX que demonstra isso:

- (19) Desconhecia ainda os motivos daquelas lentas e tormentosas horas de desencontro e incertezas. Desde o instante em que Samuel Brusky a advertira da perigosa coincidência do desaparecimento simultâneo de Evaristo, **fato que** determinara a transferência imediata de todos os comandos da operação da CND para outros endereços, a moça passara a viver, sob a aparência tranqüila de todos os dias, um vendaval interior. (corpusdportugues, séc. XX, PB)

Em (19), a construção SN + que (*fato que*) não apenas resume toda informação anteriormente apresentada como também introduz uma informação importante para a

---

<sup>10</sup> O exemplo integral pode ser visto em Decat (2004). Sugiro a leitura deste artigo que apresenta, de modo claro e empiricamente fundamentado com dados do PB, a noção de “estrutura desgarrada”, inspirada em Thompson (1989).

compreensão dos fatos. Desse modo, caracterizar esse tipo de uso de *fato*, conforme propõe Decat (2004), baseada em Thompson (1989), apenas como um “adendo” à oração precedente e dele se desgarrando sintaticamente, parece-me – e os dados indicam isso – desconsiderar a função semântico-pragmática estabelecida por essa construção.

Parafraseando Nogueira (1999), pode-se dizer que o uso de *fato*, conforme empregado em (19), revela um exemplo de construção apositiva, com valor anafórico, devido ao sentido genérico de tal termo e da função que exerce nesse tipo de enunciado. Para essa autora, apoiada em Francis (1994), essa construção apositiva poderia ser um tipo de “rotulação retrospectiva, em que um rótulo serve para ‘encapsular’ ou ‘empacotar’ um segmento discursivo já realizado” (NOGUEIRA, 1999, p. 123). Nesse caso, *fato* é interpretado como membro de uma construção apositiva que opera na dimensão do texto, ou seja, na organização do conteúdo informado pelo falante ou escritor.

Os dados investigados do século XX revelaram a frequência *token* de 270 ocorrências no PB. Nem todos, contudo, são apositivos. O caso abaixo demonstra que outras funções são acionadas por essa construção:

(20) O pedido e o despacho dispensam qualquer comentário; e, por eles, todos podem aquilatar até que ponto chegou, na Bruzundanga, a superstição doutoral. Um amanuense que se quer recomendar por ser médico, é **fato que** só se vê no interessante país da Bruzundanga. (corpusdoportugues, séc. XX, PB)

Nesse recorte sincrônico, o contexto em questão pode ser representado por *X é Y*, então tem-se esta paráfrase: *tal feito é ação que só se vê no Brasil*. O valor etimológico de *fato* permanece até nossos dias. Reitera-se, com isso, um dos princípios da gramaticalização, a *persistência* (*persistence*). Segundo Hopper (1991), o princípio da persistência refere-se ao significado e função da forma gramatical a partir de sua história como um morfema lexical.

Essa relação, muitas vezes, é completamente opaca no estágio de morfologização, entretanto, durante estágios intermediários, pode-se esperar que uma forma será polissêmica, e que um ou mais de seus significados refletirá um significado anteriormente dominante. Em outras palavras, o traço semântico do latim *facta* persiste até mesmo nos usos contemporâneos das construções com *fato*. Ao mesmo tempo, esse



processo revela evidências da especialização de novos significados, conforme sugere a evolução da construção citada em (19): *é fato que* > *fato que*, dispensando-se, em algumas ocorrências, o verbo cópula, por exemplo. A esse processo dá-se o nome de *decatégorização (de-categorialization)*<sup>11</sup>.

Nesse sentido, é oportuno observar a atuação dos mecanismos de (inter)subjetivação sobre a organização cognitiva da gramática de uma língua. Segundo Bybee (2010, p. 14), é central, para uma posição linguística baseada no uso, a hipótese de que certos usos têm impacto sobre a representação cognitiva da língua. Segundo Langacker (2013, p. 4), “the meaningfulness of grammar becomes apparent only with an appropriate view of linguistic meaning”<sup>12</sup>. Para a semântica cognitiva, o significado é identificado como a conceptualização associada às expressões linguísticas. Embora, ainda com base em Langacker, a conceptualização seja um fenômeno mental, ela tem por base a realidade física. Consiste na atividade do cérebro, o qual funciona como um parte integral do corpo, que, por sua vez, funciona como uma parte integral do mundo.

Nesse processo, os significados linguísticos são fundados na interação social, sendo negociados pelos interlocutores com base na avaliação mútua de seus conhecimentos, pensamentos e intenções (LANGACKER, 2013). Portanto, os mecanismos inter e subjetivos são essenciais para a dinâmica da mudança linguística no que tange a alterações semânticas e morfossintáticas de construções mais abstratas, portanto, mais gramaticalizadas.

## **2.2. De fato, subjetivação e intersubjetivação contribuem para a mudança**

Vários são os mecanismos envolvidos nos processos de mudança linguística de uma construção mais lexical que caminha em direção a usos mais gramaticais. Dentre eles, encontram-se a subjetivação ou subjetificação e a intersubjetivação ou intersubjetificação (TRAUGOTT, 2003). Desde já, é preciso deixar claro que os

---

<sup>11</sup> Segundo Hopper (1991, p.30), “the process of grammaticalization can usually be seen to involve a loss of the optional markers of categoriality. The functional counterpart of this ‘de-categorialization’ is a *loss of discourse autonomy* for the form: ‘noun’ –like forms no longer identify participants in a discourse, ‘verb’ –like forms no longer report new events.” Resumidamente, o que se tem é a migração de um *status* categoria para outro.

<sup>12</sup> Tradução sugerida: A significância da gramática torna-se aparente somente com uma visão adequada do significado linguístico.

mecanismos de subjetivação e intersubjetivação não conduzem, necessariamente, à gramaticalização, porque também podem levar a outros processos de mudança linguística, contudo, o inverso não é verdadeiro, uma vez que são requisitos necessários para que a gramaticalização ocorra.

Segundo Traugott (2003, p.126), subjetivação é o mecanismo pelo qual significados vêm ao longo do tempo codificar ou exteriorizar as atitudes e perspectivas do falante determinadas pelo mundo comunicativo do evento de fala, em vez de pelas características do evento ou circunstância do assim chamado “mundo real”. Ela é um dos efeitos do mecanismo que Traugott (1999) chamou de “*invited inferencing*” (uma tradução possível seria “inferência convidada”), ou seja, designa o processo pelo qual implicaturas conversacionais são *semanticizadas* ao longo do tempo. Um exemplo disso é o que pode ter acontecido com a construção *de fato*, que de locução adverbial, conforme citado em (13), (17) e (18), cuja função denota a codificação de modo, passa a desempenhar função mais discursiva, logo, mais subjetiva, conforme indicado em (8) e (9).

Em inglês, de acordo com Traugott (2005, p.174), o desenvolvimento dos significados da construção *in fact* (*de fato* ou *de facto*) é um exemplo de subjetivação. Os usuários da língua usam os advérbios para explicitar seu compromisso com a verdade do enunciado<sup>13</sup>. No caso do PB, todavia, *de fato* pode também funcionar como adjetivo, visto em (6): “*É verdade que os poderes de fato do soberano são para lá de limitados*”, com um sentido de “efetivo”, “de direito”. O desenvolvimento do significado de *de fato* como marcador discursivo é um caso de acréscimo da subjetivação do falante sobre o enunciado. Com isso, uma intenção comunicativa é realçada: marcar uma estratégia explícita de crença pessoal, ou seja, indicar a veracidade do conteúdo informado pelo falante.

Numa perspectiva cognitivista, Langacker (2000, p. 297) afirma que a subjetivação é a mudança a partir de uma interpretação relativamente objetiva de alguma entidade para uma mais subjetiva. Esse processo envolve *atenuação* no grau de controle exercido pelo sujeito agente. Quando levada ao extremo (como em formas

---

<sup>13</sup> No original: “The development of the EA [English actually] meanings of *indeed*, *in fact*, and *actually* is in each case an example of subjectification. SP/W [speaker/writer] uses the adverbials to make explicit his or her commitment to the truth of the utterance.” (TRAUGOTT, 2005, p.174).

altamente gramaticalizadas), a atenuação resulta na propriedade de *transparência*, com consequências gramaticais importantes<sup>14</sup>. Para Langacker, a transparência total ocorre quando a atenuação de responsabilidade e controle do sujeito (agente) é levada ao extremo. Os exemplos citados por ele, apresentados em (a) e (b), exemplificam tal processo:

(a) *I have an electric saw (but I seldom use it).*  
*Eu tenho uma serra elétrica (mas eu raramente uso-a).*

(b) *There may have been a serious breach of security.*  
*Pode haver uma violação grave de segurança.*

Em (a), tem-se uma fonte de controle físico potencial; o sujeito é dotado de possibilidade volitiva e, portanto, pode fazer uso dela ou não. Em (b), tem-se uma construção que representa um estágio mais avançado de gramaticalização e a implicação de qualquer envolvimento subjetivo é atenuada. Com a construção *de fato*, por exemplo, o aumento do grau de subjetivação torna-se mais evidente em construções com valor discursivo, como ilustrado em (9):

(9) Diante da resistência dos políticos em mudar as regras que os elegem embora distorçam a qualidade da representação, **de fato** o plebiscito soa como uma boa (talvez a única) solução. (coluna da Folha de SP, séc. XXI)

Nesse caso, o falante/escritor revela a intenção de interferir no conhecimento pragmático do interlocutor a favor do argumento considerado válido por ele. Para isso, lança mão do mecanismo intersubjetivo, fazendo uso de uma construção linguística capaz de garantir essa intenção.

A intersubjetividade, para Traugott (2003, p.128) – inspirada no conceito originalmente de Benveniste (1971) –, é a expressão explícita da atenção do falante para o “*self*” do destinatário no sentido epistêmico, prestando atenção às suas atitudes para com o conteúdo do que é dito. Num sentido social, indica a atenção (entre os actantes) à sua “face” ou às “necessidades da imagem” associada com identidade e instância social. A intersubjetividade, segundo Traugott (2003), envolve a atenção do falante para com o destinatário como um participante no evento de fala.

---

<sup>14</sup> No original: “Subjectification is a shift from a relatively objective construal of some entity to a more subjective one. The cases considered here involve *attenuation* in the degree of control exerted by an agentive subject. When carried to extremes (as it is in highly grammaticized forms), attenuation results in the property of *transparency*, which has important grammatical consequences” (LANGACKER, 2000, p.297).

Como visto, a construção *de fato* pode apresentar usos intersubjetivos, quando funciona, segundo Traugott (2005), como um marcador discursivo restrito, para minimizar ou mitigar o que é dito com a finalidade de antecipar as prováveis objeções do destinatário/interlocutor. É o que ocorre em (9): “*Diante da resistência dos políticos em mudar as regras que os elegem embora distorçam a qualidade da representação, de fato o plebiscito soa como uma boa (talvez a única) solução*”.

Halliday (2004, p.30), por sua vez, atribui à propriedade interpessoal uma das metafunções da linguagem, além da ideacional ou representacional e da textual. Segundo ele, se a função ideacional da gramática é a linguagem como reflexão, a metafunção interpessoal é a linguagem como ação, simultaneamente, interativa e pessoal.

Traugott (2010), por sua vez, não concorda com a definição apresentada por Halliday e Hasan acerca da definição de escopo da metafunção interpessoal. Segundo ela, o termo “interpessoal” é empregado pelos autores para um grande número de fenômenos, que, para ela, poderiam ser referidos como “expressivos” e não interpessoais. A hipótese levantada por Traugott sugere que a subjetivação e a intersubjetivação envolvem a reanálise como significados codificados de sentidos pragmáticos decorrentes do contexto de negociação de sentido entre falante ouvinte. A subjetivação, para essa linguista, é o desenvolvimento de significados que expressam a atitude ou ponto de vista do falante, enquanto que a intersubjetivação é o desenvolvimento da atenção do falante para a autoimagem do destinatário. O excerto citado em (9) exemplifica tal afirmação.

### ***O fato é que é preciso concluir***

Meu objetivo, neste estudo, concentrou-se na análise de alguns usos de construções que têm por núcleo a expressão *fato* (ou *facto*) com base nas sincronias dos últimos seis séculos do português (PE e PB). Interessava-me descrever o comportamento dessa construção sob o escopo de alguns dos princípios da gramaticalização (HOPPER, 1991; HOPPER e TRAUGOTT, 2003). As observações conduziram-me às conclusões que apresento a partir de agora.

Inicialmente, a busca textual (frequência *token*) do elemento *facto* e *fato* no banco de dados da plataforma *corpusdoportugues.org*, de Davies e Ferreira (2006), revelou uma frequência *token* exponencialmente progressiva. Cabe indicar ao leitor, contudo, que a variação do número de palavras entre os séculos e, muitas vezes, a não distinção<sup>15</sup> entre os dados do PE e do PB do *corpus* em questão condicionaram as conclusões aqui apresentadas. Assim, a frequência *token*, neste estudo, restringe-se à tarefa de apontar generalizações acerca das ocorrências de *facto* e *fato* ao longo da história do PE e do PB, merecendo, futuramente, a análise mais precisa da frequência *type*. Feita essa anotação, segue o quadro expositivo das ocorrências de *facto* e *fato* nos *corpora* de Davies e Ferreira (2006):

Tabela 1: Frequência *token* de *facto* e *fato* do século XIV ao XX.

Século	Núm. de palavras	<i>Token de facto</i>	<i>Token de fato</i>
XIV	1.316.268	0	0
XV	2.875.653	6	12
XVI	4.435.031	7	224
XVII	3.407.741	19	57
XVIII	2.234.951	28	29
XIX	10.008.622	329	1479
XX	6.358.380	3580	3702

No século XIV, não foram localizadas as formas *facto* e *fato* na amostra em estudo. A partir do século XV, os dados revelam uma curva ascendente em relação à frequência de uso das construções com *facto* e *fato*. Parte disso pode ser atribuída ao tamanho da amostra de cada século, mas não apenas. É importante ressaltar que a semântica de *fato* está condicionada à variante diatópica. Conforme apontei neste artigo, no PE os falantes usam a palavra *fato* como substantivo concreto para nomear, por

<sup>15</sup> O *corpus* digital organizado por Davies e Ferreira (2006), em seu sistema de busca por século, apresenta, nas amostras dos séculos XVI a XIX, dados do PE e do PB conjuntamente. A distinção diatópica precisa ser feita manualmente, observando-se cada um dos *tokens*.

exemplo, um tipo de roupa ou traje. Já no PB, essa mesma palavra é empregada, na grande maioria, nos mesmos contextos em que *facto* (PE) é empregado.

A análise dos contextos de uso de *facto* e *fato* revelaram indícios de variação e mudança, de certo modo, já atestados por Borba (2002) e Houaiss, Villar e Franco (2003) em seus respectivos dicionários do português, com descrições, no entanto, distintas. Se, por um lado, Borba (2002) ressalta o aspecto semântico das construções com *fato*: abstrato de ação, de processo e de estado, por outro, Houaiss, Villar e Franco (2003) concentram-se no aspecto lexical dessa construção: *fato científico*, *fato complexo*, *fato ilícito*, *fato linguístico*, *fato jurídico*, entre outros.

A análise ora apresentada, por seu turno, revelou outras classificações para essa mesma construção. No contexto indicado em (1) e (2), *fato* tem sentido pleno, ou seja, refere-se a um acontecimento, é núcleo de um SN [artigo ou pronome + FATO] e tem a função de núcleo do predicativo. Indica determinado acontecimento factual *realis* ou *irrealis*. Por retomar um evento, *fato*, neste contexto, apresenta-se num grau muito baixo de (inter)subjetividade. Apesar do valor lexical, tem função anafórico, porque faz referência a uma informação antecedente.

Um sentido mais objetivo de *fato* pode ser visto em (21). Nele a palavra *fato* retoma um acontecimento do mundo físico, revelando, assim, uma função mais lexical, que recupera a ideia de acontecimento:

- (21) Inclusive estamos às vésperas de um ano eleitoral e o **fato** está sendo usado politicamente, não é? (corpusdoportugues, sec. XX PB)

Trata-se de um SN que remete a um evento que aconteceu no mundo extralinguístico. Isso também ocorre no caso citado em (1) e (2). No plano semântico, tem-se a recuperação da noção de uma “ação ou coisa considerada feita” (HOUAISS, VILLAR e FRANCO, 2003, p.1313); no domínio gramatical, tem-se um nome determinado por pronomes ou artigos (*esse, um, o*). No nível pragmático, retoma uma ação ou evento empírico, que passa a ser codificado, linguisticamente, com a função de argumento externo ou sujeito oracional.

Contudo, *fato* pode fazer referência a informações do próprio texto, ampliando seu valor anafórico via processamento cognitivo e textual, o que revela indícios do grau

de abstração e intersubjetividade mais evidentes. Isso pode ser verificado em (3): “Mas não interessa muito o que imaginamos, **o fato é que** 50% das cobaias simplesmente não veem o símio, porque estão ocupadas contando”. Nesse contexto, *fato* não permite regência preposicionada, como, por exemplo, *pelo fato de*, o que pode ser indício de seu valor ainda lexical, conforme ocorre no contexto (1), ainda que demonstre um nível de abstração maior do que naquele.

Já em (4): “Não se pode estabelecer um vínculo entre subfinanciamento e acidentes, decerto, mas também **é fato que** o Proantar não se reerguerá das cinzas sem um investimento mais constante do governo”, a construção em destaque não mais recupera um evento ou ação. Ele marca a avaliação do falante/escritor acerca do conteúdo informado. Ao utilizar *é fato que*, o usuário da língua pretende que seu interlocutor receba a conclusão de seu ponto de vista e/ou sua opinião referente ao assunto sobre o qual fala como um conhecimento incontestável, factual; portanto, verdadeiro. É interessante notar que esse uso o aproxima de seu significado etimológico. Entretanto, não se trata aqui da retomada de uma ação ou de algo feito (*factum*), trata-se, sim, do emprego de uma construção que marca intersubjetivamente uma intenção.

Para Neves (2007), seria um tipo de qualificador epistêmico de um estado de coisas ou de uma predicação e apresenta-se como independente da avaliação do falante. Custa-me, contudo, defender essa “independência” da avaliação do falante, como propõe a autora. Enunciados como o citado em (4), por exemplo, denotam que o redator (ou falante) procura deixar claro seu juízo valorativo em relação ao tema tratado, ainda que apresente característica da modalidade epistêmica: “mas também **é fato que** o Proantar não se reerguerá das cinzas sem um investimento mais constante do governo”<sup>16</sup>.

Nesse sentido, *é fato que* pode ser parafraseado por “é verdade que” ou mesmo por “ocorre que”, conforme Braga (2012). Ou seja, trata-se de uma construção asseverativa. Um dos modos de expressão do grau da modalidade no eixo do conhecimento, ou seja, no nível epistêmico. Segundo Neves (2007, p.172), a avaliação

---

<sup>16</sup> O emprego da conjunção “mas” como operador argumentativo (DUCROT, 1977) reforça o tom (inter)subjetivo desta construção.

epistêmica “se situa em algum ponto do *continuum* que, a partir de um limite preciso, onde se encontra o (absolutamente) certo, se estende pelos indefinidos graus do possível”. *É fato que* estaria, por conseguinte, mais à direita desse *continuum*. Assim, como escreve a autora, no extremo da certeza “há um enunciador que avalia como verdadeiro o conteúdo de seu enunciado, apresentando-o como uma asseveração (afirmação ou negação), sem espaço para dúvidas e sem relativização” (NEVES, 2007, p. 172).

A exemplo do que defende Traugott (1999, 2003, 2005), estaríamos diante da atuação do mecanismo subjetivo e, principalmente, intersubjetivo da linguagem. No exemplo (4), isso repercute na criação de uma construção com grau de gramaticalidade mais proeminente, funcionando como oração matriz de uma subordinada substantiva, e, portanto, já se afastando dos contextos mais lexicais apresentados, por exemplo, em (1) e (2).

Para Traugott (2010), a subjetivação tende a ocorrer mais em gramaticalização primária (a mudança do lexical para o gramatical) do que em gramaticalização secundária (o desenvolvimento de material já gramatical em material mais gramatical). Isso porque a gramaticalização primária exige, inicialmente, o fortalecimento das inferências pragmáticas que surgem em contextos linguísticos muito específicos antes da sua semanticização e reanálise como elemento gramatical. Tal fenômeno, conforme verificado adiante, é capaz de explicar por que razão o falante e o ouvinte do PB, por exemplo, tenderá a processar e analisar a construção *fato que*<sup>17</sup> como uma unidade de forma e sentido, ou seja, como uma construção cristalizada, com a função sinalizadora de conclusão ou síntese do conteúdo anteriormente comunicado. Uma espécie de reforço (inter)subjetivo.

Várias foram as ocorrências na amostra em questão de construções do tipo *pelo fato de*, *no fato de*, *ao fato de*, conforme revelam os exemplos (5) e (6), organizados com base na estrutura [preposição + artigo + FATO + preposição]. Semanticamente, funcionam como locuções prepositivas capazes de indicar conceitos de origem, causa, motivo, razão. A origem remota do caso ablativo, pode, talvez, explicar tais construções

---

<sup>17</sup> Conforme visto no desenvolvimento deste artigo, Decat (2001) chama essa construção de relativa “desgarrada”. Neves (2000), por sua vez, de uma construção apositiva (*fato*) seguida de relativa restritiva.



contemporâneas, mas isso é, por enquanto, apenas especulação. Não foi dado, neste artigo, atenção especial a esses contextos de uso, muito embora reconheça-se que podem representar um clássico exemplo de gramaticalização. Nem mesmo as gramáticas citam tais casos. Neves (2000), por exemplo, em sua *Gramática de Usos do Português*, não menciona nenhum caso de construções prepositivas com *fato*. Bechara (2006, p. 305) cita, entre os casos de locuções prepositivas, o “em razão de”, mas nenhuma perífrase, como *pelo fato de*, por exemplo. Castilho (2010)<sup>18</sup> também não faz menção a esse tipo de locução, mas afirma que a tipologia promovida sobre a preposição nem sempre é muito nítida.

Nos contextos apresentados em (7), (8) e (9), segundo Borba (2002), *fato* seria o núcleo de uma construção adverbial formada pela preposição “de” e o substantivo “fato”, com sentido de *certamente, verdadeiramente*. Essa mesma construção, segundo ele, também pode desempenhar a função de uma construção adjetiva e ligar-se a um nome, conforme ocorre em (7): “É verdade que os poderes **de fato** do soberano são para lá de limitados, mas, ainda assim, rei é rei e não há dúvida de que é a realeza que diferencia este casamento”.

Em (7), a construção *de fato* está relacionada ao substantivo “poderes” e poderia ser assim parafraseada: *É verdade que os poderes efetivos do soberano são para lá de limitados [...]*. No caso em epígrafe, *de fato* faz referência aos poderes de direito do soberano, qualifica um estado de coisas. Logo, sua função é adjetival e não adverbial.

Em “**de fato** o plebiscito soa como uma boa (talvez a única) solução”, contudo, a marcação linguística da subjetividade, como referido, é patente. Diante de uma determinada situação, o usuário da língua assume uma posição e a expressa numa construção que está noutra nível que não o do predicado. Para isso, lança mão de um recurso linguístico que indica seu envolvimento acerca de um determinado evento ou estado de coisas, assumindo, assim, a função de um marcador discursivo ou argumentativo. Ao mesmo tempo, tem-se a implicação do mecanismo intersubjetivo,

---

<sup>18</sup> De modo geral, segundo Castilho (2010, p.585), “a preposição localiza a FIGURA: (i) em lugares precisos e em estados de coisa dinâmicos, considerando um percurso hipotético, tais como ponto inicial do percurso, o segmento medial do percurso, o ponto final do percurso; (ii) em lugares precisos e em estados de coisa estáticos, tais como em cima/embaixo, à frente/atrás, à direita/à esquerda; (iii) em lugares imprecisos, tais como dentro/fora, longe/perto, ausência/copresença.”.

uma vez que o falante/escritor espera que seu interlocutor receba o conteúdo comunicado como uma certeza, ou seja, como uma informação que se cinge aos fatos<sup>19</sup>.

Na análise aqui proposta, considerei os aspectos semântico e morfossintáticos dos usos de *fato* com o intuito de investigar um possível processo de gramaticalização da *factuality* no português. Os dados históricos, entretanto, revelaram-me outra situação: a origem verbal de *facto/fato* que deriva da forma latina singular *facta*. Sua substantivação, ainda no latim. Seu emprego como locução adverbial, novamente no latim, no caso ablativo. Seu uso como elemento referencial. Seu emprego como marcador da factuality de um conteúdo informado. Ainda que tais características estejam, aqui, dispostas linearmente, o que reforçaria o princípio da unidirecionalidade da mudança linguística por gramaticalização, não posso desconsiderar as evidências empíricas.

Desde os usos mais tardios das construções com *facto/fato*, é latente o seu potencial polissêmico e multifuncional, o que indica uma categoria em expansão radial. Tal constatação não inviabiliza o princípio da unidirecionalidade, afinal, a expressão deriva de uma categoria mais lexical (verbo), logo, mais concreta, e passa, sob as pressões do uso, a desempenhar funções mais gramaticais e, por conseguinte, mais abstratas. Assim, o *continuum* + **concreto** > – **concreto** > + **abstrato** pôde ser testado. Além disso, ficou evidente que alguns itens ou construções, desde a sua origem, denotam certa tendência à gramaticalização. As várias acepções da palavra *fato/facto* e seu étimo em *faz-* devem ser considerados nesse processo. Por outro lado, os empregos que dela fizeram e fazem os falantes do português, certamente, repercutem o dinamismo do sistema linguístico, com suas ativações, desativações, reativações (CASTILHO, 2010) e, acrescentaria, manutenções.

## Referências

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

---

<sup>19</sup> Conforme já mencionado neste trabalho, Traugott e Dasher (2005, p152) estudam, entre outros, o caso de “*in fact*” como marcador discursivo derivado de advérbio. Também chamado de “marcador pragmático” ou “partícula metatextual”. Processo similar de deriva funcional ocorre nas construções *de fato* (PB) e *de facto* (PE), conforme demonstraram os dados empíricos.

BENVENISTE, E. *Subjectivity in language, in Problems in general linguistics*. 1971. *Apud* TRAUGOTT, E. C. From subjectification to intersubjectification. In: Raymond Hickey (eds.). *Motives for language change*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2003. p. 124-139.

BORBA, F. S. *Dicionário de usos do português do Brasil*. São Paulo: Ática, 2002.

BYBEE, J.; HOPPER, P. *Frequency and the emergence of linguistic structure*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2001.

BYBEE, J. *Language, usage and cognition*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2010.

BRAGA, M. L. *Acerca dos usos de fato e sendo que*. Comunicação pessoal. 2012.

CASTILHO, Ataliba T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

CUNHA, M. A. F. da; COSTA, M. A.; CEZARIO, M. M. Pressupostos teóricos fundamentais. In: CUNHA, M. A. F. da; OLIVEIRA, Mariangela R. de; MARTELOTTA, M. E. (orgs.). *Linguística funcional teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 29-55.

DAVIES, M.; FERREIRA, M. J. *Corpus do Português*. 2006. Disponível em [www.http://corpusdoportugues.org](http://corpusdoportugues.org). Acesso em 24 jul. 2015.

DECAT, M. B. N. Orações adjetivas explicativas no português brasileiro e no português europeu: aposição rumo ao ‘desgarramento’. Belo Horizonte: *SCRIPTA*. v.5, n. 9, 2001. p. 104-118. Disponível em: [http://www.ich.pucminas.br/cespuc/Revistas\\_Scripta/Scripta09/Conteudo/N09\\_Parte01\\_art09.pdf](http://www.ich.pucminas.br/cespuc/Revistas_Scripta/Scripta09/Conteudo/N09_Parte01_art09.pdf). Acesso em 24 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. Orações relativas apositivas: SNs “soltos” como estratégia de focalização e argumentação. *Veredas – Rev. Est. Ling., Juiz de Fora*, v.8, n.1 e n.2, p.79-101. Jan./Dez., 2004. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/cap06.pdf>. Acesso em 24 out. 2015.

DUCROT, O. Princípios de semântica linguística: dizer e não dizer. São Paulo: Cultrix, 1977. In: FIORIN, J. L. (org.). *Introdução à linguística*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 165-186.

FACT. *Dictionary reference*. Disponível em <http://dictionary.reference.com/browse/fact>. Acesso em jun 2012.

FRANCIS, G. Labeling discourse: an aspect of nominal-group lexical cohesion. In: COULTHARD, M. *Advances in written text analysis*. Londo and New York: Routledge, 1994. p. 83-101.

GOLDBERG, A. E. *Constructions: A construction grammar approach to argument structure*. Chicago: Chicago University Press, 1995. \_\_\_\_\_. *Construction at work: The nature of generalization in language*. Oxford: Oxford University Press, 2006. p. 19-65.

HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. Revised by Christian M. I. M. Matthiessen. 3rd ed. London: Hodder Education, 2004.

HOPPER, P. J. On some principles of grammaticalization. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (eds.). *Approaches to grammaticalization*. Vol. I: Focus on theoretical and methodological issues. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1991. p. 17-35.

HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. 2nd ed. Cambridge University Press, 2003.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S.; FRANCO, F. M. de M. *Dicionário Houaiss da LP*. Lisboa: Círculo Leitores, 2003.

LANGACKER, R. W. *Grammar and conceptualization*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2000.

\_\_\_\_\_. *Essentials of cognitive grammar*. New York: Oxford University Press, 2013.

MATEUS, M. H. M. *et alii. Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, [1983] 2003.

NEVES, M. H. de M. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2007.

\_\_\_\_\_. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

NOGUEIRA, M. T. Referenciação textual e emprego de construções apositivas. *Revista de Letras*, nº 21, vol. 1/2, jan/dez 1999. p.118-124.

PAYNE, T. E. *Describing morphosyntax. A guide for field linguistics*. United Kingdom: Cambridge University Press, 1997.

PEIRCE, C. S. *Collected papers*, ed. Charles Hartshorne and Paul Weiss. Cambridge, MA: Harvard University Press, Belknap. *Apud* HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. 2nd ed. Cambridge University Press, 2003. p.19-70.

THOMPSON, S. A. A discourse approach to the cross-linguistic category “adjective”. In: COORIGAN & ECKMAN & NOONAN (eds.). *Linguistic categorization*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Co. 1989.

TROUSDALE, G. Constructions in grammaticalization and lexicalization: evidence from the history of a composite predicate construction in English. In: TROUSDALE,

G.; GISBORNE, N. (eds.). *Constructional approaches to english grammar*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2008. p. 33-67.

TRAUGOTT, E. C. The role of pragmatics in a theory of semantic change. In Jef Verschueren, ed., *Pragmatics in 1998: Selected Papers from the 6<sup>th</sup> International Pragmatics Conference, II*. Antwerp: International Pragmatics Association, 93-102. 1999.

\_\_\_\_\_. From subjectification to intersubjectification. In: RAYMOND, H. (eds.). *Motives for language change*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2003. p. 124-139.

\_\_\_\_\_ and DASHER, R. B. *Regularity in semantic change*. Cambridge University Press, 2005.

\_\_\_\_\_. Revisiting subjectification and intersubjectification. Pre-final draft of paper. In: KRISTIN, D.; LIEVEN, V.; HUBERT, C. (eds.). *Subjectification, intersubjectification and grammaticalization*. Berlin: De Gruyter Mouton, 2010. p. 29-70.

## OS SOBRENOMES DOS HABITANTES DE ESTRELA-RS: UM ESTUDO ONOMÁSTICO

*The surname of the inhabitants of Estrela-RS: an onomastic study*

*Kleber Eckert\**  
*Maiquel Röhrig\*\**

**RESUMO:** O objetivo principal deste artigo é realizar um estudo antroponímico a partir dos sobrenomes mais populares do município de Estrela-RS. Para tanto, elaborou-se uma síntese da história sociocultural do município e fez-se um levantamento dos sobrenomes mais frequentes que aparecem na lista telefônica do município referente ao ano de 2015. De posse dos 20 sobrenomes mais frequentes, procedeu-se à divisão por origem étnica e após cada um deles foi analisado histórica e etimologicamente. Além de discutir questões inerentes à onomástica e, dentro dela, a antroponímia, chegou-se à conclusão de que existe uma relação muito próxima entre a história de ocupação e colonização de Estrela-RS, sobretudo quanto aos grupos étnico-linguísticos ali existentes, e os sobrenomes que hoje predominam no município.

**Palavras-chave:** Antroponímia; Sobrenomes; Estrela-RS; Origem étnica.

**ABSTRACT:** *The aim of this paper is to accomplish an anthroponymic study from the most popular surnames of the municipality of Estrela-RS. Therefore, a summary of the socio-cultural history of the municipality was drawn up, and a survey of the most common surnames that are in the telephone directory of the city regarding the year 2015 was made. In possession of the 20 most common surnames, a division by ethnic group was carried out, and after each one it was historically and etymologically analyzed. Besides discussing issues inherent in onomastic and, in it, anthroponymy, as a conclusion, it was found that there is a very close relation between the history of settlement and colonization of Estrela-RS, especially as for the ethno-linguistic groups therein, and the surnames that prevail in the city.*

**Keywords:** *Anthroponymy; Surnames; Estrela-RS; Ethnic group.*

---

\* Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) campus Bento Gonçalves. Doutor em Letras (2014) pela Universidade de Caxias do Sul (UCS) – klebereckert@hotmail.com

\*\* Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) campus Bento Gonçalves. Doutor em Letras (2014) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – leuqiam@gmail.com

## Introdução

O objetivo do presente artigo é analisar histórica e etimologicamente os sobrenomes mais frequentes do município de Estrela-RS e, a partir dessa análise, tecer considerações de diferentes perspectivas acerca desses sobrenomes. Para tanto, em primeiro lugar, elabora-se uma síntese sobre aspectos históricos e socioculturais do município de Estrela, tendo em conta os processos imigratórios de formação da comunidade, bem como as características atuais do município. Como o tema do estudo é o conjunto dos sobrenomes mais populares do município, tenciona-se refletir sobre a onomástica – ciência dos nomes próprios – e a relação dessa disciplina com outras áreas do conhecimento. Faz-se uma discussão, nessa linha, sobre a diferença entre nome comum e nome próprio, bem como entre signo linguístico e signo onomástico. Apresentam-se considerações sobre a opacidade e a transparência do signo onomástico, especialmente a partir dos estudos de Dauzat (1950), Guérios (1973), Dick (1992), Seabra (2008), Mioranza (2009) e Marcato (2009).

No campo da antroponímia, que é a parte da onomástica dedicada aos estudos dos nomes próprios de pessoas – nomes, sobrenomes e apelidos – examinam-se ponderações sobre aspectos linguísticos, psicológicos e sociais dos nomes de pessoas. Em seguida, levantam-se aspectos históricos sobre o surgimento da maioria dos sobrenomes de origem europeia – tema deste artigo – e propõem-se diferentes perspectivas de análise, sejam elas linguísticas ou extralinguísticas, de acordo com princípios teóricos de Dauzat (1950), Guérios (1973), Dick (2000), Carvalhinhos (2007), Marcato (2009) e Mioranza (2009).

Quanto à metodologia de pesquisa, inicialmente foram listados todos os sobrenomes presentes na lista telefônica de Estrela-RS, referente ao ano de 2015, restringindo-se o estudo aos sobrenomes de pessoas físicas. O fato de o *corpus* ter sido baseado em lista telefônica encontra amparo em outros estudos antroponímicos, como o de Eckert (2013) que, por sua vez, foi inspirado em estudos citados por Marcato (2009) e Rossebastiano e Papa (2005). A partir dos dados constantes na lista telefônica, todos os sobrenomes foram lançados em planilhas de cálculo (ao lado de cada sobrenome registrava-se o total de ocorrências) e ordenados em números absolutos, até chegar aos mais populares. Os 20 sobrenomes foram ainda classificados de acordo com a origem

étnico-linguística para verificar, entre outros aspectos, em que grau é verdadeiro dizer que, em Estrela, especificamente, existe um predomínio do grupo étnico-linguístico germânico sobre os demais, de acordo com a história sociocultural do município.

A partir dos 20 sobrenomes mais frequentes, pretendeu-se realizar uma classificação tipológica e uma análise etimológica de cada um deles, além de um levantamento histórico acerca da origem de cada sobrenome a respeito do seu uso no Rio Grande do Sul e no Brasil. Sobre esses usos, utilizaram-se estudos de Klering (1988), sobre os sobrenomes mais frequentes do Rio Grande do Sul; de Simões (2011), que analisa os sobrenomes de origem lusa mais utilizados no Brasil; e da Embaixada e Consulados Gerais da Alemanha no Brasil, que lista os sobrenomes de origem alemã mais populares no Brasil.

### **1. Breve histórico sociocultural de Estrela**

A história oficial de Estrela inicia-se em 20 de maio de 1876, data em que, segundo Hessel (1983, p. 32), Tristão de Alencar Araripe, Presidente da Província, sanciona a lei que cria o município, à época englobando os territórios hoje emancipados de Estrela, Lajeado, Arroio do Meio, Teutônia, Colinas, parte dos municípios de Encantado e de Imigrante. No entanto, antes de a fundação do município ser encabeçada por Antônio Vítor de Sampaio Mena Barreto, o território foi ocupado por diferentes povos.

Ainda hoje há marcas da ocupação indígena na região, com reservas indígenas em algumas localidades. Os índios pertenciam ao grande grupo étnico dos tupi-guaranis, que, a partir do século XVII, viram suas populações reduzirem-se até o quase extermínio pelos portugueses que iniciaram uma maior colonização do local, a qual recebe um grande impulso em 1740, quando a região do Vale do Rio Taquari, dentro da qual se situa Estrela, recebe vários portugueses, os quais se fixam principalmente na localidade onde hoje encontramos o município de Taquari.

Naquela época, ao invés de municípios, como temos hoje, havia sesmarias, ou seja, grandes fazendas concedidas pelo governo aos colonos que as recebiam mediante a condição de ocupá-las e fazê-las produzir alimentos, o que significava, entre outras



medidas, expulsar as populações nativas e derrubar as matas. Nesse contexto, Estrela começa a se desenhar como município a partir de 1824, quando parte da Fazenda Estrela passa a ser administrada por João Inácio Teixeira, que rompe a sociedade que tinha com seu irmão, José Inácio Teixeira. Este fato marca a divisão da Fazenda entre os dois irmãos Teixeira, cada um ficando com uma fatia de terra separada da outra pelo rio Taquari, e sinaliza os primórdios de uma rivalidade entre as populações dos dois municípios, e cujos resquícios ainda são sentidos por parte da população de Estrela e Lajeado, que mencionam essa rivalidade frequentemente nas conversas do dia a dia.

É deste período a primeira leva de imigrantes alemães. Segundo Ferri (1991, p. 78), “A 25 de julho de 1824, chegava a primeira leva de imigrantes alemães, destinados inicialmente, à colônia de São Leopoldo, criada nesse mesmo ano pela Imperatriz Dona Leopoldina”. Em 1830, a colonização alemã foi temporariamente suspensa, mas é retomada logo depois, durante a Revolução Farroupilha.

O recrudescimento do processo de colonização ocorre devido a condições políticas exteriores, sobretudo devido à ameaça da independência do território do Uruguai, que se concretizou em 1828, motivo por que, de acordo com Schierholt (2002, p. 30), “D. Pedro I planejou povoar e colonizar o Rio Grande do Sul com imigrantes alemães, para garantir sua integração ao Império brasileiro e, também, para reforçar o Exército imperial”.

Esse período coincide com uma delicada situação política e econômica da Alemanha. O país, ao mesmo tempo em que sofria com as guerras napoleônicas, via a urbanização impulsionar o êxodo rural e ampliar suas danosas consequências, como o desemprego. É isso o que nos diz Schierholt (2002, p. 30), segundo o qual “o povo alemão sofria as consequências das guerras napoleônicas e a falta de unidade política. Para que esta se concretizasse, novas guerras estavam previstas. [...] Com a revolução industrial, a Alemanha estava se proletarizando.”. Devido a essas questões, parte expressiva da população vivia em situação de vulnerabilidade, e, por isso, via na emigração uma oportunidade de melhores condições de vida. Isso posto, aceitavam a viagem ao Brasil e enchiam-se de esperança com as propostas do governo brasileiro, considerando-as vantajosas a despeito dos gigantescos desafios que os aguardavam,

entre eles, a língua, a geografia, a cultura, o clima, a falta de infraestrutura e tantos outros.

Depois de ocuparem a região de São Leopoldo, os imigrantes alemães “seguiram os cursos d’água, que eram o caminho mais favorável, atingindo os vales dos rios Jacuí, Pardo e Taquari” (FERRI, 1991, p. 78). No “ano de 1856, começou o povoamento das terras de Vitorino José Ribeiro, entre os arroios Estrela e Boa Vista. Em 1870, Antônio Vítor de Sampaio Mena Barreto fundava o povoamento de Santo Antônio de Estrela, hoje Estrela” (FERRI, 1991, p. 79).

O longo processo de colonização levou à predominância da população branca na região. Schierholt (2002, p. 22) destacou este aspecto dizendo que “O fenômeno da colonização, iniciada em 1855 em Estrela, deu o caldo grosso de 82% ou mais na formação étnica dos estrelenses.”. Entretanto, em meados do século XIX a situação era diferente, em vista da grande quantidade de escravos que trabalhavam nas fazendas da região. Em relação a isso Schierholt afirma:

Conjetura-se, com bons fundamentos, que na primeira metade do século 19 a população negra no Alto Taquari superasse em número a população branca; com a colonização germânica, o grosso dessa gente de sangue africano deve ter descido com as águas do Taquari, em cujos portos, embarcações ou passos, muitos deles ganharam a vida ou a sobrevivência após a Abolição (1888). (2002, p. 22).

Hoje, embora diversificada, a constituição étnica do município de Estrela guarda as marcas destes quase dois séculos de ocupação do território pelos imigrantes portugueses, alemães e italianos, sobretudo, bem como de diversos outros países que, ao longo do século XX, aumentaram a diversidade cultural da região. Hoje, o município conta com descendentes de poloneses, austríacos, holandeses, espanhóis, franceses, ingleses, entre vários outros. Nos últimos anos, tem recebido ainda, grande quantidade de imigrantes haitianos, que procuram a região para trabalhar e estudar.

## 2. A onomástica<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Parte das reflexões sobre a onomástica e a antroponímia foram aproveitadas do artigo sobre os antroponímicos do município de Lajeado-RS, publicado por Eckert (2013, p. 142-149) e que consta nas referências do presente artigo.

Um dos ramos da lexicologia é a onomástica, ciência que estuda a origem e a formação dos nomes próprios. O termo é formado por dois radicais de origem grega, *onoma* (nome) e *tékne* (arte), cujo resultado, *onomastiké*, significa *a arte de nomear*. No latim tardio, a palavra aparece como *onomasticon*, que evolui e chega ao Português como onomástica<sup>2</sup>. De acordo com Mioranza (2009), por um longo período de tempo o vocábulo foi usado para indicar o estudo de todos os nomes próprios, de pessoas e de lugares.

O estudo da onomástica é interdisciplinar, posto que está em constante diálogo com outras áreas da linguística, dentre elas, com a linguística histórica que

estuda as raízes antigas e distantes que propiciaram o surgimento e a fixação dos nomes e sobrenomes. Essa parte da linguística, que busca origens e remonta aos vocábulos **antigos**, é chamada de etimologia. Os estudos etimológicos se voltam, portanto, sempre para o passado e procuram interpretar não somente as raízes lexicais como também todo o contexto histórico e social em que elas surgiram (MIORANZA, 2009, p. 27).

Atualmente a onomástica subdivide-se em dois grandes campos de investigação, que, conforme Marcato (2009), são a toponímia e a antroponímia. A primeira também recebe a designação de antroponomástica, se ocupa dos nomes próprios de pessoa, isto é, os antropônimos. A segunda, chamada também de toponomástica, estuda os nomes de lugar, ou seja, os topônimos.

Guérios (1973) também trabalha com a divisão da disciplina em duas grandes áreas e afirma que

O estudo dos nomes próprios classificam-no primordialmente em *nomes de pessoas*, a que se dá o título de *Antroponímia* (expressão que pela primeira vez foi empregada por J. Leite de Vasconcelos na *Revista Lusitana*, I, 45), e em *nomes de lugares* ou *geográficos*, que se denomina *Toponímia* (nomes de nações, províncias, cidades, sítios, montanhas, vales, rios, etc.) (GUÉRIOS, 1973, p. 15, grifos do autor).

Seabra, por sua vez, pondera, em relação a essa divisão, que as duas grandes áreas são formadas por “elementos linguísticos que conservam antigos estágios denominativos” (2008, p. 1945). É o que também esclarece Dauzat (1950), quando defende que tanto os nomes de pessoas quanto os de lugares sofrem os mesmos

---

<sup>2</sup> Segundo Guérios (1973), a onomástica, que é a ciência dos nomes próprios, também pode ser chamada de onomatologia.

fenômenos de cristalização e de esterilização linguísticas. O autor alerta, no entanto, que os primeiros são bem menos arcaicos que os segundos, uma vez que

o aspecto do solo, as montanhas, os rios e zonas ribeirinhas permanecem fixos durante dois ou três milênios de história; a cidade, a aldeia duram mesmo durante séculos. Ao contrário, as gerações se sucedem rápidas, favorecendo as mudanças e o desaparecimento de nomes, sobretudo no decurso de períodos turbulentos. [...] as variações de moda, tão poderosas para os nomes de pessoas, não tiveram quase nenhuma influência sobre os nomes de lugares (DAUZAT, 1950, p. 05)<sup>3</sup>

Para além de uma atividade meramente diletante, os estudos onomásticos têm importante relevância cultural e histórica, conforme defende Dick (1992) ao afirmar que tanto a antroponímia quanto a toponímia

ultrapassam, em muito, a conceituação teórica que lhes é atribuída, tornando-se nas Ciências Humanas, fontes de conhecimento tão excelentes quanto as melhores evidências documentais. São, por assim dizer, verdadeiros registros do cotidiano, manifestado nas atitudes e posturas sociais que, em certas circunstâncias, a não ser deles, escaparia às gerações futuras (DICK, 1992, p. 178).

Mas, afinal, qual é a diferença entre nome comum e nome próprio? Em relação a esse questionamento, Marcato (2009) afirma que há nisso um impasse que consiste em identificar um sistema de nomes próprios com relação a um sistema de nomes comuns, já que o objeto de estudo da onomástica são os nomes próprios.

Para Guérios (1973), a distinção entre o nome próprio e o comum é artificial na perspectiva do linguista, pois, na sua origem, seja ela remota ou não, todos os nomes próprios eram nomes comuns. Apesar da aparente artificialidade, segundo o autor, existe uma distinção real e concreta:

Todos os vocábulos ou signos possuem “alma”, i. é, *sentido* ou *significado*, e “corpo” ou *significante*, que é, na linguagem falada, o *som*, e na linguagem gráfica a *escrita*. Ora, os nomes próprios não lembram hoje, no intercâmbio linguístico, os sentidos que despertavam outrora na sua origem, nem lembram outros, donde se conclui que são vocábulos desprovidos de “alma”, ou melhor, ficaram “petrificadas”; apenas conservaram o “corpo” ou *significante* (GUÉRIOS, 1973, p. 15-16, grifos do autor).

---

<sup>3</sup> As traduções do francês e do italiano para o português, constantes neste texto, foram realizadas pela professora Vitalina Maria Frosi da Universidade de Caxias do Sul – UCS.

De maneira muito semelhante, Marcato (2009) alerta que nem sempre a onomástica é vista como pertencente à linguística. Ela o diz porque o nome próprio não é considerado totalmente um signo linguístico, exatamente pela “falta (ou a debilidade) do *significado* que é uma parte (a outra é o assim chamado *significante*) de que é composto um signo linguístico” (2009, p. 18).

A autora ainda complementa a reflexão ao justificar por que o signo onomástico é considerado uma etiqueta ou um rótulo:

Com relação a um signo linguístico, o signo onomástico é formado por um *significante*, uma entidade fônica que se reporta diretamente a um indivíduo, que tem a função de identificar um indivíduo no interior de uma coletividade, sem a passagem por um significado relativo a um elemento ou objeto, individual e concreto, isto é, a um “referente” (MARCATO, 2009, p. 19).

Marcato (2009, p. 18) traz à discussão os conceitos de opacidade e transparência do signo onomástico. Para a autora, um signo transparente existe quando, ao nome próprio, há a possibilidade de associar elementos do vocabulário de dada língua, o que ocorre no italiano com *Monte Bianco*, por exemplo. Por outro lado, quando essa possibilidade inexistente, é porque o signo onomástico foi criado numa época remota, quando no território em que ocorre esse signo falava-se outra língua, como ocorre com o topônimo *Verona*. Neste último caso, diz-se que o signo é opaco.

Na mesma perspectiva, Seabra (2008) explica como se dá a opacidade do signo onomástico. Para a pesquisadora, “a pessoa identifica alguém ou uma determinada localidade sem, entretanto, atribuir-lhe um significado, preserva o referente, mas não preserva a informação. É assim que os topônimos e os antropônimos mais comumente permanecem na língua” (p. 1951).

Embora com outras palavras, Guérios (1973, p. 16) também discute a opacidade e a transparência do signo onomástico. O exemplo de signo opaco é o antropônimo *Licurgo*, que atualmente não lembra o primitivo caçador de lobos. Já um exemplo de signo transparente é o topônimo *Bahia*, uma vez que uma localidade que assim se chama pode traduzir, de fato e na atualidade, uma baía.

Por toda a complexidade que envolve a semântica do nome próprio, é preciso examiná-lo levando em conta também uma perspectiva extralinguística, seja ela

diacrônica ou sincrônica (MARCATO, 2009). Além disso, é preciso considerar a onomástica num diálogo com outras áreas, fora da linguística, tais como a antropologia, a sociologia, a geografia, a história e a psicologia (MIORANZA, 2009).

## **2.1. A antroponímia**

Nos estudos antroponímicos, inclui-se o estudo dos nomes, dos sobrenomes e também dos apelidos. Conforme Carvalhinhos, o estudo dos antropônimos é tomado como importante apenas nos meios acadêmicos, apesar de o nome ser algo comum do nosso dia a dia. Para a pesquisadora, “o nome próprio tem como função registrar atitudes e posturas sociais de um povo, suas crenças, profissões, região de origem, entre outros aspectos” (2007, p. 02).

Marcato (2009, p. 29) alega que o patrimônio dos nomes pessoais é resultado de nomes históricos, por um lado, e, por outro, pode ser motivado por modas de momento. Já para Carvalhinhos, a motivação antroponímica, atualmente, pode ser considerada uma questão de fé, por uma parte, e, por outra, de influência televisiva, já que “a tendência da grande massa da população brasileira é nomear suas crianças com o nome do(a) herói/heroína da novela que está sendo exibida com grande sucesso; em homenagem a seu santo ou santa de devoção, ou em agradecimento por uma graça alcançada” (2007, p. 02).

Marcato, para quem “o nome tem a função de uma etiqueta, serve para identificar um indivíduo em si, absolutamente, em referência a todos os outros que formam a coletividade” (2009, p. 30), apresenta uma diferença em relação ao sistema dos sobrenomes e dos nomes. Enquanto o sistema daqueles só se modifica de forma muito limitada, o sistema destes é flexível e pode mudar continuamente. Para a autora, pode-se perceber essa modificação pelos novos nomes que entram em uso por modas onomásticas e outros que são abandonados na passagem das gerações.

Dauzat (1950) e Guérios (1973) afirmam que os antropônimos, sejam eles nomes ou sobrenomes, podem ser estudados em duas perspectivas principais: sob o aspecto linguístico e sob o aspecto psicológico e social. O interesse linguístico reside no fato de os antropônimos oferecerem, em todas as épocas, fatos de estratificação e de

esterilização, tanto que Dauzat afirma que são “fósseis da língua, restos de leitos históricos submersos pelos contributos sucessivos das sedimentações lexicais, eles permitem reconstituir formas e tipos desaparecidos da fala corrente” (1950, p. 9). Quanto ao aspecto psicológico e social, os antropônimos carregam consigo marcas de civilizações passadas ou então “refletem as civilizações passadas com todas as suas instituições. Os nomes são criados sob o influxo religioso, político, histórico, etc., de circunstâncias variadíssimas, e em que transparece viva a alma popular de todos os tempos e de todos os lugares” (GUÉRIOS, 1973, p. 18).

Ademais, para Dauzat (1950), com os nomes de pessoas é possível entrar no cerne da alma popular de épocas passadas. O autor complementa que esses nomes são símbolos vivos de crenças e de superstições hoje desaparecidas. Perspectiva semelhante é apresentada por Carvalhinhos, para quem o nome das pessoas é “um manancial rico para conhecimento não apenas da língua, mas também permite apreender um pouco da cultura, religião e até ideologia do povo que o criou em determinada época” (2007, p. 16).

Ainda numa perspectiva histórica, Carvalhinhos (2007) defende que, na língua portuguesa, por exemplo, a história do nome está estreitamente vinculada à própria história da língua.

Os nomes medievais (período das Navegações) provêm, naturalmente, dos nomes adotados pelos povos que habitavam a Península, lusitanos e hispanos, dominados e influenciados pelos fenícios, gregos e em seguida pelos romanos que, por sua vez, cederam o território aos povos germânicos (já latinizados) e posteriormente aos árabes (CARVALHINHOS, 2007, p. 7).

Dauzat (1950) apresenta uma divisão trinarria acerca da origem primeira dos nomes de pessoas:

Denominações de ordem mística, cujos prenomes emprestados à hagiografia são a última metamorfose. Denominações de origem tiradas da moradia, da propriedade, do país, do lugar, ou até mesmo da época do nascimento: muitos patronímicos e muitos apelidos vêm da lá. Denominações causadas pelo aspecto psíquico, o caráter do indivíduo, sua profissão ou seus hábitos: a fonte mais abundante de apelidos que são a origem da maioria dos nomes de família (DAUZAT, 1950, p. 13).

Já a origem da formação da maioria dos sobrenomes europeus remonta à Idade Média. Na Itália, por exemplo, eles se fixaram a partir de apelidos e outros elementos que eram acrescentados ao nome pessoal. Eles também são chamados de nomes de família, e pode-se dizer que são transmitidos ao longo de uma linha de descendência e que têm a função de distinguir um indivíduo em relação aos demais que formam uma coletividade (MARCATO, 2009).

Sobre a diferença entre o sobrenome e o nome (ou prenome), Dick (2000) afirma que

Transmitido de geração a geração, o nome ou o apelido de família carrega em si todas as marcas da descendência gentílica, não sendo por isso livre escolha dos cidadãos. A imposição obrigatória do que se convencionou chamar, atualmente, de sobrenome, é o seu traço distintivo, em oposição ao prenome, fruto de um ato volitivo dos pais (DICK, 2000, p. 218).

O sistema binominal moderno (nome mais sobrenome), hoje utilizado, surge a partir do sistema nominal romano, que era formado por três elementos. Na época, a fórmula trinômica compreendia o prenome ou nome individual, o nome ou a *gens* e o sobrenome ou o apelido. Na época republicana de Roma, o prenome perde sua função de nome individual, que passa a ser ocupada pelo nome (MARCATO, 2009).

Séculos mais tarde, entre o IX e o XVI, na Europa românica e germânica “forma-se um novo sistema constituído pelo nome e sobrenome determinado pela fixação de vários tipos de acréscimos, que originariamente têm somente uma função distintiva para evitar as ambiguidades criadas pelas homonímias” (MARCATO, 2009, p. 67).

Acerca da herança histórica dos sobrenomes formados na Idade Média, Mioranza (2009) ratifica o já citado, ao defender que

os sobrenomes surgiram de uma necessidade premente de distinguir os grupos familiares. Eles são vistos, hoje, como herança de uma estrutura nominativa medieval, inserida na sociedade da época. Atravessando os séculos, essa estrutura persiste até hoje, sinal de que a reformulação processada em tempos medievais foi válida e ainda tem sua serventia em nossos dias (MIORANZA 2009, p. 134-135).



Os sobrenomes podem ser classificados em três grandes categorias, considerando-se o que De Felice (1978, apud Marcato, 2009, p. 80-81) chama de função descritiva. A primeira compreende os nomes de tradição genérica ou não específica, sem conotações socioculturais; os nomes de tradição religiosa; os nomes augurais e gratulatórios de formação medieval; os nomes de tradição douta, literários ou históricos, que foram retomados no fim da Idade Média e no Renascimento.

O segundo grupo é formado por sobrenomes que se originaram de apelidos que realçam características de uma pessoa ou do próprio grupo familiar, com o objetivo de distingui-lo dos demais. Podem ser apelidos de ordem jocosa, satírica, polêmica, depreciativa ou ofensiva, além de referências ao intelecto, ao caráter ou ao comportamento. Como exemplo, no italiano, *Piccolo* (pequeno), no germânico, *Bruno* (que tem olhos ou cabelos castanhos) e no português, *Branco*.

A terceira categoria compreende os sobrenomes de origem étnica e toponímica, tais como no italiano *Tedesco* (alemão) e *Milani* (Milão); patronímicos e matronímicos, como no português *Rodrigues* (filho de Rodrigo) e no italiano *Di Pietro*; nomes de atividades profissionais, como no italiano, *Fabbro* (ferreiro) e no alemão, *Schneider* (alfaiate). Desta última subcategoria, Guérios apresenta a profissão de cavaleiro “a que correspondem os italianos *Cavalcanti*, *Cavallieri*; francês: *Chevalier*; espanhol: *Caballero*; port.: *Cavaleiro*” (1973, p. 25, grifos do autor).

Também numa perspectiva classificatória, Carvalhinhos (2007, p. 8–13) sintetiza, no esquema a seguir, a origem dos sobrenomes: o uso do patronímico, que era o genitivo do nome paterno acrescentado ao nome, como *Fernandes* (filho de Fernando); os sobrenomes de motivação religiosa, como os epítetos dados a alguns santos (Assis, Sales, Batista); os de origem toponímica (Lago, Ramos, Resende) e os que derivaram de alguma alcunha, tais como mês ou condições de nascimento, profissão, qualidades ou defeitos físicos ou morais.

Guérios (1973, p. 42) ainda questiona se todas as pessoas que possuem o mesmo sobrenome originam-se de uma só família. O autor busca a resposta apoiado na tese defendida por Leite de Vasconcelos de que é preciso, neste caso, visitar a História e, mais especificamente, a Genealogia, e não tanto a Filologia.

Apelidos [sobrenomes] provindos de patronímicos, [...] não indicam necessariamente parentesco, o que não significa que ele às vezes não exista. [...] Bastava que um indivíduo se chamasse ou chame *Rodrigo*, para que o filho recebesse ou receba o sobrenome de *Rodriguez* ou de *Rodrigo*, depois transmitido como apelido [sobrenome] (GUÉRIOS, 1973, p. 43, grifos do autor).

Opinião semelhante Guérios (1973, p. 43) expressa acerca dos sobrenomes que provêm da geografia, de alcunhas e de línguas estrangeiras. No entanto, a respeito dos sobrenomes portugueses, por exemplo, que ele considera raros ou pouco vulgares, tais como *Perantunes*, *Cirne* e *Soeiro*, parece haver a possibilidade de uma ascendência comum.

Marcato (2009) também levanta a dificuldade em estabelecer relações entre um topônimo, um étnico e um sobrenome, tal como acontece com o sobrenome italiano *Cargnello* – e suas variantes. Para a autora, o antropônimo “pode vir do étnico claramente conexo com *Carnia*, região do Fríuli, ou também de um nome relativo a uma atividade que tem como base o termo *cargnello* (derivado do étnico) ‘tecelão’, um trabalho que os ‘carnienses’ praticavam em toda a planície Padana” (MARCATO, 2009, p. 65, grifos da autora).

Outra dificuldade que a autora observa é que o sobrenome, como forma linguística, pode ter sofrido mudanças através da transmissão, sejam elas em nível de língua oral, sejam em nível de tradição escrita. Muitos sobrenomes sofreram modificações por causa de mal-entendidos, de adequações à língua oficial e de tendências notariais, e por isso não é em todos os casos que se consegue reconstruir a sua história linguística (MARCATO, 2009).

Finalmente, é preciso atentar-se para a semântica do nome próprio em toda a sua complexidade, examinando-o a partir de diferentes perspectivas, sejam elas linguísticas e extralinguísticas, sincrônicas e diacrônicas. Apesar dessas diferentes perspectivas, haverá sobrenomes que continuarão opacos, uma vez que o significado que eles tinham, quando surgiram, perdeu-se completamente no transcorrer do tempo (MARCATO, 2009).

### 3. Os 20 sobrenomes mais frequentes do município de Estrela-RS

A partir dos dados colhidos na lista telefônica do ano de 2015, foram levantados 862 sobrenomes diferentes, num total de 2.528 registros. Os 20 sobrenomes mais comuns, que equivalem 634 registros, são: Silva<sup>4</sup> (80), Mallmann (63), Sulzbach (47), Huschild (42), Horn (42), Müller (35)<sup>5</sup>, Diehl (34), Santos<sup>6</sup> (33), Diedrich (31), Schneider (31), Schmidt<sup>7</sup> (26), Petter (24), Gregory (22), Eidelwein (20), Wendt (20), Werle (18), Goergen (17) Wermann (17), Oliveira<sup>8</sup> (16) e Scherer<sup>9</sup> (16).

Nesses sobrenomes, encontram-se 17 de origem alemã (Mallmann, Sulzbach, Hauschild, Horn, Müller, Diehl, Diedrich, Schneider, Schmidt, Petter, Gregory, Eidelwein, Wendt, Werle, Goergen, Wermann e Scherer) e apenas 03 de origem portuguesa (Silva, Santos e Oliveira), o que corresponde a 85 e 15%, respectivamente (Gráfico 01).

Essas ocorrências podem ser analisadas e entendidas a partir da história de ocupação e colonização do município de Estrela, em cuja formação étnica há resquícios de vários grupos, embora houvesse predominância de imigrantes alemães e de seus descendentes. O reduzido percentual de sobrenomes de origem lusa, na atualidade, que na origem do município estavam, provavelmente, em maior número em função do predomínio desse grupo étnico sobre os demais – indígenas e escravos negros – também pode ser compreendido à luz da maciça chegada de imigrantes alemães que, a partir da emancipação do município, passaram a ocupar grande parte de seu território.

---

<sup>4</sup> Nos registros telefônicos, encontraram-se os sobrenomes *Silva* e *da Silva*. Para fins operacionais, ambos foram considerados sinônimos. Neste artigo, far-se-á referência sempre à forma *Silva*.

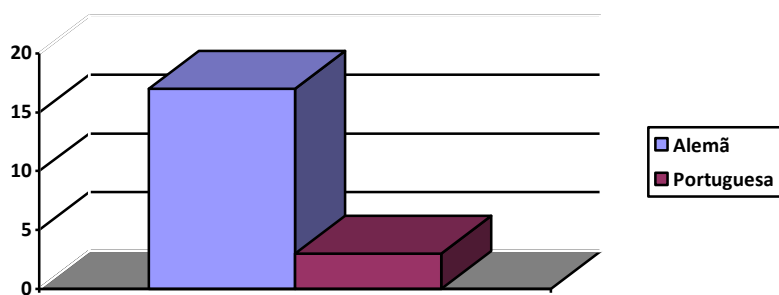
<sup>5</sup> O sobrenome *Müller* é também encontrado como *Mueller*. Para fins operacionais, ambos foram considerados sinônimos.

<sup>6</sup> Nos registros telefônicos, encontraram-se os sobrenomes *Santos* e *dos Santos*. Para fins operacionais, ambos foram considerados sinônimos. Neste artigo, far-se-á referência sempre à forma *Santos*.

<sup>7</sup> O sobrenome *Schmidt* é também encontrado como *Schmitt*. Para fins operacionais, ambos foram considerados sinônimos.

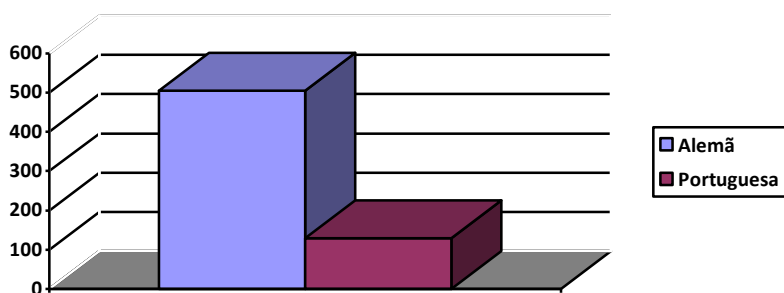
<sup>8</sup> Nos registros telefônicos, encontraram-se os sobrenomes *Oliveira* e *de Oliveira*. Para fins operacionais, ambos foram considerados sinônimos. Neste artigo, far-se-á referência sempre à forma *Oliveira*.

<sup>9</sup> O sobrenome *Scherer* é também encontrado como *Scheren*. Para fins operacionais, ambos foram considerados sinônimos.



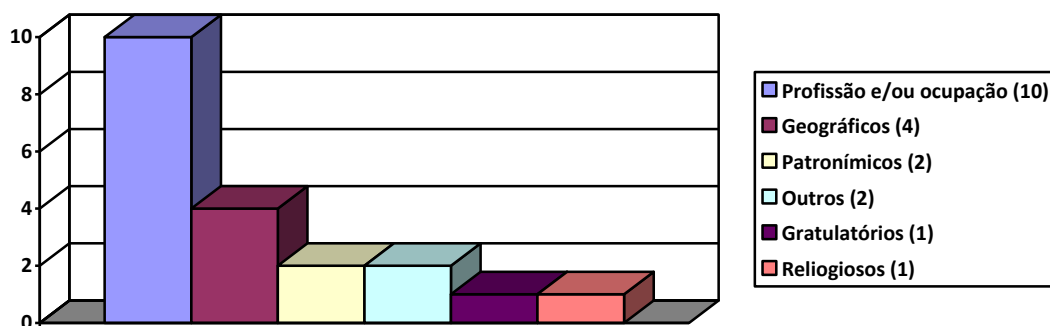
**Gráfico 01** – Os 20 sobrenomes mais comuns por origem étnica.

Em relação aos números absolutos, dos 20 sobrenomes com maior frequência, novamente os de origem alemã se sobrepõem aos de origem portuguesa. Das 634 ocorrências, há 505 de origem alemã e 129 de origem portuguesa, o que corresponde a 79,65% e 20,35%, respectivamente (Gráfico 02).



**Gráfico 02** – Os 20 sobrenomes mais comuns por origem étnica em números absolutos.

Levando-se em conta a tipologia dos sobrenomes, identificaram-se algumas categorias, tais como sobrenomes alusivos a ocupações e/ou profissões: Mallmann, Hauschild, Müller, Diehl, Schneider, Gregory, Eidelwein, Wermann, Scherer e Schmitt, respectivamente juiz, soldado, moleiro, apicultor, alfaiate, vigilante, produtor de vinhos finos, guerreiro, tosquiador e ferreiro; de origem geográfica: Silva, Sulzbach, Horn e Oliveira, respectivamente selva, cidade da Alemanha, aldeia da Alemanha e árvore que produz azeitonas; patronímicos: Petter e Goergen, com o significado de Pedro e George (Jorge), respectivamente; de origem religiosa: Santos; gratulatório: Diedrich, com o significado de povo/pessoa rica; entre outros, como Wendt e Werle, cujo significado não foi localizado. (Gráfico 03).



**Gráfico 03** – Os 20 sobrenomes mais comuns por tipologia.

Tomando como *corpus* de análise os 20 sobrenomes com maior frequência, far-se-á, a seguir, uma análise histórico-etimológica de cada um deles. Também serão estabelecidas comparações com dados numéricos do Rio Grande do Sul, com base num estudo realizado por Klering<sup>10</sup> (1988) na Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul; com Simões (2011), que lista os sobrenomes de origem portuguesa mais populares do Brasil; e com dados disponíveis no sítio eletrônico da Embaixada e Consulados Gerais da Alemanha no Brasil em relação, nos quais estão listados os sobrenomes de origem germânica mais usados no Brasil, numa atualização em fevereiro de 2015<sup>11</sup>.

SILVA – É o sobrenome com maior representatividade em Estrela, no Rio Grande do Sul e no Brasil. O sobrenome vem da palavra latina *silva*, com o significado de selva ou floresta (GUÉRIOS, 1973, p. 199). Mioranza (2009, p. 212) amplia as explicações sobre a origem do sobrenome afirmando que “este nome de família relembra cidadão que habitava em áreas de selvas e florestas ou que delas extraía madeira, lenha e outras riquezas comercializáveis”. É possível também que o nome guarde estreita relação com o culto a divindades que residiam nos bosques, remetendo a uma tradição pagã que resistia ainda entre os séculos VIII e XI (GUÉRIOS, 2009, p. 212). No Brasil, os primeiros moradores com o sobrenome Silva registram-se no estado

<sup>10</sup> Para estimar os nomes mais comuns do Rio Grande do Sul. O autor utilizou uma amostra de 951.645 pessoas, o que correspondia, na época, a 10,72% da população total do Estado.

<sup>11</sup>[http://www.brasil.diplo.de/Vertretung/brasilien/pt/\\_\\_\\_pr/Nachrichten\\_20Archiv/23.02.15\\_20Sobrenomes\\_20\\_alemaes.html?archive=3303638](http://www.brasil.diplo.de/Vertretung/brasilien/pt/___pr/Nachrichten_20Archiv/23.02.15_20Sobrenomes_20_alemaes.html?archive=3303638) Acesso em: 18 de set. de 2015.

de São Paulo, com a família de Pedro da Silva, um alfaiate que emigrou de Portugal por volta do ano 1612 (BARATA; BUENO, 1999, p. 2.065).

MALLMANN – É o sobrenome de origem alemã com maior quantidade de ocorrências em Estrela e também é um dos sobrenomes alemães mais comuns do Rio Grande do Sul e do Brasil. A origem do sobrenome é profissional ou ocupacional, e pode ser dividido em duas partes: “*Mann* significa homem. O termo *Mall* desapareceu da língua alemã. Entre os francos, povo de raça germânica que invadiu a Gália, significou tribunal. Mallmann talvez fosse o juiz ou aquele que manteve em ordem o lugar do julgamento”, de acordo com informações disponibilizadas em [www.mallmann.jur.adv.br](http://www.mallmann.jur.adv.br) (2012, grifos nossos). No Brasil, a primeira família com o sobrenome Mallmann estabeleceu-se em 1845, no município de Petrópolis, estado do Rio de Janeiro (BARATA; BUENO, 1999, p. 1.412).

SULZBACH – Trata-se do segundo sobrenome de origem alemã mais frequente em Estrela, mas não figura entre os mais populares do Rio Grande do Sul e do Brasil. O sobrenome origina-se de uma pequena cidade da Alemanha, chamada Sulzbach, que está localizada no Sarre, quase na divisa com a França. Portanto, a origem do sobrenome é toponímica. De acordo com Barata e Bueno (1999, p. 2.161), famílias com esse sobrenome chegaram ao Rio Grande do Sul em 1824, ano em que iniciou o processo de imigração de alemães para o Estado, e, segundo os autores, os Sulzbach estão entre os primeiros imigrantes que se estabeleceram em território gaúcho.

HAUSCHILD – É o terceiro sobrenome de origem alemã mais popular de Estrela, mas não aparece entre os mais frequentes do Rio Grande do Sul e do Brasil. Quanto à origem do sobrenome, há várias hipóteses, todas elas ligadas a profissões ou ocupações: guardiões do tribunal de justiça, lutadores com escudos ou até mercenários, conforme informações disponíveis em [http://www.hauschildt-aukrug.de/hauschildt\\_name.htm](http://www.hauschildt-aukrug.de/hauschildt_name.htm). Barata e Bueno (1999, p. 1.180) mencionam apenas que Hauschild é o sobrenome de família estabelecida no Rio Grande do Sul.

HORN – Trata-se do quarto sobrenome de origem alemã mais frequente em Estrela, mas não consta nas listas dos mais utilizados no Rio Grande do Sul e no Brasil. A origem do sobrenome está ligada ao topônimo Horn, que é um município da Alemanha localizado no distrito de Rhein-Hunsrück, estado da Renânia-Palatinado, do

qual, provavelmente, surgiu o sobrenome. Barata e Bueno (1999, p. 1.203) confirmam a origem toponímica do sobrenome e acrescentam que o significado é chifre ou, em forma de chifre.

MÜLLER – É o quinto sobrenome de origem alemã mais frequente de Estrela, o quarto do Rio Grande do Sul e do Brasil. Trata-se de um sobrenome profissional ou ocupacional que significa moleiro, isto é, que atua em moinhos, pois em alemão a palavra moinho escreve-se *mühle* (GUÉRIOS, 1973, p. 160). Barata e Bueno (1999, p. 1.576) também explicam a origem do sobrenome a partir da profissão de moleiro e acrescentam que há muitas famílias Müller espalhadas pelo Brasil, principalmente nas regiões Sul e Sudeste.

DIEHL – É o sexto sobrenome de origem alemã mais comum em Estrela, está entre os quinze mais populares do Rio Grande do Sul, mas não se encontra na lista dos sobrenomes alemães mais usados no Brasil. A origem do sobrenome é incerta, mas há, de acordo com o site da família Diehl, grandes possibilidades de o sobrenome derivar da profissão de apicultor, com os primeiros registros por volta de 1344, no atual território da Alemanha<sup>12</sup>. Barata e Bueno (1999, p. 867) informam apenas que Diehl é um sobrenome de família estabelecido no Rio Grande do Sul, inicialmente na cidade de Porto Alegre.

SANTOS – Trata-se do segundo sobrenome de origem portuguesa mais comum de Estrela, do Rio Grande do Sul e do Brasil. Para Guérios (1973, p. 195), o sobrenome é de origem cristã, e é uma abreviação da expressão Todos os Santos, numa referência à comemoração de todos os santos da igreja católica, que acontece no dia 1º de novembro. Barata e Bueno (1999, p. 2.010-11) acrescentam que, inicialmente, era um sobrenome acrescentado ao nome das pessoas que nasciam em 1º de novembro e que, com a idade média, se popularizou por toda a Península Ibérica. É possível, ainda, que a origem do sobrenome esteja ligada a uma região na Andaluzia, Espanha, chamada de *Sierra de Los Santos* (BARATA; BUENO, 1999, p. 2.011).

DIEDRICH – É o sétimo sobrenome de origem alemã mais popular de Estrela, mas não figura na lista dos mais frequentes do Rio Grande do Sul e do Brasil. A origem

---

<sup>12</sup> <http://genealogiafiliadiel.blogspot.com.br/2009/09/origem-do-sobrenome-diehl.html>. Acesso em: 18 de set. de 2015

do sobrenome tem caráter gratulatório, e tem o significado de pessoa rica, o que revela o desejo dos pais em relação ao nome dado ao filho, já que Diedrich surgiu inicialmente como alcunha, passando a ser nome e depois sobrenome, conforme informações disponíveis no sítio eletrônico da família<sup>13</sup>. Barata e Bueno (1999, p. 866) não citam a presença do sobrenome no Rio Grande do Sul, e limitam-se a informar que o sobrenome é de uma família germânica estabelecida no Paraná, no século XIX.

SCHNEIDER – É o oitavo sobrenome de origem alemã mais frequente em Estrela, o quinto no Rio Grande do Sul e no Brasil. Trata-se de um sobrenome de origem profissional, com diversas interpretações: alfaiate; negociantes de roupas, de ternos; podador de árvores; ceifador; lapidário ou gravador (GUÉRIOS, 1973, p. 196), uma vez que o sobrenome significa, literalmente, cortador. Barata e Bueno (1999, p. 2.040) informam que o sobrenome significa alfaiate e que os primeiros registros no Brasil ocorreram em 1845, por ocasião da colonização germânica de Petrópolis-RJ. Já no Rio Grande do Sul, os primeiros registros remontam ao ano de 1851, com uma família Schneider estabelecida em Porto Alegre.

SCHMIDT – É o nono sobrenome de origem alemã mais popular de Estrela, o primeiro entre os alemães do Rio Grande do Sul e também do Brasil. A primeira menção ao sobrenome está ligada à profissão, como aquele que se dedica ao trabalho com objetos duros, como madeira e metal. Há também referência ao operário de metais, como o ourives e, por fim, efetivamente, ferreiro (GUÉRIOS, 1973, p. 196). De acordo com Barata e Bueno (1999, p. 2.038) os primeiros registros do sobrenome Schmidt, no Brasil, ocorrem em Petrópolis-RJ, em 1845, por ocasião da sua colonização por imigrantes germânicos.

PETTER – Trata-se do décimo sobrenome de origem alemã mais comum de Estrela, mas não está entre os mais frequentes do Rio Grande do Sul e do Brasil. A origem do sobrenome está ligada à forma alemã do nome Pedro e, por isso, pode-se inferir que ele surgiu como patronímico. De acordo com Oliver (2005, p. 265) o antropônimo vem “do grego Pétros, de petra, lit. pedra, tradução do aramaico Cephaz [...]. Desde a Antiguidade, tem sido um dos nomes cristãos mais comuns”. Obata (1986,

---

<sup>13</sup> <http://imigrantedietrich.blogspot.com.br/search/label/Hist%C3%B3ria> Acesso em: 18 set. 2015.



p. 158) informa que o nome foi um dos primeiros da cristandade e que, até hoje, é muito comum em vários países.

GREGORY – Trata-se do décimo primeiro nome de origem alemã mais frequente de Estrela, mas não está entre os mais populares do Rio Grande do Sul e do Brasil. A origem do sobrenome está ligada à forma grega *Egrégorien*, com o significado de aquele que vela, vigilante (OBATA, 1986, p. 95), por isso pode-se inferir que o sobrenome possa ter surgido como denominativo de ocupação profissional. No Brasil, há registro do sobrenome no Rio de Janeiro, logo após a abertura dos portos para as nações amigas, antes de 1815 (BARATA; BUENO, 1999, p. 1.140).

EIDELWEIN – É o décimo segundo sobrenome de origem alemã mais frequente de Estrela, mas não está entre os mais populares do Rio Grande do Sul e do Brasil. Pela estrutura do sobrenome, pode-se inferir que ele tem relação com a palavra vinho, uma vez que *wein*, em alemã, significa vinho. É possível que o Eidelwein signifique vinho nobre, e seu surgimento pode estar relacionado a uma ou mais famílias que se dedicavam a essa atividade profissional: produzir vinhos finos. Guérios (1973, p. 98) registra apenas parte do sobrenome: Eidil, que em germânico significa nobre e em alto-alemão antigo significa fidalgo ou nobre.

WENDT e WERLE – São os sobrenomes de origem alemã que ocupam as posições de número treze e catorze, respectivamente, e cujas origens e significados não foram encontrados, até onde foi possível investigar. No Rio Grande do Sul e no Brasil, esses sobrenomes não estão na lista dos mais frequentes, o que pode levar a crer que eles sejam mais específicos de determinadas regiões e não tão populares quanto outros, especialmente os derivados de profissões. A dificuldade em encontrar o étimo dos sobrenomes é explicada por Schauren (2011) quando ele afirma que eles

são palavras antigas que caíram em desuso com a evolução da língua. Para buscar o significado de cada sobrenome, é necessário pesquisar a época aproximada em que surgiu o sobrenome e buscar o significado que a palavra possuía na época (SCHAUREN, 2011, p. 36).

Sabe-se, portanto, que nem sempre é possível percorrer esse caminho e, por isso, há sobrenomes cuja origem continua obscura na atualidade.

GEORGEN – É o décimo quinto sobrenome de origem alemã mais frequente de Estrela, mas não está entre os mais populares do Rio Grande do Sul e do Brasil. Pela estrutura do sobrenome, pode-se inferir que derive do nome George, usado, inicialmente, como patronímico, isto é, filho de George. O nome, de acordo com Obata (1986, p. 118), vem “do grego *Geórgios* ou *Georgós*, derivado de *Ge-ergon*, o que trabalha com a terra, agricultor”. De acordo com Barata e Bueno (1999, p. 1.079) há registros de uma família germânica com o sobrenome *Georg* estabelecida em Petrópolis-RJ, quando houve a colonização por imigrantes alemães em 1845.

WERMANN – É o décimo sexto sobrenome de origem alemã mais comum de Estrela, mas não está na lista dos mais populares do Rio Grande do Sul e do Brasil. Para Oliver, o sobrenome surgiu a partir da palavra germânica *wehrmann*, com o significado de “homem da lança; ou homem da guerra” (2005, p. 172). A mesma hipótese é levantada por Obata (1986, p. 91), que diz que o sobrenome é uma adaptação do germânico *Wehr-mann*, que significa homem que se defende.

OLIVEIRA – É o terceiro sobrenome de origem lusa mais popular de Estrela, do Rio Grande do Sul e do Brasil. Trata-se de um sobrenome de origem geográfica cujo significado é árvore da azeitona (GUÉRIOS, 1973, p. 170), numa referência aos campos de plantação dessa árvore em Portugal. Barata e Bueno (1999, p. 1.555) igualmente fazem referência à origem toponímica do sobrenome e destacam que se originou de propriedades rurais que cultivavam as árvores da azeitona. Tem-se no ano de 1617 o registro mais antigo do sobrenome no Brasil, ano do casamento de Bento de Oliveira. No Rio Grande do Sul, o sobrenome foi encontrado em documentos do ano de 1734, a partir dos registros da família de Domingos Fernandes de Oliveira.

SCHERER – É o décimo sétimo sobrenome de origem alemã mais popular de Estrela, o oitavo do Rio Grande do Sul e também do Brasil. Guérios (1973, p. 196) explica que a origem do sobrenome apresenta três possibilidades de interpretação, todas com indicativo de atividade profissional: tosquiador, cortador de tecidos ou guarda florestal, este último registrado apenas no baixo alemão. Segundo Barata e Bueno (1999, p. 2.036) os primeiros registros no Brasil ocorreram em 1945, em Petrópolis-RJ, por ocasião da colonização alemã naquele município. Há registros também, a partir de 1900, nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

### Considerações finais

A partir do levantamento dos sobrenomes do município de Estrela e da posterior análise histórico-etimológica dos 20 mais comuns, algumas considerações, à guisa de conclusão, podem ser tecidas. Em primeiro lugar, existe uma relação muito próxima entre a história de ocupação e colonização do município e a origem étnica dos sobrenomes analisados, principalmente no que se refere à predominância dos de origem alemã. A atual predominância dos sobrenomes germânicos, entre os mais populares, pode ser entendida a partir do histórico do município, uma vez que, a partir da chegada dos imigrantes alemães e seus descendentes, os outros grupos étnicos que ocupavam o território – indígenas, negros e portugueses – foram sendo suplantados por aqueles que estavam em maior número, conforme destaca Schierholt (2002, p. 22).

Situação semelhante, na relação entre o histórico de ocupação de um município e o grupo étnico a que pertencem os sobrenomes na atualidade, pode ser percebida também em outros estudos antroponímicos, como o empreendido por Eckert (2013) acerca dos sobrenomes mais frequentes de Lajeado, município limítrofe a Estrela e deste último emancipado em 1891. Nesse sentido, pode-se fazer referência a Dauzat (1950, p. 06), para quem os nomes carregam consigo o reflexo ou a marca de civilizações de um passado, mesmo que, no presente caso em análise, o passado não esteja tão distante assim.

Um segundo ponto a ser abordado é o do esvaziamento semântico dos sobrenomes, isto é, quando ocorre a perda do conteúdo semântico do item lexical original, fato discutido por Carvalhinhos (2007, p. 13) e que encontra exemplificação também no presente estudo. Pode-se citar o sobrenome *Mallmann*, cujo significado original – juiz ou aquele que mantém a ordem no lugar do julgamento – perdeu-se ao longo do tempo. Hoje, o sobrenome *Mallmann* não se relaciona mais ao significado que ele tinha na época em que surgiu, e, além disso, a palavra *Mall* nem existe mais na língua alemã.

Além da dessemantização apontada acima, pode-se ainda citar que nem sempre é possível encontrar o étimo que carrega consigo o significado original do sobrenome,

fato que pelo menos com *Mallmann* foi possível identificar. Além da dessemantização, considera-se uma perda ainda maior não alcançar o étimo de sobrenomes como *Werle* e *Wendt*, que podem ser considerados totalmente opacos, pois, conforme Schauen (2011, p. 36), seu surgimento deve ter ocorrido a partir de palavras que existiam em determinada fase da língua alemã, e que, com o tempo, caíram em desuso.

Outro ponto a ser analisado é o da tipologia dos sobrenomes, que guarda estreita relação com o grupo étnico-linguístico a que pertencem. No presente estudo, os sobrenomes surgidos de profissões e/ou ocupações estão em maior número, se comparados às demais tipologias, como os de origem geográfica e os patronímicos, por exemplo. Mexias-Simon e Oliveira (2004, p. 39-40) argumentam que é comum, nas línguas germânicas, haver muitos sobrenomes derivados de profissão, o que não ocorre com tanta intensidade nas línguas de origem latina, nas quais são mais frequentes os de origem geográfica. Nesse sentido, dos 17 sobrenomes de origem germânica, 09 (Mallmann, Hauschild, Müller, Diehl, Schneider, Gregory, Eidelwein, Wermann e Scherer) se originaram de atividades profissionais e dos 03 sobrenomes portugueses, 02 (Silva e Oliveira) são de origem geográfica.

Finalmente, as reflexões empreendidas neste estudo, embora breves, mostram que existe uma relação entre os sobrenomes mais frequentes de Estrela e a história de ocupação e colonização do município, fato que também pode ser identificado em outros estudos antroponímicos. Portanto, além de contar a história de uma comunidade, estudar os sobrenomes permite identificar a origem étnico-linguística de seus habitantes e, se o estudo for realizado de tempos em tempos, torna-se possível até mesmo identificar correntes migratórias de uma região para outra.

## Referências

BARATA, Carlos Eduardo; BUENO, Antônio Henrique da Cunha. *Dicionário das famílias brasileiras*. v. 01 e 02. São Paulo: Ibero América, 1999.

CARVALINHOS, Patrícia de Jesus. As origens dos nomes de pessoas. *Domínios de Linguagem*, Ano 1, nº 1, 1º Sem. de 2007, disponível em [www.dominiosdelinguagem.com.br](http://www.dominiosdelinguagem.com.br). Acesso em: 27 mar. 2013.

DAUZAT, Albert. *Les noms de personnes: origen et évolution Prénoms – Noms de famille – Surnoms*. 4 ed. Paris: Delagrave, 1950.

DICK, Maria Vicentina do Amaral. *Toponímia e Antroponímia no Brasil: Coletânea de Estudos*. 3 ed. São Paulo: Serviços de Artes Gráficas do FFLCH, 1992.

\_\_\_\_\_. A Investigação Linguística na Onomástica Brasileira. *Estudos de Gramática Portuguesa III*. Frankfurt am Main, v. III, 2000.

FERRI, Gino. *História do rio Taquari-Antas*. Encantado: Grafen, 1991.

GUÉRIOS, Rosário Farani Mansur. *Dicionário Etimológico de Nomes e Sobrenomes*. 2 ed. São Paulo: Ave Maria, 1973.

ECKERT, Kleber. Quem é quem? Um estudo antroponímico a partir dos sobrenomes do município de Lajeado-RS. *Domínios de Linguagem*, vol. 7, nº 1, jan./jun. 2013, disponível em [www.dominiosdelinguagem.com.br](http://www.dominiosdelinguagem.com.br). Acesso em: 01 jul, 2015.

HESSEL, Lothar. *O município de Estrela: história e crônica*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1983.

KLERING, Luis Roque. *Nomes mais comuns na terra do Rio Grande do Sul (RS)*. (1988). Disponível em: [www.terra gaucha.com.br/nomesRS](http://www.terra gaucha.com.br/nomesRS). Acesso em: 16 out. 2012.

MARCATO, Carla. *Nomi di persona, nomi di luogo: introduzione all'onomastica italiana*. Bologna: il Mulino, 2009.

MEXIAS-SIMON, Maria Lucia; OLIVEIRA, Aileda de Mattos. *O nome do homem: reflexões em torno dos nomes próprios*. Rio de Janeiro: HP, 2004.

MIORANZA, Ciro. *Filius Quondam: a origem e o significado dos sobrenomes italianos*. 2 ed. São Paulo: Larousse, 2009.

OBATA, Regina. *O livro dos nomes*. São Paulo: Círculo do Livro, 1986.

OLIVER, Nelson. *Todos os nomes do mundo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

ROSSEBASTIANO, Alda; PAPA, Elena. *I nomi di persona in Italia: dizionario storico etimologico*. Torino: UTET, 2005.

SCHAUREN, Décio Aloísio. *A busca das origens: história e genealogia da família Schauen*. São Leopoldo: Oikos, 2011.

SCHIERHOLT, José Alfredo. *Estrela: ontem e hoje*. Lajeado: O Autor, 2002.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. Referência e Onomástica. *Múltiplas Perspectivas em Linguística*. MAGALHÃES, José Sueli de; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. (org.). Uberlândia: Edufu, 2008, p. 1945-1952. Disponível em: [http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo\\_442.pdf](http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_442.pdf). Acesso em: 27 mar. 2013.

SIMÕES, João Manuel. *Um breve estudo de antroponímia brasileira: sobrenomes portugueses*. Curitiba: Multideia, 2011.

<[www.mallmann.jur.adv.br](http://www.mallmann.jur.adv.br).> Acesso em: 29 dez. 2012.

<[http://www.brasil.diplo.de/Vertretung/brasilien/pt/\\_\\_\\_pr/Nachrichten\\_20Archiv/23.02.15\\_20\\_Sobrenomes\\_20\\_alemaes.html?archive=3303638](http://www.brasil.diplo.de/Vertretung/brasilien/pt/___pr/Nachrichten_20Archiv/23.02.15_20_Sobrenomes_20_alemaes.html?archive=3303638)> Acesso em: 18 set. 2015.

<<http://genealogiafiliadiehl.blogspot.com.br/2009/09/origem-do-sobrenome-diehl.html>.> Acesso em: 18 set. 2015

<[http://www.hauschildt-aukrug.de/hauschildt\\_name.htm](http://www.hauschildt-aukrug.de/hauschildt_name.htm)> Acesso em: 18 set. 2015.

<<http://imigrantedietrich.blogspot.com.br/search/label/Hist%C3%B3ria>> Acesso em: 18 set. 2015.

## **O PROCESSO DE REVISÃO/REESCRITA TEXTUAL: UMA ANÁLISE DA PROPOSTA DE LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA**

*The process of review / rewrite text: an analysis of the proposed textbooks  
Portuguese*

*Helena Maria Ferreira\**  
*Fernanda Aparecida da Silva\*\**

**RESUMO:** O presente trabalho tem por objetivo discorrer sobre o processo de revisão/reescrita no contexto escolar. Para a consecução do objetivo proposto foi realizada uma pesquisa teórica embasada em teóricos como Guedes (2009), Antunes (2004), Soares (2009), entre outros. Tal pesquisa contemplou uma discussão acerca dos usos e das funções sociais da escrita, a constituição da autoria e das etapas de produção textual: planejamento, a escrita propriamente dita e revisão/ reescrita. Com vistas a complementar o estudo teórico, foi realizada uma análise de dois livros didáticos de Língua Portuguesa destinados aos alunos do 3º ano do Ensino Médio. A partir da análise empreendida, foi possível constatar que os livros apresentam uma proposta parcialmente condizente com os pressupostos defendidos pelos teóricos estudados, no entanto, apresentam limitações no que diz respeito às estratégias para práticas de revisão e reescrita dos textos produzidos pelos alunos, o que interfere negativamente na realização de um trabalho efetivamente colaborativo.

**Palavras-chave:** Revisão de textos; produção de textos; escrita.

**ABSTRACT:** *This paper aims to discuss the the treatment of the review / text rewritten in schools. To achieve the proposed objective theoretical research was conducted, based on theoretical as Guedes (2009), Antunes (2004), Soares (2009) among others. Such research included a discussion of the uses and social functions of writing, on the establishment of authorship and the stages of text production: planning, writing itself, revision and rewriting. In order to complement the theoretical study, an analysis was performed of the work proposal of two textbooks of English language for the students of the 3º year of high school. From the analysis undertaken, it was found that the books give a partially consistent with the assumptions proposal defended by theoretical studies, however, have limitations with regard to strategies for revision practices and rewrite the texts produced by the students, which impairs the achievement of an effective collaborative work.*

**Keywords:** *Proofreading ; Production of texts ; writing.*

---

\* Professora da Universidade Federal de Lavras (UFLA), Lavras, Minas Gerais, Brasil, CAPES/PIBID – helenaferreira@dch.ufla.br

\*\* Graduada em Letras pela Universidade Federal de Lavras (UFLA), Lavras, Minas Gerais, Brasil, CAPES/PIBID – fernandasilva@letras.ufla.br

## **Introdução**

O presente trabalho elege como objeto de estudo o processo de revisão/reescrita de textos. Na literatura que trata dessa questão, é comum a reincidência de duas direções para o tratamento do tema: a) atividade de interferências não autorais realizadas no texto (por um profissional), com vistas a *melhorar* a produção escrita de modo a atender às expectativas do público-leitor; b) atividade de revisão de textos realizada por professores e alunos, com vistas a aperfeiçoar os textos dos discentes e a ensiná-los a empregar os mecanismos linguístico-discursivos necessários a uma produção escrita de qualidade.

Embora essas duas direções sejam de extrema relevância no âmbito das discussões acadêmicas sobre a temática, este artigo elege como objeto de estudo a atividade de revisão/reescrita escolar, tendo em vista a sua importância para o aperfeiçoamento das habilidades de escrita, por parte dos alunos de Educação Básica. Desse modo, este artigo apresenta-se organizado em duas partes: a) a primeira parte: ocupa-se de uma compilação de teóricos que versam sobre a atividade de produção textual e, de modo mais específico, sobre a atividade de revisão de textos e b) a segunda parte: socializa o resultado de uma análise de propostas de produção de textos disponíveis em livros didáticos de Língua Portuguesa destinados aos alunos do 3º ano do Ensino Médio.

É válido destacar que a atividade de revisão/reescrita de textos tem sido redimensionada a partir dos estudos linguísticos pautados na linha interacionista. Estudos como os de Guedes (2009), Antunes (2004), Soares (2009), entre outros têm sinalizado avanços no tratamento da produção escrita em ambiente escolar, uma vez que os referidos teóricos contemplam discussões acerca dos usos e das funções sociais da escrita, sobre a constituição da autoria e das etapas de produção textual: planejamento, escrita propriamente dita, revisão e reescrita, que possibilitam uma concepção de escrita como um processo.

### **1. Produção de textos: usos e das funções sociais da escrita**

Se considerarmos a trajetória da atividade de produção de textos na escola, podemos constatar que essa prática linguística sempre foi uma tarefa complexa e polêmica. Ao traçarmos um panorama histórico dessa atividade, podemos constatar que



os saberes e as concepções sobre língua e sobre linguagem determinaram os modos de conceber e de encaminhar o trabalho com a escrita em sala de aula. Sabemos que a concepção que os profissionais da educação (professores, gestores educacionais, autores de documentos oficiais e de materiais didáticos) influencia, sobremaneira, no direcionamento das práticas escolares. No que se refere ao ensino de Língua Portuguesa, as concepções de língua(gem) são decisivas para a estruturação do trabalho docente. Para Kato (1995), as atitudes e as concepções assumidas pelo professor são decisivas no processo de aprendizagem para se configurar o tipo de intervenção nesse processo. Travaglia (1997) postula que a concepção de língua(gem) altera, substancialmente, o modo de organizar a pedagogia linguística e considera essa questão tão importante quanto a postura que se tem em relação à educação.

Complementando o exposto, Geraldi (1997) considera que toda e qualquer metodologia de ensino articula uma opção política com os mecanismos/procedimentos utilizados em sala de aula. Essa opção política envolve além de questões teóricas ligadas à educação, uma concepção de linguagem que justifica para que se ensina o que se ensina. As escolhas e as ações dos professores são influenciadas pelas agências governamentais (concepções presentes em documentos oficiais, como Parâmetros Curriculares Nacionais, nos testes de avaliações externas), pelos autores de materiais didáticos, pelos cursos de formação inicial de professores, pelos cursos de formação continuada de professores, entre outros. Essa formação teórico-metodológica, somada a um conhecimento prático do que é ser professor, cria uma cultura do ensinar e do aprender, que determina a escolha dos conteúdos, o tratamento didático dado a eles, os recursos utilizados, os objetivos pedagógicos, etc. Considerando esses pressupostos, questionamos: qual é o lugar da produção de textos na escola? Para respondermos a esse questionamento, faz-se necessário fazer um compilado dos estudos realizados por pesquisadores que buscaram analisar a atividade de escrita.

Marcuschi (2005) considera que, até aproximadamente 1950, a reflexão sobre a língua era apoiada na teoria tradicional da gramática, que valorizava as técnicas da retórica clássica, ou seja, as análises fonológicas, morfológicas e sintáticas da língua, com vistas à organização e à expressão do pensamento. Essa postura influenciou nos modos de se trabalhar a produção textual. Para Guedes (2009, p. 88), essa fase pode ser denominada de “era da composição”.

A palavra composição, usada para designar textos escritos na escola, [...] vincula-se à mesma teoria que dá embasamento à gramática tradicional e vê a linguagem como instrumento de organização e de expressão do pensamento dentro dos princípios da chamada lógica formal. Interessa mais a correção do processo de raciocinar do que a finalidade com que o raciocínio é ensinado.

Para além da questão exposta, Rojo (2009) considera que essa postura também sustenta a crença de que escrever seria um dom e de que, em decorrência disso, a ênfase seria o ensino das questões formais, uma vez que a proficiência na tarefa de escrita era restrita a minoria seleta de indivíduos. Nessa direção, Fiad e Mayrink-Sabinson (2001) enfatizam que essa concepção vê a escrita como uma inspiração, a qual advém das emoções de quem está produzindo o texto. Por isso, as atividades prévias (preparação para a escrita), e a revisão/reescrita eram consideradas dispensáveis, pois inibiriam a inspiração natural de quem escreve, “quebrariam” o encanto da tarefa de escrita. Nessa perspectiva, escrever consistiria em apenas articular informações, habilidade advinda de um dom. Para cumprir o seu papel formativo, as escolas ofereciam exemplos dos renomados escritores, oradores e poetas, gregos, latinos e portugueses. Para Rocha,

a proposta dos exercícios de composição era escrever adequadamente textos, a partir de figuras ou títulos dados, baseando-se em modelos apresentados pelo professor, considerando os textos literários como modelos para o bem falar e bem escrever. (ROCHA, 2010, p.22)

O objetivo dessa tarefa era atingir a composição livre.

Desse modo, os *bons modelos* retirados dos textos literários se constituíam como referências padrão e ditavam formas que deveriam ser seguidas. Os alunos recebiam uma nota pelo texto sem ao menos terem oportunidade de receber um *feedback* ou revisá-lo, por isso a definição dessa visão de escrita com foco na forma ou produto (ROCHA, 2010).

Por volta de 1950/1970, surgiram os estudos sobre a escrita numa perspectiva intitulada pelos teóricos de *era da redação* (GUEDES, 2009; SOARES, 2009). Bunzen Jr. (2005) considera que a produção de textos, nessa nova fase, baseava-se na criatividade e na preparação para o vestibular. Para o autor, a questão da *criatividade do aluno* passou a ser considerada em razão da busca pela liberdade de expressão individual, na qual a leitura servia como um estímulo para escrever e o texto produzido era o resultado de um processo criativo proporcionado pelo método. Soma-se a isso a obrigatoriedade de inclusão de redações em processos seletivos para o ingresso em instituições federais e

particulares que compõem o sistema federal de ensino superior, conforme o Decreto n. 99.490, de 30 de agosto de 1990 (BRASIL, 1990). Essa obrigatoriedade desencadeou a publicação de vários manuais com orientações teórico-metodológicas para o trabalho com a redação, destinados a professores, em que o texto era tomado como elemento substancial para o desenvolvimento de hábitos de leitura e de estímulos para escrever. Assim, o texto assumia a função de viabilizar estratégias e habilidades de leitura e de redação. No entanto, Pinton e Gonçalves (2012) consideram que, apesar de avanços, essa fase intitulada *redação* ainda trazia resquícios da fase anterior em que a escrita era vista como resultado da apropriação das normas gramaticais, com a diferença de ser vista como resultado de um momento criativo, baseado nas tipologias textuais: narração, descrição e dissertação, com ênfase nas estruturas desses tipos. Tais tipos eram apresentados linearmente, assumindo a perspectiva de um ensino prescritivo e normativo. A ênfase se centrava no ensino da forma global do texto. O texto, então, passou a ser suporte para o trabalho com estratégias procedimentais, a partir de pressupostos iniciais da constituição da linguística textual. O trabalho com as propriedades do texto imprimiu a ideia de texto como *pretexto*, não somente para um ensino da gramática normativa, mas também para o ensino da gramática textual, uma vez que havia a crença de que ao domínio das regras corresponderia o saber como proceder no ato da escrita.

Nessa dimensão, Rojo (2006) sinaliza que o enfoque didático nas tipologias textuais, intensificado pela exigência do vestibular, acabou por dar primazia à forma do texto, em fragmentos, em modelos, conferindo um estudo da gramática somente por uma vertente normativa e prescritiva, seja na frase, seja no texto. Os textos não eram estudados, mas sim “seus avatares: ilustrações mais aproximadas daquilo que o tipo prevê ou prediz” (ROJO, 2006, p.55).

Para Soares, o objetivo do ensino, nessa perspectiva,

é chegar ao melhor produto possível, nutrindo as habilidades pelas quais os escritores encontram soluções para os problemas de escrita, transformando o material bruto em uma mensagem coerente e trabalhando em direção a uma forma aceitável e apropriada de expressar ideias. (SOARES, 2009, p. 33)

Nesse sentido, a escrita seria uma atividade que exigiria a busca para a solução de um problema. Isso demanda o aperfeiçoamento de funções mentais superiores necessárias para planejar, definir problemas retóricos, posicionar problemas em contextos maiores,

propor soluções e gerar conclusões bem embasadas. Os alunos precisariam desenvolver a habilidade de ler seus próprios textos e examiná-los criticamente, aprendendo como melhorá-los e como expressar seu sentido com fluência, lógica e acuidade. Além disso, eles precisam aprender a corrigir seus próprios erros. Por fim, o foco foi se deslocando para a linha cognitivista, também advinda das teorias psicológicas. Nessa fase, o ensino da redação se pautava na objetividade e na eleição de determinados itens para serem avaliados sob a forma de *checklists*.

De acordo com Soares (2009), essa perspectiva era simplista e mecânica, além de colocar a escrita num vácuo, pois não considerava a interpretação pessoal, o contexto histórico, político e cultural ou a aprendizagem e a descoberta. Isso fez com essa abordagem se assemelhasse à rigidez dos procedimentos padronizados prescritos pela abordagem tradicional.

Os paradigmas teóricos de fundamentação cognitivista mostraram-se insuficientes para dar conta do caráter interativo do processo de escrita, pois “privilegiam o mundo físico, a visão idealista em que as estruturas mentais trabalham individualmente com um modelo pré-construído e negligenciam os procedimentos de decisão, a natureza interacional e histórica da linguagem.” (GARCEZ, 2010, p. 155).

No início de 1980, diante da constatação de que o ensino de regras textuais e gramaticais não fornecia ferramentas para uma prática de produção de textos satisfatória, o texto passa a ser o centro do ensino. Passa-se, então, para a *era da produção de texto*. Aqui, a concepção de produção de texto passa a ser dimensionada numa perspectiva de trabalho, em analogia com cultivar a terra, consertar sapatos, dar aulas. Trata-se de uma atividade, não de organizar, mas de produzir, transformar, mudar, mediante a ação humana. (GUEDES, 2009). Assim, a concepção de língua que fundamenta essa perspectiva é vista como uma forma de ação, processo de estabelecer vínculos, de criar compromissos entre interlocutores.

Segundo Rocha,

o texto deixa de ser visto apenas como modelo para o bem falar e o bem escrever, mas passa a ser considerado pela sua função social. O ensino de língua portuguesa, assim, deveria passar a articular estratégias textualizadoras, mecanismos enunciativo-discursivos e outros

elementos que constituem diferentes textos produzidos social e historicamente. (ROCHA, 2010, p. 32).

Nessa direção, Baltar destaca que a língua oferece um repertório infinito de possibilidades textuais, por isso é relevante que os entendam que a escolha desse repertório deve ser feita de acordo com o espaço onde usarão esses textos para interagir socialmente. Assim,

Diferentemente de um aluno que escreve uma mera redação, um usuário competente discursivamente é aquele que pensa a produção de textos, situando-os dentro de um gênero com sua estrutura estável, que pertence a um ambiente discursivo, como produção escrita dialógica, que busque atingir sócio-comunicativos específicos. É aquele sujeito-produtor que pretende interagir com outros sujeitos dentro de uma instituição dada, de acordo com as situações de uso real da língua, que compreenda o mundo discursivo e as possibilidades de expressão de acordo com a variedade de gêneros textuais que esse mundo discursivo possibilita, levando-se em consideração não só o produto da interação – os textos e seus mecanismos de textualização – mas todo o processo de enunciação que sustenta as atividades de linguagem dentro das diversas instituições sociais. (BALTAR, 2003, p.3)

Essa abordagem privilegia a natureza social e interativa da linguagem – como processo de interação – em contraposição ao enfoque em que se desvinculava a língua do uso social.

Complementando essa perspectiva, surgem, por volta de 1990, propostas de produção textual pautadas na noção de gênero do texto/discurso. Essas propostas buscam responder às dimensões cultural e social nas descrições textuais e processuais. Conforme postula Bakhtin (2000), toda interação linguística acontece por meio de textos, os gêneros são verdadeiros instrumentos de interação, nas mais diversas situações de uso da linguagem. Assim, abarcar a diversidade de gêneros como objeto de ensino em aulas de língua portuguesa significa inserir os alunos nos mais diversos eventos de letramento. De acordo com Bonini (2002, p.4), essa perspectiva baseia-se na concepção interacionista, que pressupõe “a instauração de um ambiente em que a produção de textos do aluno se constitua efetivamente como produção de sentido”. Nesse sentido, os pressupostos metodológicos que sustentam a atividade de produção de texto, por meio dos gêneros abarcam não somente as questões linguísticas, mas também as questões discursivas.

Diante do exposto, Bronckart (1999, p. 338) considera que a atividade de linguagem é, ao mesmo tempo, o lugar e o meio das interações sociais constitutivas de

qualquer conhecimento humano; “é nessa prática que se elaboram os mundos discursivos que organizam e semiotizam as representações sociais do mundo”. Assim, toda produção textual é uma ação social situada, produzida por indivíduos singulares em situações sociais específicas, o que redimensiona a questão da autoria, ou seja, não basta um texto bem escrito, é necessário que o sujeito produtor do texto se constitua como um sujeito-autor. É por meio das práticas sociais de linguagem que o indivíduo transforma e constrói os significados para todos os elementos de sua cultura. A questão da autoria é fundamental para a ressignificação do processo de produção de textos, pois incorpora o aluno em uma prática social situada.

O ensino de Língua Portuguesa, por meio de gêneros textuais/discursivos, poderá envolver, portanto, a análise das diferentes coerções impostas por essas esferas de produção, recepção e circulação de textos diversos, materializados verbal, visual ou verbo-visualmente. Não cabe, assim, a reprodução de modelos, mas sim a autoria de textos, que possam de fato responder aos discursos globalizantes e às diferentes demandas sociais.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN – (BRASIL, 1998), a escrita de textos deve sempre considerar suas condições de produção que variam de acordo com a finalidade, especificidade do gênero, lugares de circulação e interlocutor eleito. Logo, se faz necessário que os alunos saibam produzir textos de diversos gêneros, coerentes, coesos e apropriados aos seus destinatários; no entanto, verifica-se que nem sempre essa expectativa é alcançada.

O ensino de linguagem sob a perspectiva dos gêneros contribui “para que se vivencie na escola atividades sociais, das quais a linguagem é parte essencial, atividades a que o aluno, muitas vezes, não terá acesso senão pela escola” (MOTTA-ROTH, 2006, p. 503).

Com o advento das novas tecnologias, novas demandas de produção de textos se instauram. Podemos observar novas práticas de usos da linguagem, novos tipos de interação via escrita, novas relações entre oralidade, leitura e escrita. Essas práticas têm ressignificado a produção escrita na escola, pois o acesso às informações se dão por meio de textos multimodais (conjugação de fala, escrita, imagens) e multissemióticos (conjugação de imagens, palavras, sons, cores, movimentos, etc), o que acaba por exigir

habilidades linguísticas e discursivas diferenciadas. O ensino de línguas pressupõe os multiletramentos, aqui definidos como:

práticas de trato com os textos multimodais ou multissemióticos contemporâneos – majoritariamente digitais, mas também digitais impressos – que incluem procedimentos (como gestos para ler, por exemplo) e capacidades de leitura e produção que vão muito além da compreensão e produção de textos escritos, pois incorporem a leitura e (re)produção de imagens e fotos, diagramas, gráficos e infográficos, vídeos, áudio etc.

Considerando esse aspecto, as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (BRASIL, 2006) sinalizam para a importância de um trabalho voltado para a organização verbo-visual dos textos, ou seja, para o letramento multissemiótico: situações de produção e leitura de textos, que se concretizam em diferentes suportes e sistemas de linguagem – escrito, oral, imagético, digital, etc. O contato com esses textos multimodais propicia ao aluno o uso e a compreensão da

multiplicidade de linguagens que ambientam as práticas de letramento multissemiótico em emergência em nossa sociedade, geradas nas (e pelas) diferentes esferas das atividades sociais – literária, científica, publicitária, religiosa, jurídica, burocrática, cultural, política, econômica, midiática, esportiva, etc. [...] esse investimento deve incluir diferentes manifestações da linguagem – como a dança, o teatro, a música, a escultura e a pintura –, bem como valorizar a diversidade de ideias, culturas e formas de expressão. (OCEM, BRASIL, 2006, p.32-33)

Nesse contexto, a escrita na escola passa a ser vista em função de uma necessidade de interação social pautada em situações reais de comunicação. Além da diversidade de usos da linguagem, as tecnologias promoveram a diversificação dos suportes de circulação dos textos produzidos, a ampliação do público-alvo e a diminuição das distâncias físicas, viabilizando o acesso a diferentes fontes, o que pode ser considerado um ganho para o trabalho com a produção escrita em sala de aula.

## **2. Revisão de textos na escola**

O ato de escrever não está associado somente à fase da escrita propriamente dita, mas está ligado ao processo de preparação das ideias, dos objetivos que se pretende atingir, do tipo de texto a se produzir e, principalmente, para quem produzir. O encaminhamento da produção textual escrita envolve as importantes etapas do

planejamento, da execução e da reescrita do texto (ANTUNES, 2003). A primeira, seria a etapa do planejamento que corresponde ao exercício de delimitar o tema do texto, elencar os objetivos, escolher o gênero, delimitar critérios e a forma linguística que o texto deve assumir. A segunda etapa é a da escrita que é nada mais do que colocar no papel o que foi planejado. A última etapa é a etapa da revisão e da reescrita que corresponde ao momento de analisar o que foi planejado e escrito. De acordo com Oliveira (2010), a revisão pode ser feita pelo próprio autor (autorrevisão). Mas, uma boa revisão demanda alteridade, no sentido de que é algo que só pode ser obtido por outra pessoa, alguém que não tenha tido nenhum contato com o texto nas fases anteriores de sua produção. É um exercício que requer prática, é um tipo de atividade que vai se inserindo pouco a pouco, no próprio modo de ser e de pensar de quem a exerce.

Ao abordamos a questão da revisão de textos, consideramos relevante destacar a teorização desenvolvida por Ruiz (2010), que se embasando em Serafini (1989), toma como referência três tipos de correção: a) correção resolutiva (o professor vê e ele mesmo corrige os erros); b) correção indicativa (o professor faz marcações e os alunos corrigem os erros) e c) correção classificatória (o professor usa símbolos que na maioria das vezes não são reconhecidos pelos alunos para identificar os erros). Complementando a tipologia de Serafini, Ruiz (2010) faz menção à correção “textual- interativa”, em que se busca desenvolver uma proposta que vai além dos aspectos estruturais e incorpora, na atividade de revisão, elementos globais, relacionados ao conteúdo do texto, à construção discursiva, ou seja, além marcar as inadequações ortográficas e gramaticais, o professor considera o conteúdo temático, a adequação ao gênero, o contexto de produção entre outros aspectos.

Para Polato,

A correção textual-interativa pode ser vista como um procedimento eficaz quando se deseja “apontar problemas de ordem global, isto é, relacionados ao conteúdo do texto” (GASPAROTTO E MENEGASSI, 2013, p.31) [...] Nesse sentido, a revisão para a reescrita pode ter como baliza o grau de atendimento: a) à temática, b) ao gênero proposto c) ao intuito discursivo de quem produz, d) a adequação do dizer aos possíveis interlocutores, e) a adequação do dizer ao suporte, f) às questões linguísticas que possam comprometer o sentido. (POLATO, 2013, p.10)

Os tipos de correção apontados por Ruiz (2010) evidenciam concepções de revisão de textos. Desse modo, considerando a trajetória do trabalho com a produção de



textos na escola, podemos considerar que nas fases iniciais, até o final da década de 70, a tarefa de revisar um texto se dava como uma etapa posterior à escrita, com a finalidade de se averiguar as violações à norma culta da língua. Tal concepção, denominada revisão tradicional, era pautada no senso comum de que revisar resumia-se “a corrigir ortografia, pontuação, concordância verbal e nominal, de acordo com as normas apontadas em gramáticas, dicionários e manuais, sendo a revisão tratada como uma das etapas de reescritura em que se focalizam os aspectos estruturais do texto”. (OLIVEIRA, 2010, p.17)

Outra perspectiva, presente nas práticas pedagógicas vigentes por volta dos anos 70/80, era a revisão recursiva, que se pautava no uso de *checklists* para que os alunos pudessem em qualquer etapa da escrita interromper o processo de escrita do texto a qualquer momento do trabalho para fazer a correção. (OLIVEIRA, 2010). Nesse sentido, o trabalho de revisão se consubstanciava na definição da tarefa (explicitação de critérios para a revisão), na avaliação (aplicação dos critérios determinados na fase anterior durante a leitura do texto) e na seleção de estratégias (tanto para ignorar problemas ou buscar mais informações para esclarecê-los, quanto para modificar o texto, a partir da atividade de reescrita).

A partir da disseminação dos estudos linguísticos que versam sobre gêneros textuais/discursivos, dialogicidade, linguagem como processo de interação, etc. surge outra perspectiva intitulada de revisão linguístico-discursiva em que são considerados aspectos composicionais, funções sociais, estilo de linguagem e conteúdos temáticos no processo de produção dos textos.

Para Garcez,

o texto escrito, enquanto ação com sentido, constitui um forma de relação dialógica que transcende as meras relações linguísticas, é uma unidade significativa da comunicação discursiva que tem articulações com outras esferas de valores. Exige a compreensão como resposta, e esta compreensão configura o caráter dialógico da ação, pois é parte integrante de todo o processo da escrita e, como tal, o determina [...] (GARCEZ, 2010, p. 63)

Nesse contexto, a revisão de textos pressupõe a assunção de um *lugar social*, que seria uma projeção de *ocupação do lugar do destinatário*.

Para Garcez,

a pedagogia que prevalece na escola atualmente não enfatiza o comprometimento do professor com a aprendizagem dos alunos. Há um comportamento “burocrático” generalizado e, muitas vezes, uma “profecia auto-realizável” em direção ao fracasso que impedem a aprendizagem e o crescimento em ambiente escolar. Depoimentos demonstram que os alunos percebem quando há um envolvimento real dos professores, e essa percepção influencia a própria atitude do aluno em relação à aprendizagem e às atividades escolares. (GARCEZ, 2010, p. 149)

Nessa direção, Antunes (2010) ressalta que a revisão não é apenas uma das fases de produção de um texto, mas, sobretudo, aquela que demonstra esse caráter processual da escrita. O fato de o aluno "refletir sobre a escrita reescrevendo-a mostra que a escrita adquire um significado de produção efetiva" (FIAD 1989, p. 78). O que *dá certo* numa correção de redação, ou seja, o que leva a uma escrita qualitativamente melhor, por parte do aluno, é o tipo de leitura que o professor faz da produção.

Ampliando a discussão, Garcez (2010, p. 157) pontua que “o trabalho com o texto, em que a participação do outro é intensa, mostra-se fundamental para a criação e a incorporação de procedimentos eficazes de releitura e análise do texto em progresso.” Nesse sentido, a autora considera que a diversidade de interlocutores (produtor do texto, colega crítico e professor) é capaz de propiciar um espaço adequado para as práticas de revisão, para verificação dos textos que apresentam problemas de compreensão ao leitor e exigem transformação. Essa concepção de revisão desloca a atividade de revisão para uma perspectiva dialógica, o que faz com que a participação do produtor de texto não seja passiva, pois

ele não é apenas receptor de instruções, ao contrário, a partir das respostas do outro ou em resposta à ação do outro, tem uma participação essencialmente ativa, no sentido de que age sobre o próprio comportamento mental enquanto reavalia o texto, refletindo durante a ação interativa. (GARCEZ, 2010, p. 157)

Esse enfoque permite uma intervenção nos aspectos informacionais/referenciais, na coerência externa das informações em relação a um conjunto de fatos e crenças advindos da realidade, na estruturação do texto para a coerência interna das questões apresentadas, na organização textual dos elementos constituintes do gênero discursivo e dos tipos textuais em questão. Soma-se a esses aspectos a adequação da organização linguística-gramatical do texto (vocabulário, concordância, pontuação, sintaxe, ortografia, paragrafação, etc). Desse modo, ainda segundo Garcez, a revisão de textos

deve eleger como foco “a participação do outro, traz para a pauta de discussões o funcionamento real do discurso, a construção dos significados, as inferências, a interlocução possível com um destinatário”. (2010, p. 158). Assim dimensionada, a revisão desloca-se da instrução e passa a assumir um papel formativo, na medida em que concebe, efetivamente, a escrita como um processo.

A partir do exposto, podemos supor que a consideração do outro, como parte constitutiva do processo de produção de textos, se revela como uma possibilidade de se promover um deslocamento da atividade de escrita em ambiente escolar, uma vez que se desnaturalizam concepções metodológicas de escrita como um produto e como uma atividade individual.

Assim como a atividade de escrita em situações formais de produção de textos (trabalhos de conclusão de cursos de graduação e de pós-graduação, preparação de textos para editoras/agências – livros, jornais e revistas, textos jurídicos, etc), que demanda a intervenção de um orientador/editor/revisor, os textos produzidos no âmbito escolar não podem negligenciar o caráter dialógico e processual da produção individual. O trabalho interativo aponta para a natureza da compreensão do outro, para o estatuto dos objetivos comunicativos, para o funcionamento das estruturas textuais. Nesse contexto, a atividade de revisão deve favorecer o aperfeiçoamento e a apropriação dos diferentes usos da linguagem de modo colaborativo.

### **3. Análise dos dados**

Com vistas a discutir as questões que circunscrevem a atividade de produção textual na escola, de modo mais específico, sobre a atividade de revisão/reescrita de textos, foram selecionados dois livros didáticos de Língua Portuguesa, destinados a alunos do Ensino Médio e adotados por escolas públicas. Após a seleção prévia, foram eleitas para análise duas obras: a) proposta a partir da exploração de temática tratada na unidade; b) proposta a partir da exploração de um determinado gênero textual. Considerando as etapas da produção textual, descritas por Antunes (2003), foram analisadas as propostas disponibilizadas nos referidos livros.

*Proposta 1: livro: AMARAL, E.; FERREIRA, M.; LEITE, R.; ANTÔNIO, S. Português: Novas palavras: literatura, gramática, redação (2013)* A proposta parte de uma caracterização geral do texto a ser produzido: 1) introdução; 2) aspectos gerais do texto descritivo: a) em que consiste; b) como é utilizada; c) características essenciais; 3) os principais tipos de descrição: a) objetiva; b) estática; c) subjetiva; d) dinâmica ou exposição narrativa; 4) sugestões de procedimentos a serem evitados e seguidos no texto descritivo; 5) como estou escrevendo: critérios de avaliação e reelaboração de seus textos.

Na introdução, há uma menção aos tipos textuais (narração, descrição e dissertação), mas o destaque é feito em relação ao tipo dissertativo. Não se evidencia a importância do tipo descritivo. Além disso, há a inserção de duas obras de arte (telas), sem enunciados orientadores para a leitura.

Em seguida, as autoras apresentam os aspectos gerais do texto descritivo. Inicialmente, são demonstradas as características de uma descrição “mostra de forma sequencial e progressiva, destacando-lhe [do objeto] os detalhes significativos” (p. 387), o que apresenta vagueza conceitual.

Posteriormente, são indicadas as circunstâncias em que a descrição é utilizada. Nesse ponto, a orientação parece ser pertinente, uma vez que contextualiza a presença do tipo em determinados gêneros textuais: “a descrição é utilizada como um subsídio indispensável para a elaboração de vários gêneros textuais, como por exemplo, as notícias, os diários, os relatórios, os contos, as novelas, os romances, etc.” (AMARAL, E.; FERREIRA, M.; LEITE, R.; ANTÔNIO, S., 2013, p. 387) “Além disso, a descrição pode predominar em certos gêneros específicos, como manuais de instrução, receitas culinárias, bulas, regulamentos, poemas líricos, etc.” ((AMARAL, E.; FERREIRA, M.; LEITE, R.; ANTÔNIO, S., 2013, p.387). Embora se possa depreender uma tentativa de articulação entre os tipos textuais em um mesmo texto, essa busca pode tornar a atividade de produção mais complexa tendo em vista o fato de que não há orientações acerca dos outros tipos textuais requeridos e nem a indicação do gênero textual a ser produzido.

As autoras também fornecem orientações sobre o objetivo e ponto de vista, uso da percepção sensorial e linguagem descritiva (predominância de substantivos, adjetivos, verbos de estado e de ligação e de tempos verbais: presente do indicativo e pretérito imperfeito do indicativo) e de recursos de enumeração e de comparação. Somam-se a isso

sugestões de procedimentos, ou seja, o que deve ser feito em uma descrição (marcação de traços distintivos do objeto descrito; equilíbrio entre ideia principal e secundária; exploração de sons, cheiros, sensações; uso da subjetividade e da persuasão). As autoras abordam questões importantes no estudo da descrição, no entanto, a abordagem seria mais clara se fosse acompanhada de exemplos.

Por fim, as autoras evidenciam os critérios para a avaliação e reescrita dos textos produzidos. As orientações apresentadas são descontextualizadas e genéricas, com riscos de um não entendimento por parte do aluno. O foco do trabalho é a descrição, mas as orientações podem se aplicar a qualquer gênero textual a ser produzido. Essa questão apresenta-se problemática se se considerar que, segundo Dutra (2011), “grande parte dos livros didáticos não aborda o tema e, quando propõem situações de revisão, muitas delas são equivocadas ou insuficientes.” (p. 175)

Outra questão digna de nota é que a atividade analisada carece também de um foco, uma vez que a proposta apresenta as seguintes inadequações: a) o trabalho realizado se centra no tipo descritivo, mas o texto-base que desencadeia a produção textual se caracteriza como sendo do tipo dissertativo; b) a atividade de produção textual parte de uma análise de uma imagem, em que são solicitadas as descrições das características físicas e psicológicas das pessoas que aparecem na foto, no entanto, é solicitada a narração (sem que seja dada alguma orientação); c) não há indicação do gênero textual a ser produzido (na proposta de avaliação essa questão é um dos critérios adotados); d) são propostas atividades de análise de textos do tipo descritivo (as atividades deveriam ser a base para a produção, ou seja, integrar o momento de planejamento); e) passagem brusca do estudo da descrição para o estudo do tipo prescritivo, de forma descontextualizada e sem apresentação; f) exercícios acerca dos recursos de estilo de linguagem desvinculados das orientações disponibilizadas (itens abordados são diferentes dos aspectos anunciados em momento anterior, ex: primeiro momento: classes gramaticais predominantes e tempos verbais, recurso da comparação; segundo momento: variedade padrão e expressões idiomáticas); g) proposta de produção textual sem observância das etapas de planejamento e de avaliação (apenas a proposição para elaboração de duas descrições, objetiva e subjetiva).

A partir da análise empreendida, foi possível perceber que não há uma consideração das etapas de produção textual. Assim, as atividades que apresentam potencialidades para a preparação para a produção de textos são inseridas de forma aleatória ao longo da unidade. Além disso, as propostas carecem de uma indicação de avaliação e de reescrita, conforme pontuado no início da unidade e também por teóricos como Pereira e Leite (2010, p. 2), que afirmam que a escrita como processo “suscitou reflexões sobre a necessidade de se dedicarem momentos exclusivamente para a revisão dos textos e a sua reescrita pelos próprios alunos, etapas essas nem sempre consideradas como significativas no ensino-aprendizagem da escrita”.

*Proposta 2: livro: MAIA, J. D. Português (2010).* A proposta de produção textual parte de análise mais geral, ou seja, uma seção intitulada de Gêneros do Domínio Jornalístico. O autor analisa, inicialmente, o contexto de circulação dos textos jornalísticos, incluindo, além da imprensa, as escolas e empresas, nos quais esses textos poderão circular para fins de divulgação de informações. A seguir, há uma indicação de leitura de uma notícia seguida de uma proposta de identificação dos elementos constitutivos. Posteriormente, há a distinção dois tipos de textos jornalísticos, quais sejam: informativos (notícia, reportagem e entrevista) e opinativos (editorial, artigo, coluna, crítica e crônica). Depois, são elencadas as características de cada gênero textual pertencentes ao domínio jornalístico. Após situar o domínio de textos jornalísticos, o autor faz a distinção entre a notícia e a reportagem. Como proposta de produção, elege a notícia como objeto de estudo. Para tal, é analisada a estrutura composicional de uma notícia: título, subtítulo, lide e texto complementar, além de ilustrações, fotos, etc. Em seguida, é proposta a realização de exercícios de análise da notícia que abre a seção do livro. São mencionadas também indicações sobre a objetividade e sobre o estilo de linguagem. Por fim, é solicitado aos alunos que reúnam notícias interessantes para a confecção de um jornal de classe ou do colégio. É feita a indicação de passos para a elaboração de notícias (tema, o que aconteceu, quem participou, quando aconteceu, onde aconteceu, como aconteceu, e por que é importante?). Essa é a fase de planejamento para a elaboração do texto. Como observado, foi permitido o acesso do aluno aos conteúdos temáticos.

Na etapa de execução da escrita propriamente dita, é solicitado que os alunos consultem as anotações realizadas no momento de preparação.

Na etapa de revisão e reescrita, é solicitada aos alunos a troca entre colegas para emissão de sugestões de melhoria dos textos produzidos, e, posteriormente, sob orientação do professor, é proposta a escrita da versão final para que o texto seja corrigido para organização do jornal. Desse modo, além da consideração das três etapas (planejamento, escrita propriamente dita, revisão/reescrita), o autor ainda considerou a questão da socialização do texto, ou seja, a circulação dos textos produzidos. Essa proposta, embora não evidencie os modos de configuração de um trabalho dialógico da atividade de escrita, sinaliza para a criação de situações de participação em sala de aula que viabilizam a interação.

Para Garcez,

O foco transformador da escola está nas novas estruturas de participação em sala de aula, na interação verbal e não-verbal, nas relações dialéticas entre as funções de quem fala e de quem ouve, na gama de variações individuais, nas redes potenciais de interesse solidário. (GARCEZ, 2010, p. 162)

Sem dúvida, essas novas estruturas de participação solidária poderão agregar qualidade aos textos produzidos, pois garantem o estatuto dialógico da linguagem e colocam em discussão os elementos constituintes da enunciação. O papel do outro é desencadear uma reflexão, e, conseqüentemente, favorecer a construção de noções necessárias à compreensão da língua escrita, de seus usos, da formação de estruturação dos diferentes gêneros e tipos de textos em seus diversos contextos. O mérito do livro está na sua proposta de interlocução por parte dos alunos, que devem voltar ao planejamento para fazer uma auto avaliação, trocar os textos para fazer uma revisão entre pares, encaminhar a proposta ao professor para obter uma versão final e, por fim, socializar o texto produzido.

### **Conclusão**

O presente trabalho teve por objetivo apresentar uma reflexão sobre a atividade de produção de textos na escola, e, de modo mais específico, sobre a prática da revisão de textos. A partir da compilação dos teóricos aqui apresentada e das considerações feitas, podemos constatar que a produção de textos em ambiente escolar esteve e está sujeita às

concepções de língua(gem) e de ensino-aprendizagem que integram a pedagogia linguística em questão. Nesse sentido, podemos considerar que a revisão de textos deve ser concebida para além dos procedimentos que contribuem para a melhoria da configuração gramatical dos textos produzidos pelos alunos. A revisão é um momento ímpar para a reflexão de aspectos linguísticos e discursivos que compõem os textos e a enunciação. Além disso, a revisão é uma prática colaborativa, em que o aluno - produtor de textos e de discursos - retextualiza a sua produção, tomando dizeres constitutivos do discurso do outro, para reescrever o texto, de modo a torná-lo mais coerente (linguística e discursivamente) à situação sociocomunicativa em que o texto irá circular.

Para Garcez (2010), esse exercício dialógico permite que o aluno perceba em que medida sua intenção comunicativa foi efetivamente consolidada no texto e em que pontos há problemas que exigem reestruturação. Essa percepção é obtida de modo progressivo e gradual, é uma construção solidária efetivada por meio do diálogo, pois o papel do outro é propiciar e facilitar a reflexão, uma vez que a sua atuação se presta a apontar os pontos em que teve dificuldades de compreensão, ou seja, o outro atua como leitor colaborativo. Essa função do outro promove um deslocamento do produtor, o que o faz a projetar-se para o *lugar* do leitor. “É o parceiro com suas contribuições dialógicas, que ajuda a construir, em conjunto com o redator, uma nova visão dos elementos constituintes do texto e de seu funcionamento real”. (GARCEZ, 2010, p. 16)

Após a compilação dos teóricos, procedeu-se a análise das propostas de revisão de livros didáticos de Língua Portuguesa. A partir da análise empreendida, foi possível constatar que os livros apresentam uma proposta parcialmente condizente com os pressupostos defendidos pelos teóricos estudados, uma vez que esses livros didáticos têm demonstrado avanços no que diz respeito à uma abordagem interacionista da linguagem. No que diz respeito às estratégias para práticas de revisão e reescrita dos textos produzidos pelos alunos, os livros apresentam limitações, pois não há detalhamento de fase da produção textual. A proposta do livro dois faz menção à troca de textos entre os alunos, mas não fornece orientações de como esse processo pode ser concretizado. Desse modo, constatamos ser necessária uma adequada intervenção do professor para que a produção de textos em sala de aula não seja considerada uma atividade mecânica, mas como um processo em constante construção.



Além disso, foram analisadas as indicações das atividades para a inserção do sujeito-autor, ou seja, para a constituição da autoria. Nesse sentido, observou-se que os livros apresentam problemas no encaminhamento de estratégias que efetivamente contribuam para que o aluno se constitua com um autor-revisor, numa perspectiva dialógica, o outro participando na constituição do texto produzido e o autor se deslocando de seu próprio texto para ocupar a posição do leitor. Atividades como essas poderão focalizar problemas de produção textual, no sentido de adequar o texto ao gênero pretendido, aos objetivos visados na interlocução, às condições de produção e recepção do texto. O processo de reescrita traz uma ruptura com o pensamento tradicional por propiciar um novo ponto de vista sobre a elaboração de um texto. A escrita é encarada como uma atividade aperfeiçoável e colaborativa.

Diante do exposto, podemos considerar que a produção textual se consubstancia como uma atividade essencialmente dialógica, pois a participação do outro tem papel fundamental para que o aluno aprenda a escrever com proficiência, a construir saberes sobre a escrita, sobre seus usos sociais, e sobre suas diferentes formas de configuração.

## Referências

- AMARAL, E.; FERREIRA, M.; LEITE, R.; ANTÔNIO, S. *Português: Novas palavras: literatura, gramática, redação*. Vol. 3, Coleção Novas Palavras. Ensino Médio. São Paulo: FTD, 2013.
- ANTUNES, I. *Aula de Português: encontro e interação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BALTAR, M. *A competência discursiva através dos gêneros textuais: uma experiência com o jornal de sala de aula*. 139 p. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.
- BONINI, A. Metodologia do Ensino de Produção Textual: a perspectiva da enunciação e o papel da psicolinguística. *Revista Perspectiva*, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 25 -50, 2002.
- BRASIL, Presidência da República. Decreto n. 99.490, de 30 de agosto de 1990. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D99490.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99490.htm)>. Acesso em 01 out. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa. Brasília: MEC/SEE, 1998.

BRASIL, Ministério da Educação. Orientações curriculares para o ensino médio: Linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. 239 p., v. 1.

BRONCKART, J. P. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. Trad. Anna Rachel Machado, Péricles Cunha, - São Paulo: EDUC, 1999.

BUNZEN JR., C. S. *Livro didático de Língua Portuguesa: um gênero do discurso*. Dissertação de Mestrado. Campinas/SP, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2005.

DUARTE, E. de F. A revisão de texto nos livros didáticos: em busca de sentido. In: COLELLO, S. M. G. (Org.). *Textos em contextos: reflexões sobre o ensino da língua escrita*. Editora: Summus, 2011.

FIAD, R. S. O professor escrevendo e ensinando a escrever. *Contexto & Educação*, Ijuí, vol. 4, n. 16, p. 72-78, Out./Dez, 1989.

FIAD, R. S.; MAYRINK-SABINSON, M. L. T. A escrita como trabalho. In: MARTINS, M. H. *Questões de linguagem*. São Paulo: Contexto, p. 54-63, 2001.

GARCEZ, L.H.C. *A escrita e o outro: os modos de participação na construção do texto*. Brasília: UNB, 1ª reimpressão, 2010.

GERALDI, João Wanderley. *Portos de Passagem*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 115- 165.

GUEDES, P. C. *A formação do professor de português: que língua vamos ensinar?* São Paulo: Parábola, 2006.

GUEDES, P. C. *Da redação à produção textual: o ensino da escrita*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

LEITE, E. G.; PEREIRA, R.C.M. O livro didático de português e o trabalho com a produção escrita: análise das solicitações de reescrita textual. *Calidoscópio*, Rio Grande do Sul, v. 8, n. 1, 2010. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/154>>. Acesso em: 02 out. 2014.

MAIA, J. D. Português. São Paulo: Ática, 2010, vol. único. Atualizado.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. *Gêneros textuais & ensino*. 4 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p. 19-36.

MENEGASSI, J.R. A revisão de textos na formação docente inicial. In: GONÇALVES, A.V; BAZARIM, M. *Interação, Gêneros e Letramento*. 2. ed. Campinas. Pontes Editores: 2013.

MOTTA-ROTH, D. O ensino de produção textual com base em atividades sociais e gêneros textuais. *Revista Linguagem em (Dis)curso*. v. 9, n. 3. set/dez 2006. Disponível em: <http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0603/07.htm>. Acesso em 5 fev. 2013.

OLIVEIRA, R. R. F. *Revisão de textos: da prática à teoria*. Natal: Edufrn, 2010.

KATO, M. A. *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1995.

PINTON, F. M.; GONÇALVES, A. C. T. *O ensino de produção textual em diferentes perspectivas teóricas*. Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), 2012.

POLATO, A.D. M. A mediação do professor nas diferentes etapas da produção textual escrita. In: V ENIEDUC - *Encontro Interdisciplinar de Educação*, Campo Mourão, 2013. Disponível em: [http://www.fecilcam.br/anais/v\\_enieduc/data/uploads/letras/trabscompletos/let01704829950.pdf](http://www.fecilcam.br/anais/v_enieduc/data/uploads/letras/trabscompletos/let01704829950.pdf). Acesso em 21 ago. 2014.

ROCHA, R. B. S. S. *A escrita argumentativa: Diálogos com um livro de português*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2010. 193 f. Disponível em: [http://www4.pucsp.br/pos/lael/laelinf/teses/17\\_regina\\_braz.pdf](http://www4.pucsp.br/pos/lael/laelinf/teses/17_regina_braz.pdf). Acesso em: 12 ago. 2014.

ROJO, R. H. R. O texto como unidade e o gênero como objeto de ensino de Língua Portuguesa. In: TRAVAGLIA, L. C. (Org.). *Encontros na Linguagem - Estudos Linguísticos e Literários*. Uberlândia, MG: EDUFU, 2006, p. 51-80.

ROJO, R. *Letramentos Múltiplos, escola e inclusão social*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

RUIZ, E. D. *Como corrigir redações na escola*. São Paulo: Contexto, 2010.

SOARES, D. de. *Produção e revisão textual: Um guia para professores de Português e de Línguas Estrangeiras*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009.

TRAVAGLIA, L.C. *Gramática e Interação: Uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. São Paulo: Cortez, 1997.

## A INFLUÊNCIA DO CURSO DE LETRAS NAS CRENÇAS DO PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA EM FORMAÇÃO

*The influence of the Linguistics course on foreign language student's beliefs*

*Ana Carolina Silva Oliveira\**

**RESUMO:** O objetivo deste estudo é analisar o impacto do curso de Letras (Licenciatura em Língua Inglesa) no percurso de manutenção ou reconstrução das crenças do professor em formação. Para tal buscamos, nos relatórios de estágio supervisionado do futuro professor, traços que evidenciassem o impacto das disciplinas de estágio e de relevantes vertentes teóricas abordadas no curso de licenciatura – o Letramento Crítico e a Abordagem Comunicativa –, na modificação de suas crenças. Posteriormente, contextualizamos as teorias de ensino supracitadas, o conceito de crenças sobre ensino e aprendizagem de Língua Estrangeira (LE) na perspectiva da Linguística Aplicada e a relação entre crenças e manifestações discursivas. Em seguida, apresentamos e analisamos os dados levantados. Os resultados revelam que as disciplinas de estágio assim como as abordagens teóricas apresentadas no curso de Letras influenciam no processo de reconstrução das crenças do professor, tanto reforçando-as quanto desconstruindo-as.

**Palavras-chave:** Crenças; Crenças sobre ensino/aprendizagem de língua estrangeira; Formação de professores de línguas; Manifestações discursivas.

**ABSTRACT:** *The aim of this study is to analyze the impact of the Linguistics course (Teacher's degree - English) on the maintenance or reconstruction of teacher's in formation beliefs. For this, we searched her beliefs through her internship reports. Thus, we contextualize the universe of this study presenting educational theories, the concept of beliefs about teaching and learning a foreign language in Applied Linguistics and its relation to the discursive manifestations. Subsequently, we analyze the practicum reports that belong to a Linguistics student when she performed the disciplines of Stage 1 and Stage 4. The results show that the internship, as well as the Linguistics course as a whole (theoretical and methodological basis) influence in the maintenance and/or reconstruction of the future teacher's beliefs process.*

**Keywords:** *Beliefs; Beliefs about language teaching/learning; Foreign language learning; Discursive practices.*

---

\* Mestre em Letras: Estudos da Linguagem pela Universidade Federal de Ouro Preto – anacarol\_so@yahoo.com.br

## 1. Introdução

Foi no final da década de 1980 que o termo *crenças* nos estudos da área da Linguística Aplicada (LA) começou a surgir, mas esse termo só ganhou força e autonomia, no Brasil, nos anos 1990 com estudos realizados por Leffa (1991), Almeida Filho (1998) e Barcelos (1995). No Brasil, Almeida Filho (1998) descreve a importância dos estudos sobre crenças devido à influência significativa destas nas ações do professor, e, no exterior, como em Londres, por exemplo, Ellis (1994) refere-se às crenças como algo do pensamento particular do professor, que pode influenciar todo o processo de ensino/aprendizagem (*cf.* BARCELOS, 2004).

Os estudos sobre as crenças do professor em formação mostram-se relevantes uma vez que estudiosos da área, como Almeida Filho e Barcelos (*op. cit.*), por exemplo, que essas interferem no pensamento do professor e, conseqüentemente, na sua prática pedagógica, na sua relação com os alunos e no modo como ele prepara e pensa em suas aulas; sendo que essa influência pode emergir de forma consciente ou inconsciente e ter impacto positivo ou negativo no processo de ensino e aprendizagem de uma língua estrangeira.

Ao observar as crenças sob uma perspectiva discursiva, Bakhtin (2006) descreve que elas são construídas e reconstruídas através do discurso e sofrem influência social e histórica. A manifestação do pensamento do indivíduo se dá por meio da linguagem, e essa, por sua vez, é descrita por Jordão (*apud* SILVA; ARAGÃO, 2013) como uma construtora de sentidos. Por meio da linguagem, o sujeito se constrói enquanto ser social e passa a compreender como os sentidos produzidos por ele mesmo e por outros são construídos, valorizados e hierarquizados na comunidade em que vivem.

Partindo de tais referências, acreditamos que as marcas discursivas presentes nos relatórios de estágio de um aluno do curso de Letras possibilitam a identificação de suas crenças e como elas se modificam durante o percurso acadêmico.

Primeiramente, apresentamos aqui uma descrição do conceito de crenças situado nos estudos da Linguística Aplicada (LA) seguido por fundamentações teóricas relevantes referentes à abordagens voltadas ao ensino de Língua Estrangeira (LE), que apontem para a influência do curso de Letras nas manifestações discursivas, na (trans)formação das crenças e das prática pedagógica do futuro professor. Em seguida, apresentamos um breve panorama sobre as manifestações discursivas, fonte primária dos dados analisados. Por

fim, apresentamos a análise dos dados, apontando para o impacto do curso de Letras sobre as crenças do sujeito em dois diferentes momentos de sua graduação – ao iniciar o período de estágio e, três semestres depois, ao realizarem o último semestre de estágio.

Os resultados revelam que o curso de licenciatura tem, de fato, impacto nas crenças do professor em formação, seja para reforçar ainda mais suas crenças pré-existentes seja para reconstruí-las completamente.

## **2. Crenças sobre ensino e aprendizagem**

Barcelos (2004) descreve que os estudos relativos a crenças sobre aprendizagem de línguas estrangeiras na Linguística Aplicada iniciaram-se nos anos 1980 no exterior, e, no Brasil, começaram a ganhar força em meados dos anos 1990.

Inicialmente, os estudos de crenças se relacionavam mais fortemente a processos cognitivos, individuais. Porém, ao longo dos anos, percebeu-se a necessidade de considerar também os aspectos sociais como agentes formadores e transformadores dessas crenças. Barcelos (2006), baseada em Dewey (1933), acredita nas crenças como formas de pensar, maneiras de ver e perceber a realidade, que são resultantes de um processo de interpretação, interação e construção de significados.

Barcelos (2001, p. 73) define crenças no ensino/aprendizagem de LE como:

Ideias, opiniões e pressupostos que alunos e professores têm a respeito dos processos de ensino/aprendizagem de línguas e que os mesmos formulam a partir de suas próprias experiências.

Pajares (1992) descreve crenças como ideias e convicções que se manifestam nas ações do professor, de forma consciente ou não. As crenças podem influenciar as decisões pedagógicas e a relação professor-aluno, filtrando as situações ocorridas em sala de aula. Elas levam o professor a ter diferentes interpretações e reações diante dos avanços e dificuldades dos alunos.

Barcelos (1995) reitera que as crenças estão ligadas ao comportamento e à ação, e essa ligação depende de determinados fatores como a experiência prévia de aprendizagem dos alunos, a abordagem de ensinar utilizada pelo professor, o seu nível de proficiência, a motivação e o contexto.

Em se tratando de professores em formação, pesquisadores da área da Linguística Aplicada (cf. BARCELOS, 2000; VIEIRA-ABRAHÃO, 2001; 2004) descrevem que alunos de Letras iniciam sua graduação com uma ampla bagagem de crenças construídas e reconstruídas ao longo de suas vidas e essas influenciam tanto o modo como eles percebem as teorias e práticas de ensino apresentadas por meio das disciplinas, assim como sua prática pedagógica; ou seja, os estudos sobre crenças se mostram relevantes uma vez que as crenças impactam a formação do pensamento e a prática de futuros professores.

Notamos, portanto, que as crenças possuem grande influência no ambiente de sala de aula como um todo, refletindo nas decisões e ações do professor e em todo o processo de ensino e aprendizagem de LE.

### **3. Da formação de professores de LE**

O letramento crítico e a abordagem comunicativa são duas relevantes abordagens teóricas ligadas diretamente ao ensino de LE. Ambas teorias prezam pela utilização de textos (escrito, oral, audiovisual) com abordagens culturais e próximas à realidade do aluno de forma a levá-lo não só a ter conhecimentos da LE, mas a desenvolver um posicionamento crítico mediante à sua vida cotidiana. As abordagens sobre ensino e aprendizagem de LE sugeridas pelos teóricos da área nos leva a crer que o letramento crítico e a abordagem comunicativa são vertentes teóricas que se assemelham e se complementam.

Motta (2008) aponta que o letramento crítico propõe que, ao expor o aluno a diferentes contextos culturais, ele pode desenvolver estratégias para falar a respeito de diversos temas, contestar contextos de sua própria vida e, conseqüentemente, passa a refletir sobre a cultura do outro e sobre sua própria cultura, assim como sobre suas ações e seu ambiente social.

Já a abordagem comunicativa tem como foco a interação do sujeito com a LE. Essa interação se dá por meio de atividades que atraiam o interesse do aluno e se adequem às suas necessidades de forma que ele seja capacitado a usar a língua estrangeira (WIDDOWSON, 1990).

Almeida Filho (1998) descreve que, em um contexto de ensino-aprendizagem comunicativo, o professor deixa de ser o centro das atenções e passa a agir como mediador

e incentivador do processo de aprendizagem. Consequentemente, o aluno passa a ter mais interesse pelas aulas, a participar e se envolver mais com a aula tornando-se cada vez mais autônomo e agente efetivo de sua própria aprendizagem.

Os estudiosos do letramento crítico e a abordagem comunicativa propõe também que se deve pensar na atuação do professor em sala de aula, ou seja, não é suficiente que ele apenas possua uma experiência metodológica e teórica relevante, mas ele também precisa estar em constante observação em relação aos eventos inerentes à sala de aula e refletindo criticamente sobre sua prática pedagógica, buscando o melhor para o processo de ensino de uma língua estrangeira.

O professor, enquanto agente facilitador do processo de ensino/aprendizagem, precisa, desse modo, refletir sobre seus métodos, pensamentos e ações de forma a buscar compreender a heterogeneidade de sentidos que circundam o ambiente de sala de aula, assim como os valores que guiam sua prática, os diferentes sentidos que atuam na formação de suas crenças além de sua própria ação (SILVA; ROCHA; SANDEI, 2005).

Dewey (1933) diz que a prática crítico-reflexiva do professor deve ser recorrente e consciente, porém, cuidadosa, levando-se em conta o contexto. Partindo de tal reflexão, o professor poderá perceber suas ações e buscar a solução de problemas. É também interessante refletir sobre suas crenças, uma vez que essas se refletem em seus atos e em sua percepção sobre o processo de ensino de LE.

Comprendemos, portanto, que o professor crítico-reflexivo é aquele que pensa sobre suas ações e reflete criticamente sobre elas, buscando unir seu conhecimento teórico e prático para contribuir com sua própria prática pedagógica e com a formação de seus alunos, tanto como conhecedores de uma língua estrangeira, quanto como cidadãos capazes de refletir criticamente sobre o mundo a sua volta.

A união do conhecimento teórico, do conhecimento prático, da ciência de suas crenças e da reflexão crítica pode auxiliar o professor a compreender como se dá a formação do seu próprio pensamento e como ele realiza sua prática, auxiliando-o a buscar a solução de problemas e a agir criativamente no contexto de sala de aula.

#### **4. As manifestações discursivas no contexto de crenças**

Bakhtin (2006) percebe a linguagem como formadora do pensamento humano que se constrói social e historicamente, ou seja, o discurso do indivíduo se dá pela linguagem



em uso e sofre influências da época e do contexto vivenciados no momento de sua produção. As crenças do sujeito e a aprendizagem são construídas na interação social e se revelam e se constroem em suas manifestações discursivas.

Jordão (*apud* SILVA; ARAGÃO, 2013) assevera que o ato de ensinar e aprender línguas é ter a capacidade de criar sentidos juntamente a outros sujeitos também criadores de sentidos; portanto, esses sentidos assim como o discurso são desenvolvidos sob influência política, cultural e social e impactam a formação do sujeito em si e enquanto ser em sociedade.

Sob essa perspectiva, percebemos a relação entre crenças e discurso, uma vez que ambos são sócio e historicamente concebidos. As crenças são percebidas como maneiras de compreender o mundo, formas de pensamento (*cf.* BARCELOS, 2006); são expressas por meio da linguagem em contextos de interação social e são construídas por meio do discurso.

Neste estudo, ao utilizar os relatórios de estágio como fonte de dados, buscamos apreender as crenças do professor em formação por meio de suas manifestações discursivas; ou seja, os relatos de sua experiência de estágio permitiram a identificação de suas crenças, assim como o impacto do curso de licenciatura e da observação e prática de estágio supervisionado em sua trans/formação.

## **5. O contexto da pesquisa**

Neste estudo de base qualitativa<sup>1</sup>, buscamos observar o percurso de reconstrução das crenças de uma professora de Inglês em formação em dois diferentes momentos de sua graduação: durante a realização da primeira e da última disciplinas de estágio supervisionado, cursadas no primeiro semestre de 2009 e no segundo semestre de 2010, respectivamente. Para preservar a identidade a aluna, essa será tratada aqui pelo pseudônimo de Mariana.

---

<sup>1</sup> A pesquisa qualitativa visa investigar as experiências dos participantes, como eles as interpretam e como estruturam seu ambiente social; são baseadas no processo e se relacionam a um contexto específico; não possui viés matemático, ou seja, não busca resultados numéricos, exatos, mas sim interpretativos (VIEIRA-ABRAHÃO, 2006).

Como objetos de análise, utilizamos os relatórios de estágio 1 e 4, produzidos pela estagiária. Vale ressaltar que as disciplinas de Estágio 1 e Estágio 4<sup>2</sup> foram ministradas por diferentes professores com diferentes exigências para a redação dos relatórios. O relatório do Estágio 1 é mais direto e descritivo e o relatório do Estágio 4 é também descritivo, porém, a opinião do estagiário é expressa com maior recorrência e profundidade.

Portanto, as manifestações discursivas de Mariana, presentes em seus relatórios de estágio, proporcionaram a observação de suas crenças, assim como a influência do curso de Letras na manutenção ou reconstrução dessas.

## **6. Análise dos dados**

A seguir, apresentamos as categorias de crenças encontradas por meio dos relatórios de estágio 1 e 4 de Mariana. Vale apontar que, durante o Estágio 1, Mariana observou aulas para o Ensino Fundamental em uma escola pública estadual (nomeada aqui de Escola A). Já no Estágio 4, Mariana observou e regeu aulas para o Ensino Médio em duas escolas, uma pública federal e a outra pública estadual (nomeadas aqui de Escola B e Escola C, respectivamente).

Apresentamos na sequência as crenças inferidas por meio dos relatos de Mariana, seguidas por trechos de seu discurso que as ilustram. Realizamos uma breve discussão contrastando as crenças inferidas no relatório de estágio 1 às crenças do relatório de estágio 4, observando o impacto das disciplinas de estágio na manutenção ou reconstrução dessas, assim como traços de teorias de ensino provenientes da licenciatura, demonstrando o impacto do curso de Letras na des/re/construção das crenças do aluno.

### **6.1. Crenças apresentadas pelo sujeito e discussão dos dados**

CRENÇA 1 - Os alunos não se interessam em aprender a LE porque não veem utilidade prática.

#### Relatório de Estágio 1

---

<sup>2</sup> Nomenclatura informal utilizada entre os alunos da Universidade. Nomenclatura formal das disciplinas: “Língua Inglesa: Estágio Supervisionado 1” e “Língua Inglesa: Estágio Supervisionado 4” (OLIVEIRA, 2015).

*O ensino de Língua Inglesa nas escolas é importante, pois ela está presente na vida social dos alunos. A globalização, tão falada nos meios intelectuais e sociais e políticos, cria a necessidade de se romper as barreiras linguísticas e isso se dá através do estudo de um idioma. O inglês se transformou numa língua mundial, e com o domínio dessa, o aluno será capaz de ter uma visão de mundo diferenciada e contribuir com o meio social, porém, na maioria das vezes, o aluno não tem essa consciência. (Introdução - Escola A)*

#### Relatório de Estágio 4

*A experiência de trabalhar na Escola B\* por um dia foi muito interessante, pois é perceptível que os alunos têm uma consciência de que o aprendizado de uma língua estrangeira é muito importante para conseguirem um emprego, terem acesso a muitas informações, ou seja, proporciona um crescimento profissional. (p. 13 - Escola B)*

Ao expressar a Crença 1, no primeiro relatório, Mariana expõe que a importância de se aprender uma LE está ligada às experiências e visões de mundo que serão proporcionadas ao aluno enquanto cidadão. Essa marca do discurso de Mariana é similar aos construtos do letramento crítico que propõe a utilização da linguagem como meio de levar o aluno não só a ter conhecimentos da língua estrangeira, mas a questionar e refletir sobre temas que ele possa trazer para sua vida cotidiana (MOTTA, 2008).

Ao expressar a Crença 1 no relatório de Estágio 4 e ao citar a aula observada em uma escola federal, Mariana deixa transparecer que, provavelmente por se tratar de uma escola que tenha maior foco na formação do aluno para o mercado de trabalho, os alunos são mais conscientes da importância de terem conhecimentos de língua inglesa.

É muito provável, principalmente ao observar a ementa teórico-metodológica das disciplinas de estágio supervisionado, que Mariana tem a ciência dos fundamentos propostos pelo letramento crítico, o que aponta para a influência do curso de Letras em sua crença sobre a importância de se aprender uma língua estrangeira.

Por outro lado, ao observar o trecho da introdução do relatório de Estágio 1 de Mariana, notamos que ela acreditava que a maioria dos alunos não eram conscientes da importância de se aprender uma LE, e ao analisar seu relato referente à observação de aulas no Estágio 4, é possível notar que sua crença foi revista, pois, em um contexto escolar autêntico, ou seja, em uma sala de aula do Ensino Médio de uma escola pública,

ela presenciou alunos interessados e conscientes sobre a relevância de ter conhecimentos em Inglês.

CRENÇA 2 - É melhor concentrar a atenção e o esforço em uma habilidade somente que diluí-los entre as quatro e não obter um resultado satisfatório.

#### Relatório de Estágio 1

*Na Escola A\*, o ensino de Língua Inglesa é ministrado em uma sala normal e cheia o que impossibilita a professora de trabalhar as quatro modalidades da língua, que são listening, writing, reading and speaking e que são fundamentais para o aprendizado da mesma. Assim, a professora, com a ajuda de alguns textos e o uso de dicionário, se limita ao ensino da gramática. (Conclusão - Escola A)*

#### Relatório de Estágio 4

*Do meu ponto de vista, essa aula observada foi muito interessante, pois pude perceber como a professora consegue trabalhar com seus alunos as quatro habilidades da língua inglesa (writing, reading, speaking, listening) e, por muitas vezes, ao tratar de temas interessantes para aplicar essas habilidades, ela consegue fazer com que os alunos se interessem pela aula. Quando conheci a professora, percebi que ela se esforça e acredita em seu trabalho, pois as aulas são bem elaboradas e a professora consegue trabalhar com seus alunos todas as habilidades em uma aula só [...]. (p. 8 - Escola B)*

Inicialmente, Mariana descreve sobre a Crença 2, quanto à impossibilidade de se ensinar LE usando as quatro habilidades - *writing, reading, speaking, listening* - da língua inglesa em contextos de grande quantidade de alunos. Essa crença pode ter sido construída ou reforçada a partir da observação de sala de aula da escola A. Por outro lado, ao realizar o Estágio 4, a então estagiária parece ter desconstruído essa crença ao perceber que as quatro habilidades foram aplicadas à aula observada na escola B fazendo com que os alunos se interessassem pelas aulas.

Ao citar a relevância das quatro habilidades da língua inglesa, Mariana demonstra ter conhecimento das bases propostas pela abordagem comunicativa, que propõe uma

abordagem “mais natural” ao expor o aluno ao uso da língua alvo, criando um ambiente convidativo, utilizando-se de tais habilidades e motivando-os a participação. O estágio também parece ter tido grande influência sobre a crença de Mariana que, notamos, foi reconstruída após a observação de aulas.

CRENÇA 3 - Se não houver motivação, não há disciplina e não há aprendizagem.

#### Relatório de Estágio 4

*[...] ela [a professora] tenta sempre manter um diálogo com eles [os alunos], e sempre trabalhar com assuntos que são do interesse dessa faixa etária. (p. 13 - Escola B)*

*[...] ela [a professora] nos disse que a turma não era muito boa, que os alunos não se interessavam por inglês e que eles não eram participativos, o que acabou deixando minha colega de estágio e eu muito desanimadas. [...]*

*Pude perceber que a professora não estava muito organizada quanto às suas atividades, o que em minha opinião é uma das principais razões para o desinteresse dos alunos. (p. 17 - Escola C)*

*Do meu ponto de vista, as aulas não rendiam nada. Na aula anterior a professora já tinha passado uma atividade e não corrigiu todos os exercícios, não tirou as dúvidas dos alunos. Na aula de hoje, ela entregou uma nova atividade, que também não foi corrigida, ou seja, os alunos não tiveram oportunidade de mostrar onde tinham dúvidas, onde erraram, e não tiveram a oportunidade de corrigir o erro. (p. 19 - Escola C)*

*[...] acredito que faltou um pouco de organização da professora em relação à elaboração das atividades, em relação ao objetivo e ao propósito que ela tinha com essas atividades, pois elas foram simplesmente passadas aos alunos e eles não tiveram o retorno de nada. (p.19 - Escola C)*

*Escolhemos o tema diversidade cultural, focado em celebrações e festivais, pois acreditamos que a maioria das pessoas tem interesse em conhecer diferentes culturas e*

*seria um tema simples de se abordar devido à grande quantidade de informações que conseguimos retirar da internet. (p. 22 - Escola C)*

*Acredito que a nossa postura em sala de aula fez com que os alunos se sentissem mais motivados e seguros para a apresentação [que foi realizada em inglês], já que estávamos ali à disposição do que eles precisassem. (p. 28 - Escola C)*

*O nosso objetivo foi alcançado na aula de Letramento Crítico [foram realizadas atividades que mostravam o carnaval de Veneza]. Os alunos conseguiram refletir a respeito das diferenças culturais existentes entre um país e outro, e perceber que nenhum é melhor ou pior, são apenas diferentes. (p. 45 - Escola C)*

A Crença 3 só é expressa por Mariana em seu relatório de Estágio 4. Ao descrever a aula observada, o discurso de Mariana acaba se ligando tanto ao discurso de Keller (1983), ao descrever que a motivação do aluno está ligada ao interesse nas atividades realizadas em sala, quanto ao de Brown (1994), ao descrever que a abordagem comunicativa propõe a utilização de textos autênticos – textos retirados de fontes como, jornais, revistas, artigos, e não “criados” pelo professor para as aulas – que se aproximem da realidade do aluno. Ao narrar sua prática pedagógica em estágio, notamos o ponto de vista de Mariana ao mostrar sua preocupação em relação à motivação. Mariana demonstra ter agido em acordo com suas crenças e com os embasamentos teóricos que têm como base em sua formação acadêmica.

CRENÇA 4 - Há uma influência negativa para o aprendizado de LE em contextos de grande número de alunos em sala de aula.

Relatório de Estágio 4

*[...] mas pelas minhas experiências anteriores, acredito também que ela [a professora] tem mais facilidade em manter a disciplina e prender a atenção dos alunos devido à pequena quantidade de pessoas na sala. (p. 9 - Escola B)*

[...] o trabalho rende muito devido aos poucos alunos presentes na sala de aula. (p. 13 - Escola B)

No relatório de Estágio 1, Mariana havia se referido à influência negativa da grande quantidade de alunos em sala de aula como um fator que poderia impossibilitar a utilização das quatro habilidades. No relatório de Estágio 4, ela cita a menor quantidade de alunos em sala como um fator positivo, ou seja, em uma sala de aula com menos alunos, o professor consegue despertar o interesse da turma em relação ao tema da aula.

Durante a realização dos Estágios 1 e 4, Mariana parece ter reforçado ainda a crença que possuía sobre a influência negativa da grande quantidade de alunos no processo de ensino e aprendizagem.

### **Considerações finais**

Este estudo buscou observar a influência do curso de Letras – disciplinas de estágio, teorias de ensino, fundamentação teórica adquirida no curso de licenciatura – na formação, manutenção ou reconstrução das crenças de uma professora de língua estrangeira em formação. Não se pode afirmar que a manutenção ou modificação das crenças foi impactada somente pela observação do estágio ou pelo embasamento teórico-metodológico adquirido pelo futuro professor, pois sabe-se que as crenças são construídas e reconstruídas socialmente e sofrem influência de diversos fatores ao longo de toda a vida do indivíduo (*cf.* BARCELOS, 1995; 2000; 2004; 2006). Contudo, ao observar o percurso de trans/formação das crenças de Mariana por meio de suas manifestações discursivas destacadas por meio de seu relatório de estágio, podemos inferir que o curso de Letras é, de fato, um elemento que gera forte impacto na formação destas crenças, assim como influencia no modo em que a professora em formação percebe o ensino/aprendizagem de LE. Portanto, parece, sim, haver uma tendência do curso de Letras (licenciatura) a gerar um impacto nas crenças sobre ensino/aprendizagem de LE (Inglês).

Foi possível notar que as Crenças 1, 3 e 4, apresentadas por Mariana, foram mantidas e/ou reforçadas a partir da experiência de estágio. Apenas a Crença 2, que se refere à utilização das quatro habilidades da língua inglesa em sala de aula, foi fortemente impactada pela experiência do estágio supervisionado. Isso porque, inicialmente, por

inferência do que Mariana descreve em seu relatório de estágio, ela parecia crer que seria impossível aplicar tais habilidades em uma sala de aula tradicional, com um grande número de alunos; entretanto, posteriormente à observação de aulas no estágio 4, ela pôde perceber que o uso das quatro habilidades, nesse contexto é, sim, possível.

A relevância deste estudo se dá pelo fato de conseguir observar as crenças do professor em formação e assinalar quais são os processos que influenciam a formação e reconstrução dessas crenças. Aquelas crenças adquiridas/reformuladas durante o curso de Letras (licenciatura) podem ser levadas pelo professor após a sua graduação emergindo de forma mais ou menos consciente em sua prática pedagógica. Ter a ciência de suas crenças, assim como a dos construtos teóricos, da sua bagagem cultural e linguística pode levar o professor, seja em formação ou em serviço, a ser reflexivo em sua prática pedagógica e estar sempre buscando um ensino participativo e dinâmico que vise o melhor para o processo de ensino e aprendizagem de LE.

## Referências

- ALMEIDA FILHO, J. C. P. *Dimensões comunicativas no ensino de línguas*. Campinas: Pontes, 1998.
- BAKHTIN, M. V. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 12ª edição. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BARCELOS, A. M. F. *A cultura de aprender língua estrangeira (inglês) de alunos de Letras*, 1995. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada), Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, Campinas.
- \_\_\_\_\_. Crenças sobre aprendizagem de línguas, *Linguística Aplicada e ensino de línguas*. *Revista Linguagem e Ensino*, Pelotas: UCPel, v.7. n.1, p. 123-156, 2004.
- \_\_\_\_\_. Metodologia de pesquisa das crenças sobre aprendizagem de línguas: estado da arte. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 71-92, 2001.
- BARCELOS, A. M. F.; VIEIRA-ABRAHÃO, M. H. V. (Orgs). *Crenças e ensino de línguas - foco no professor, no aluno e na formação de professores*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio. Parte II - Linguagens Códigos e suas Tecnologias*. Brasília: MEC, 2000.
- BROWN, H. D. *Principles of language learning and teaching*. 3ª edição. Englewood Cliffs, Nova Jersey: Prentice Hall Regents, 1994.



DEWEY, J. *How we think*. Lexington: D. C. Heath and Company, 1933.

KELLER, J. M. *Motivational design of instruction*. Hilldale: Erlbaum, 1983.

MOTTA, A. P. F. O letramento crítico no ensino/aprendizagem de língua inglesa sob a perspectiva docente. *Dia a dia educação*. Londrina, 2008. Disponível em: [<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/379-4.pdf>]. Acesso em 08 de agosto de 2014.

OLIVEIRA, A. C. S. *Crenças sobre ensino/aprendizagem de língua estrangeira (Inglês) do professor em formação e me serviço inicial*, 2015, 185 f. Dissertação (Mestrado em Letras: Estudos da Linguagem), Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana.

PAJARES, F. M. *Teachers' beliefs and educational research: Cleaning up a messy construct*. *Review of Educational Research*, v. 62, n. 3, p. 307-332, 1992.

SILVA, K. A.; ARAGÃO, R. C. (Orgs.) *Conversas com formadores de professores de línguas: avanços de desafios*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013.

SILVA, K. A.; ROCHA, C. H.; SANDEI, M. L. R. A importância do estudo das crenças na formação de professores de línguas. *Contexturas: Ensino Crítico de Inglês*, APLIESP, v.8, p.19-40, 2005.

VIEIRA-ABRAHÃO, M. H. V. Metodologia na investigação das crenças. In: BARCELOS E VIEIRA-ABRAHÃO. (Orgs). *Crenças e ensino de línguas - foco no professor, no aluno e na formação de professores*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

WIDDOWSON, H. G. *Aspects of Language Teaching*. Oxford: Oxford University Press, 1990.

## **FANTASMAGORIAS E FANTASMAS EM DOIS ROMANCES DE RUI MOURÃO: *BOCA DE CHAFARIZ E QUANDO OS DEMÔNIOS DESCEM O MORRO.* ♦**

*Phantasmagoria and phantasm in two novels of Rui Mourão: Boca de chamariz and Quando os demônios descem o morro.*

*Ruth Silviano Brandão\**

**RESUMO:** Este artigo analisa dois romances de Rui Mourão, *Boca de chafariz* e *Quando os demônios descem o morro*, com uma base teórica de Walter Benjamin, através de seus conceitos sobre a história, a melancolia, o barroco mineiro, a fantasmagoria. Além de Benjamin, recorreremos a algumas ideias pontuais de Luciano de Samósata sobre como escrever história, principalmente sua relação com a verdade e a ficção. Os conceitos dos dois autores teóricos, Benjamin e Luciano, tangenciam-se em alguns pontos e, segundo nosso ponto de vista, favorecem um diálogo, tanto no plano ficcional, como com o histórico, através de figuras de outros séculos, presentes como fantasmas, que também dialogam com nosso presente, tornando os romances polissêmicos, pelo jogo de vozes. O método de leitura é comparativo, já que se articulam valores de duas culturas, vários autores, apresentando revisões da história, sob o olhar contemporâneo.

**Palavras-chave:** Romance, história, ficção, barroco, fantasmas, fantasmagoria.

**ABSTRACT:** This article analyses two novels of Rui de Mourão, *Boca de chafariz* and *Quando os demônios descem o morro*. It is based on Walter Benjamin's concepts of history, melancholy, baroque, and phantasmagoria. In addition to Benjamin's, we relied on ideas of Luciano de Samósata of how to write history, mainly its relation with the notion of truth and fiction. The concepts of Benjamin and Luciano have common points and, in our point of view, they favor a dialogue on the fictional as well as historical fields. This is achieved through pictures of others centuries, present as ghosts, which dialogue with our present, making the novels polysemic by the play of voices. The method of reading is a comparative one since it articulates cultural values and different authors, presenting history revisions, under a contemporary view.

**Keywords:** Novel, history, fiction, baroque, phantom, phantasmagoria.

---

♦ Para meus alunos do Mestrado da UFOP em 2012.

\* Professora aposentada da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Minas Gerais, Brasil; Professora visitante sênior da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Minas Gerais, Brasil, de 2010 a 2012. Doutora em Literatura Comparada pelo Programa de Pós-Graduação em Letras pela Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pós-Doutorado pela Universidade de Paris 8 – ruthjsb@gmail.com

As chuvas de verão ameaçaram derruir Ouro Preto.  
 Ouro Preto, a avozinha vacila.  
 Meus amigos, meus inimigos,  
 Salvemos Ouro Preto.  
 Bem sei que os monumentos veneráveis  
 Não correm perigo.  
 Mas Ouro Preto não é só Palácio dos Governadores,  
 A Casa dos Contos,  
 A Casa da Câmara,  
 Os templos,  
 Os chafarizes,  
 Os nobres sobrados da Rua Direita.  
 Ouro Preto são também os casebres de taipa de sopapo  
 Agüentando-se uns aos outro ladeira abaixo,  
 O casario do Vira-Saia,  
 Que estávira-não-vira enxurro,  
 E é isso que precisamos acudir urgentemente!  
 Meus amigos, meus inimigos,  
 Salvemos Ouro Preto.

(Manuel Bandeira)

Ouro Preto é personagem de Rui Mourão, visitante de seus livros e do Museu da Inconfidência, com fantasmas que não se calam, elevando vozes para o futuro, com depoimentos, testemunhos que a história oficial não registrou. Rui Mourão ficcionista contemporâneo, escritor e personagem, pesquisa e inventa outra história, perdendo-se na papelada do museu, nos fatos do século XVIII e nas notícias de hoje, perguntando-se sobre o que é um museu. Mourão se convida e convida o leitor a ler Walter Benjamin, com seu conceito de história, de barroco, da melancolia dos príncipes europeus, do drama barroco, mas também apontando para figuras atuais que se podem fazer reconhecer e que transitam, com outras vestes, outras falas, nas cidades dessas Minas Gerais do ouro e nas de hoje, dos minérios que criam ruínas em nome do progresso. E assombram os corredores dos museus, com fortes ou fluidas aparições de Luís da Cunha Meneses, Aleijadinho a Marília de Dirceu.

Para abordar dois romances de Rui Mourão, vou atrás de alguns livros de Walter Benjamin, como Obras escolhidas, Origem do drama barroco alemão, Passagens, e também algumas obras de Luciano de Samósata, Como se deve escrever a história e Diálogo dos mortos. Com o primeiro autor, priorizo, além do conceito de história, de barroco, melancolia, fantasmagoria, para pensar os contrastes da Ouro Preto barroca, alegórica, como uma cidade-vitrine, cidade-museu, na contemporaneidade uma cidade de consumo, de réplicas da História de Minas Gerais da época do Ouro, da Minas dos

Inconfidentes. Vou pensar também a idéia de fantasmagoria articulada com fantasma, que posso articular com assombração e fantasma, no sentido psicanalítico, fantasias a aflorarem no sujeito, como formações inconscientes.

A visão histórica de Rui Mourão se aproxima dos conceitos de Walter Benjamin, por vários motivos: o que nela prevalece não é mais a história oficial dos vencedores, não mais a dos grandes fatos, do tempo linear, do continuum de uma concepção de história marcada por significações prévias. Faz predominar outro olhar sobre o mundo que o recria. Destaco também a valorização do ficcional, das histórias contadas pelo povo, através de um narrador que foi testemunha de fatos vistos e vividos. Assim, nós, os leitores, nos deparamos com figuras populares de Ouro Preto, como Benéda flauta ou o estudante Gustavo Napoleão de Souto Maior Ferreira, o Cupica, com suas reflexões sobre a antiga Vila Rica e a Ouro Preto de hoje.

Sublinho o conceito da fantasmagoria, por ser menos conhecido que aqueles outros acima citados, recorrendo a um fragmento da introdução de Rolf Tiedemann ao livro *Passagens de Benjamin*:

O destino da cultura no século XIX nada mais era do que precisamente seu caráter de mercadoria que, segundo Benjamin, se manifestava nos “bens culturais” como *fantasmagoria*. A própria mercadoria é fantasmagoria, ilusão, engano, nela o valor de troca ou a forma-valor oculta o valor de uso; fantasmagoria é o processo da produção capitalista em geral que se apresenta aos homens que o realizam como poder da natureza. (BENJAMIN, 2006, p. 23).

Susan Buck-Morss, em *Dialética do olhar*, apresenta a visão de Benjamin em direção à Paris do séc. XIX, esplendorosa, cheia de bulevares com suas luzes e parques, galerias e lojas, enfim, uma “cidade-espelho”, próxima talvez do sonho do ex-governador Luís da Cunha Meneses, como veremos mais tarde, que, em seu delírio de grandeza, imaginava Ouro Preto, como pólo de riqueza, com a presença de viajantes do Brasil e do exterior, vindos para explorar suas riquezas e tornar a cidade centro de um comércio que lhe daria fama e progresso. Assim, a Ouro Preto verdadeira brilharia com as luzes de seus espetáculos, como o Triunfo Eucarístico, podendo-se aproximar do conceito benjaminiano de fantasmagoria, sem nos esquecermos de que o contexto mineiro é outro e, as épocas, separadas por alguns séculos.

O escritor Rui Mourão tem uma obra composta de muitos livros teóricos e ficcionais sobre a História de Minas Gerais, podendo-se afirmar que ele é um historiador. Entretanto, neste artigo, proponho-me destacar seu trabalho como ficcionista da História do Brasil, numa posição híbrida em relação à história e à ficção, articuladas ao conceito de melancolia, resultado da perda da aura, da ruína, dos símbolos primordiais de uma religião ou um país, tornados alegoria, uma das formas do Barroco, como estilo e criação religiosa e política do século XVIII.

Nos livros de Mourão, o leitor se vê diante da época do ouro, mas também da decadência de suas casas senhoriais e seu entorno dessacralizante, com construções que ameaçam o desenho da cidade e a memória do século XVIII, na sua grandeza barroca, mas também na tragédia, vivida no episódio da Inconfidência Mineira.

Ouro Preto, cidade-vitrine da Minas colonial. Ouro Preto, com suas fantasmagorias, encena-se com seus brilhos, mas também com sua falência, em *Boca de Chafariz* e *Quando os demônios descem o morro* do escritor mineiro. Walter Benjamin fala de um anjo, de frente para o passado, costas para o futuro. É o *Angelus Novus* de Klee, que, para Benjamin, prevê as catástrofes que serão trazidas pelo progresso, no futuro:

Há um quadro de Klee que se chama *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso. (BENJAMIN, 1986, p. 226).

Relendo o trecho acima sobre o Anjo de Klee, tornado o Anjo da história de Benjamin, lembrei-me do “Anjo da amargura” de nosso Aleijadinho, que, como o de Klee, olha para o presente e dá as costas para o futuro — permito-me esta analogia dentro do contexto deste artigo. Deparei-me com a foto desse Anjo, no livro *Aleijadinho e sua oficina*, em que o autor, ou autores do livro comentam sua figura majestosa, mostrando como ele oferece o cálice da amargura a Cristo e lembrando como esse cálice é signo de

sua paixão e morte na cruz, notando além disso, que seu manto esvoaçante indica que há uma ventania e, em suas costas, o futuro para o qual é impelido (OLIVEIRA; SANTOS FILHO; SANTOS, 2008, p.59). O futuro, em *Boca de Chafariz*, é onde desaba uma tempestade devastadora que faz pensar no progresso da cidade, que virá com os turistas e o comércio, depois de Ouro Preto ter sido proclamada monumento histórico.

Essa tempestade encharca Ouro Preto e marca as páginas do romance, *Boca de Chafariz*, narrativa em que se alternam duas cidades, em palimpsesto: a Ouro Preto de 1979, castigada pelas chuvas escatológicas, a escorrer pelas montanhas, pelas estradas, pelas velhas casas. A primeira frase desse livro fala do tempo, seu poder sobre os homens e as coisas, e do renascimento constante do mundo, através de suas próprias cinzas. Assim, a velha cidade seria alvo, como a Minas Gerais em seu tempo áureo, de uma destruição permanente: “Mas o alvo mesmo, o ponto de concentração verdadeiro dos elementos em fúria, era Minas Gerais”(MOURÃO, 1993, p. 11), “palco instável” de ruína e violência, na história e natureza, já que as duas —a Ouro Preto de ontem e a de hoje— sempre foram ligadas pela terra e pelos rios do ouro.

A Ouro Preto do século XVIII ressurgem com seus fantasmas que tomam a palavra e recontam sua história. Ou será Rui Mourão, ator e personagem, sujeito civil e *persona* ficcional, diretor do Museu da Inconfidência desde 1974? Ou, então, ele mesmo que, habitado por seus fantasmas e imerso na história, dá-lhes outras versões, não só a de Antônio Dias, bandeirante fundador de Ouro Preto, mas também a de outros personagens, com suas vidas, suas ficções, suas revoltas, seus desesperos?

O tempo se alterna e se fragmenta na narrativa de *Boca de Chafariz*, enlaçando mais de dois séculos: o XX e o XVIII, além do XVII dos bandeirantes que procuram e encontram o ouro e ao século XIX. À figura inicial de Antônio Dias vai se ligar, mais tarde, a Luís da Cunha Meneses, que apresenta sua versão de uma história da qual se julga vítima. Ao leitor que o conhece da literatura brasileira e da história de Minas, o governador da capitania de Minas Gerais de 1783 a 1788 vai surpreender, com sua voz vociferante, desejando recompor sua imagem pelo reconhecimento que pensa merecer: “pioneiro da raça dos fundadores, força construtora de monumentos e grande guia dos povos”(MOURÃO, 1993, p. 39).

Voltando de sua morte, Meneses compartilha com Henri Gorceix, sem que este o saiba, o telhado da Escola de Minas e Metalurgia, fundada em 1876 pelo mineralogista francês que foi seu primeiro diretor. Para o antigo governador é culpa de Gorceix a invasão de seus domínios, a posse de seu palácio imperial e tudo o que lhe parecia sua obra imortal, para a imagem do progresso de Vila Rica. Surge para o leitor a imagem das duas figuras separadas pelo tempo, convivendo no telhado do antigo palácio do governo. O engenheiro cultuado, no presente, era, para Meneses, mero usurpador de seus bens, responsável pelo obscurecimento do que ele pensava ser a glória que merecia por seus feitos.

A retórica excessiva de Luís da Cunha Meneses contrasta com o silêncio do mineralogista, eternamente absorto em suas pesquisas, nesse espaço fantástico dos fantasmas. Sua vociferação e fanfarronice chegam ao leitor do século XX de forma cômica, provocando riso, talvez pelas semelhanças com a vida contemporânea e os abusos dos políticos.

Meneses tinha sonhos grandiosos em relação a Ouro Preto, como cidade monumental com arquitetura digna de uma capital. Ele mesmo confessa, em seu discurso, que não media esforços para realizar seus sonhos, mesmo desviando verbas da Coroa, para aumentar sua própria riqueza.

Seu tom de voz, na primeira aparição, denota enorme orgulho de classe e desprezo pelo povo, o que justificava por sua alta posição junto à rainha D. Maria I:

Não nego que a construção da Casa de Câmara e Cadeia tenha sido a obra mais importante do meu governo e que, desde que estou presente aqui, tornada uma insistente obsessão, ela é que enche os séculos da minha imortalidade. Evidente que não me esqueço do dinheiro que ganhei com os negócios dos protegidos espalhados por diversas atividades lucrativas, das trapaças que preguei no pessoal da justiça, da fieira infundável de mulheres que vieram para o meu leito, mas nada disso continua como emoção atual. (MOURÃO, 1993, p.43).

Meneses, o grande construtor, seria como um grande empreiteiro nos dias atuais, do tipo que explora o trabalho alheio, o trabalho escravo que existia em seu tempo, causa de seus pesadelos de retaliação por parte dos trabalhadores. A postura orgulhosa de seu poder o fez ganhar o apelido de Fanfarrão Minésio, nas *Cartas Chilenas*, escritas por Tomás Antônio Gonzaga. Sua fanfarronice, sua maneira de subverter sua imagem

histórica é uma estratégia de Mourão para mostrar as diferenças de classes, marcada pelo abuso de poder, com a consequente submissão das classes trabalhadoras. Todo este poder estava a serviço de um progresso que traria muitas pessoas para se enriquecer na cidade do século XVII. Éo que denunciam as *Cartas chilenas*:

Pertende, Doroteu, o nosso Chefe  
 Erguer uma Cadeia majestosa,  
 Que possa obscurecer a velha fama  
 Da torre de Babel, e mais dos grandes  
 Custosos edifícios, que fizeram,  
 Para sepulcros seus os Reis do Egipto.  
 Talvez, prezado Amigo, que imagine,  
 Que neste monumento se conserve  
 Eterna a sua glória; bem que os povos  
 Ingratos não consacrem ricos bustos,  
 Nem montadas estátuas ao seu nome.  
 Desiste, louco Chefe, dessa empresa;  
 Um soberbo edifício levantado  
 Sobre ossos de inocentes construído  
 Com lágrimas dos pobres nunca serve  
 Das glórias ao seu autor, mas sim de opróbro.  
 (GONZAGA. 1995, p. 84)

Três vezes surge o fantasma de Meneses e, na segunda, ele se vê diante dos inconfidentes, dentre eles, Gonzaga, Claudio Manoel da Costa, JoséÁlvares Maciel, Alvarenga Peixoto e outros mais, “profissionais da subversão”, “seguramente tramam algo relacionado com os temporais que se abatem sobre a cidade. Começo novamente a temer pela segurança da Casa de Câmara e Cadeia”. (MOURÃO, 1993, p. 118). Em Meneses, é o poder ressentido que tem voz, amargurado com o não-reconhecimento de suas posições, do que foi construído sob seu governo num tempo em que o Iluminismo, com sua influência, chegava também a Minas.

Outros fantasmas importantes surgem nas páginas do romance, com suas próprias versões dos acontecimentos da época. Assim, Tiradentes apresenta seu testemunho dos fatos e se dirige ao “Senhor Juiz”que o julgou, quando reflete sobre o fracasso da conjuração e a fraqueza dos então companheiros: “Poderíamos, a respeito, confiar nessa gente?”(MOURÃO, 1993, p. 137)

Figura dramática de nosso barroco, Aleijadinho aparece três vezes em *Boca de Chafariz* e, na primeira de suas aparições, faz uma espécie de confissão, de reavaliação de sua vida, como



filho do português Manuel Francisco Lisboa e da sua escrava Isabel, negra de trânsito entre a copa e a senzala —africana não, mas retinta, subalterna e inferiorizada e, portanto, africana sim. Sim para o mundo, sim para o meu coração ferido quando, crescendo, comecei a tomar conhecimento do mundo. Minha mãe era minha retaguarda, meu pai o exemplo a seguir (MOURÃO, 1993, p. 73).

Apresentando-se como mestiço, produto híbrido, o artista lamenta-se e se culpa por ter abandonado a mãe e de ter escolhido a “branquitude”(MOURÃO, 1993, p. 73), para viver no mundo das grandezas e da glória de seu pai. Entre humildade e orgulho, oscila a alma ferida de Aleijadinho, deslumbrado pela arte de seu tempo, com as técnicas aprendidas na oficina de Manuel Francisco Lisboa, com as novidades vindas da Europa, com a culpa em relação à mãe e a dor enorme provocada por sua doença. Ele assim termina sua primeira fala:

Compreendendo isso, e sabendo que esse éo destino que me foi reservado, que sejam ao menos homenagem a você, minha mãe, os meus sentimentos de renúncia a todo e qualquer orgulho, que constituem agora o sincero desejo de minha alma”(MOURÃO, 1993, p. 81)

Em sua segunda aparição, o drama da cor da pele retorna com o sofrimento causado pela doença e o que ele chama de “contradição autodestrutiva”(MOURÃO, 1993, p.154) Todo esse amargor de Aleijadinho se transforma numa espécie de ufanismo por Ouro Preto e por ele mesmo, no final de sua última aparição: “Fato a merecer registro: Ouro Preto que praticou os desmandos da época da escravidão, atrocidades que repercutem até hoje, receberá o seu título justamente pela mão de um negro (MOURÃO, 1993, p.235).

Ouro Preto é o lugar das reverberações, das fantasmagorias de seus antigos artistas que podem ser vistos a cada esquina, assim como o grandioso ritual que foi o Triunfo Eucarístico, com sua pompa religioso-carnavalesca:

Repetido quando chegou a vez da paróquia do Pilar atuar, aquele tipo de decoração continua acontecendo até hoje, já definitivamente assumido pelo povo e incorporado como uma das características da Semana Santa de Ouro Preto. Procurando examinar o assunto profundamente, podemos dizer, o que aconteceu foi a retomada da memória de uma tradição remontando à procissão do Triunfo Eucarístico, de pompa deslumbrante no século XVIII. (MOURÃO, 1993, p. 189)

Em *Boca de Chafariz*, a história de Minas se subverte, outro olhar a revisita, as figuras do poder se oferecem, às vezes, com outra face, diferente da história oficial. Dos tempos atuais, a narrativa mostra o historiador Tarquínio J.B. de Oliveira, apaixonado por sua pesquisa de Minas Gerais, em seus pontos ainda não-resolvidos: “De repente, quando menos imaginava, Tarquínio J. B. de Oliveira começou a viver na história. Sua perplexidade não podia ser maior”(MOURÃO, 1993, p. 143). Tarquínio estava às voltas com a existência de um altar maçônico do tempo da Inconfidência, talvez onde fora sepultado o corpo de Claudio Manoel da Costa e a cabeça de Tiradentes. Todo o entusiasmo dessa pretensa novidade acaba em decepção. Mostra como a história, que se quer objetiva e científica, não escapa do imaginário que cerca a memória do passado.

Inúmeras são as personagens que surgem no romance, dentre as vivas e as mortas, as figuras da política, as figuras da cultura e aquelas de simples pessoas do povo como Benéda Flauta, jovens estudantes, como o morador de república estudantil, Napoleão Gustavo Souto Maior Ferreira, o Cupica, apaixonado por Outro Preto, sua história e histórias, presente em seus fantasmas. O amor de Ouro Preto é sempre fantasmático para os mineiros, seja para aqueles que o admiram, seja para os que temem sua memória sempre a ser resgatada.

Como afirmei, no início deste trabalho, a história que Mourão recria é perpassada por uma ficção tão importante quanto os fatos narrados pelo registro oficial. O livro *Boca de chafariz* exhibe, em suas páginas, exatamente a alternância entre fatos e ficções, nas vozes que ecoam na cidade ainda hoje.

Partindo desses conceitos, examinarei se a obra de Rui Mourão, pelo menos em dois de seus romances —*Boca de Chafarize Quando os demônios descem o morro* pode ser pensada pelo viés benjaminiano, contextualizado no âmbito brasileiro da literatura do século XVIII, reescrita no século XX.

Embaralhando as duas dimensões narrativas, a histórica e a romanesca, Mourão reflete sobre o período áureo e o presente da Minas Gerais barroca, com um olhar crítico, misto de melancolia e lucidez. Segundo esse duplo viés, a ficção lhe propicia uma ferramenta eficaz para pensar a história e é muito próxima da visão histórica de Walter Benjamin. A desmontagem crítica desse passado estético e histórico se abre para um novo

olhar, produzido pela nostalgia ou por traços de humor e ironia que desconstruem nossos mitos fundadores.

A escolha dos romances de Rui Mourão recaiu sobre as obras citadas acima, em que o escritor visita os séculos XVIII, XIX e XX, articulando a fase áurea da cidade histórica mineira com o tempo presente, povoado pelas ruínas de um passado, por vezes, tornado ficção, numa vertente antropofágica da história do Brasil. Rui Mourão é escritor e, desde 1974, também diretor do Museu da Inconfidência, na cidade de Ouro Preto, sendo, então, ele mesmo *persona* ficcional e sujeito civil, principalmente em seu último livro *Quando os demônios descem o morro*, publicado em 2008.

Cito uma das epígrafes de *Quando os demônios descem o morro*: “A arte é sempre uma invenção, uma mentira, mas é uma forma de a realidade se manifestar”.

Ainda, em *Boca de Chafariz*, aparece a questão do museu e a presença de Rui Mourão, chamado a falar de Ouro Preto, tornada cidade monumento pela Unesco. Ao lado das figuras fantasmagóricas, convivem as de intelectuais e políticos da vida pública dos anos 70, tempos da Ditadura Militar no Brasil. Mas é no segundo livro que tomamos para leitura, que o escritor desenvolve, de forma mais abrangente, o tema do museu.

—Ouro Preto foi inscrita no Livro de Tombo da UNESCO. A partir de hoje, ela é reconhecida como um monumento que interessa à cultura de todos os povos e como tal deve ser preservada. É a distinção máxima que pode recair sobre um bem cultural de qualquer natureza. (MOURÃO, 1993, p. 179).

A partir daí muitas coisas vão acontecer. Muita coisa haverá a se pensar sobre os problemas da cidade, que é “provinciana e internacional” (MOURÃO, 1993, p. 182) e de seu Museu, que tem a ver com um processo que obriga a revisitar sua história. O escritor dá voz a figuras da História de Minas Gerais e a várias manifestações do barroco mineiro que aparecem como fantasmas a perambular pelos céus da Ouro Preto moderna, dirigindo-se ao leitor contemporâneo para reavaliar sua presença nos acontecimentos da Inconfidência Mineira, o que nos permite lembrar os diálogos dos mortos da sátira menipeia presente em Luciano de Samósata, reveladora de uma visão carnalizante da sociedade e da história, como mostrou Enyilton de Sá Rego em seu livro *O calundu e a panacéia—Machado de Assis e a tradição luciânica*. A referência a este livro me leva a

outro que cabe citar aqui: o livro de Luciano, *Como se deve escrever a história*, em que seu autor começa por contar sobre os habitantes de Abdera:

Sobre os habitantes de Abdera, na época em que Lisímaco reinava, dizem ter-se abatido uma certa doença, ó nobre Fílon, que era assim:

no começo, todos em massa, ficaram com febre, logo desde o primeiro dia violenta e persistentemente alta; no sétimo dia, alguns punham muito sangue pelo nariz e outros eram atacados por um suor abundante, ficando livres da febre. Mas uma doença tomava conta de suas mentes, pois todos ficavam loucos com a tragédia, recitavam versos jâmbicos e gritavam alto (...) (SAMÓSATÁ, 2009, p. 33)

Este início serve para Luciano criticar aqueles que escrevem história e vai seguindo seu raciocínio, misturando-o a fatos que conta, para ilustrá-lo. Em resumo, Luciano mistura História e histórias, anda pelo terreno do imaginário e dos fatos maravilhosos, e esta mistura de gêneros é o que não falta aos romances de Rui Mourão e, não gratuitamente, o coloquei fazendo parte da tradição luciânica, além de situá-lo ao lado de Benjamin, que ilustrava suas teorias com contos e histórias, o que é fácil de ler em *Rua de mão única*, com fragmentos da vida em Berlim, entremeados com pequenos acontecimentos vividos em sua infância.

Será em *Quando os demônios descem o morro* que o leitor se adentra no Museu da Inconfidência e acompanha sua história e a história de seu diretor, que ora é uma figura civil, ora um personagem, o que torna difícil, senão impossível, separar o verdadeiro do ficcional, comprometendo-se a verossimilhança característica do romance realista tradicional.

*Quando os demônios descem o morro* tem seu início com a notícia da prisão de Rui Mourão, fictício personagem do romance, que logo se mistura ao Rui Mourão sujeito civil, com dados biográficos que revelam sua trajetória na literatura. Os gêneros literários já se anunciam híbridos e o diretor do Museu da Inconfidência já se escreve em dupla dimensão de escritor e personagem, obrigando o leitor a procurar identificar pessoas/personagens, neste “roman à clef”, para logo desistir desta impossível tarefa, que tornaria sua leitura infinita, dadas suas rupturas e digressões no plano da realidade e da ficção, que não se separam por nenhum código de escrita.

Já diretor, o escritor se vê diante de desafios, em sua primeira visita ao museu, quando se depara com uma desordem que deverá organizar:

Impressionou-me a superposição de tempos dentro do casarão. Talvez um pouco a contragosto, os objetos achavam-se ali, dispostos em exibição, numa época a que não chegaram a pertencer. Somente o que existia, dispersos testemunhos sobrados estacionados, estáticos. Tratava-se de emissários do passado se apresentando, sendo que o período histórico aludido constituía apenas referência abstrata. Nomes em desuso de pessoas e objetos (...) O conjunto oferecido não passava de fragmentos de uma civilização que o observador, com apoio neles, ia tentar reconstituir. Dependia de um esforço de compreensão para significarem alguma coisa (...). Percebi a semelhança que existia entre a exibição de materiais diversificados dentro de uma casa e a minha atividade fundamental de escritor. É da natureza da construção romanesca usar igualmente fragmentos para levar aquele que dela se aproxima-se a reconstituir uma estória, que oferecida sempre incompleta, em muito acaba sendo inventada. A ilusão do texto se opera de tal maneira que o leitor pouco afeito às questões da carpintaria da composição não chega a suspeitar de que o relato emergja incompleto da voz narrativa. (MOURÃO, 2008, p. 36, 37)

Logo em seguida, o novo diretor revela surpresa, ao constatar o parentesco da exposição museológica com a ficção, considerando essa instituição como uma linguagem que flui entre as épocas passadas e o presente: “Se os dois —o museu e o romance —se superpõem se diferenciando, o que subjaz a identificá-los? a natureza de ambos. Linguagem os dois são. Claro que sim, por serem de tal essência, eles como que se pegam”. (MOURÃO, 2008, p. 37)

A “superposição de tempos”no casarão remete à superposição de tempos na narrativa, também fragmentada como os objetos dispersos, “fragmentos de uma civilização”(MOURÃO, 2008, p. 36), a exigir uma reconstituição de mundo. Como separar os tempos, os espaços, as coisas, sem embaralhar realidade e ficção? Impossível.

Os fantasmas de *Boca de chafariz* voltam à imaginação, em *Quando os demônios descem o morro*. Assim, reencontramos Tiradentes, consultando seu relógio e renovando seu ideal: “se todos quisessem, poderíamos construir, nesta terra, uma grande nação”, e Aleijadinho, a criar sua obra, munido de “escopo e martelo amarrados às mãos, trabalhando, em cima de um andaime, o retábulo da Igreja de São Francisco de Assis”(MOURÃO, 2008, p.39). Assim também o “organizador da exposição”(MOURÃO, 2008, p. 38) se vê como aquele que testemunha, às voltas com

sobras amontoadas, à espera de significação e essa procura é seu maior objetivo, aliás, não alcançado.

Dentre os fantasmas que perambulam pelos corredores assombrados do casarão, destaco a aparição de Marília de Dirceu, ausente em *Boca de chafariz*. A musa de Dirceu procura, agora, ajudar Mourão em seu projeto de reformulação do Museu (MOURÃO, 2008, p.123). Cito o episódio:

Aos poucos, a concentração no trabalho se encarregaria de baixar-me a turbulência interior. Pude então raciocinar com tranquilidade. Não tive dúvida, acontecera um milagre. Marília de Dirceu viera visitar-me. A indumentária severa, em franco desuso, cuja saia ocultava até o bico dos sapatos, não enganava ninguém. Em plena época da minissaia, quando o homem já havia pisado na lua, que moça fora do circuito era aquela que não possuía o menor acanhamento em tão resguardada se mostrar, que em pleno século vinte se apresentava com a mesma naturalidade das figuras esquecidas dentro do tempo, contemplada nas pinturas de duzentos, trezentos anos atrás? Viva na minha lembrança superpunha-se a imagem da meiga, terna e exuberante donzela descrita nas líras de Tomás Antônio Gonzaga. Desejando ter a confirmação da descoberta, peguei o telefone e falei com a biblioteca. Logo chegaria o livro, trazido pelo motorista. Na leitura do segundo poema de Marília de Dirceu, clareou-me de vez o espírito. O estilo leve e fluente do *árcade* impôs o retrato da jovem entrevista por mim naquela manhã:

Os teus olhos espalham luz divina,

A quem a luz do sol em vão se atreve;

Papoila ou rosa delicada e fina

Te cobre as faces, que são cor de neve.

Os teus cabelos são uns fios d'ouro;

Teu lindo corpo bálsamo vapora. (MOURÃO, 2008, p. 123).

A poesia que emana deste episódio me levou, sem dúvida, a uma citação tão longa. O diretor se indaga por que Marília não se demorou e não conversou com ele. Deu, entretanto, várias razões para tal comportamento, interpretando sua visita como um alerta. O escritor aproveita, também, seu encontro com a musa para desenvolver suas teorias a respeito da jovem Maria Doroteia, seu amor pelo poeta inconfidente e sua visão a respeito do Movimento da Inconfidência. A função desta aparição seria também estimular o estudo do século XVIII e as formas de revitalizar o Museu: “Marília quis chamar a atenção para o que do lado de fora do movimento da Inconfidência Mineira se passara.

Cabia-me, sem muita indagação, partir para o estudo do século XVIII”. (MOURÃO, 2008, p.126).

Sem orçamento, sem condições favoráveis, perseguido pela ditadura militar, o novo diretor tem como objetivo reformular o museu, buscar uma totalidade, para logo perceber a impossibilidade de sua execução, que dependeria de uma pesquisa extraordinária, para fazer “reviver Vila Rica em Ouro Preto”(MOURÃO, 2008, p.187), o que implicaria a implantação do museu-cidade que se tornaria “museu-mundo”(MOURÃO, 2008:261), com toda a exuberância que havia no século XVIII, e as fantasmagorias que a fariam voltar viva ao presente. O fracasso da empreitada foi causa do gesto radical do diretor; o incêndio do museu:

Pesadas mãos desceram, agarradas parelha ao cabo de ferro em forma de T. Com atraso de segundos, relampaguearam as janelas da Casa de Câmara e Cadeia. Sucessivas explosões surdas, duras e contidas, logo arrasadoras, aconteceram. A fachada inteira do prédio, a imitar um hierático descer abandonado de cortina, afundou sobre si própria. Levantaram-se gigantescos jatos de poeira que, travestidos em desabados refluxos quase simultâneo, recobriam de varridos cacos arremessados a Praça Tiradentes. Num segundo tempo, a continuidade da sequência de explosões se transpôs para os Anexos, à esquerda. Apenas acabados de encerrar esses estampidos, aqui em cima, em definitivo final paralisado, passaram-se a ouvir extraviados, perdidos na lonjura, estrondos sufocados. Para os lados da casa do Pilar. (MOURÃO, 2008, p. 267)

Como diretor de museu, Mourão, em *Quando os demônios descem o morro*, (re)pensa a função desta instituição, que pode ser vitrine histórica, sujeita à seleção de manuscritos e obras de arte, além de espetáculo para os visitantes contemporâneos da sociedade de consumo. A reconstrução do museu, com a réplica que se pretendia fazer da Ouro Preto antiga aponta para uma posição melancólica, diante da perda do ouro da antiga cidade. A tentativa de refazer uma época com sua glória se percebe impossível e, diante dessa impossibilidade, há incêndio, que pode ser pensado como a “destruição da aura” da cidade.

Entretanto, há dois Rui Mourão neste romance e, surpreendentemente, com seu final, o escritor mais se parece com o homem que Benjamin imagina, como aquele que não tem mais as histórias de antes, histórias ditadas pela experiência vivida do narrador. É um novo mundo que enfrenta o fim da aura e dos valores burgueses, Mourão-personagem é, paradoxalmente, um construtor, a partir da destruição de um mundo

daquele que não deseja deixar rastros, mas se libertar das experiências, sem permanecer na melancolia, como os fantasmas de *Boca de Chafariz*, que no final do romance, entretanto, vivem a redenção de suas vidas:

Pobreza da experiência: não se deve imaginar que os homens aspirem a novas experiências. Não, eles aspiram a libertar-se de toda experiência, aspiram a um mundo em que possam ostentar tão pura e tão claramente sua pobreza externa e interna que algo de decente possa resultar disso (BENJAMIN, 1886, p.118).

Convido à leitura de um fragmento de *Quando os demônios descem o morro*, com uma indagação seguida de uma afirmação feita por Rui Mourão:

Que sentido maior podia ter um museu encerrado entre paredes, importante para uma cidade sem dúvida de muita significação, mas de qualquer forma, mesmo a ela atrelado, mero acidente sumido e apenas circunstancial, arrastado na prodigiosa voragem da perspectiva planetária? O mundo só pode ser entendido na sua verdadeira grandeza quando nos anulamos, buscando nos transformar em pura sensibilidade, em só percepção. Quando chegamos a poder observar o tudo, cujas dimensões nos ultrapassam, meros seres de carne e osso que somos. Quando passamos a sentir que não temos nem dimensão nem significação e só nos resta permanecer contemplativos diante da ordem universal. Então se alguém acaba descobrindo o meio de ser maior do que ele mesmo e entra em luta para imprimir transformações na própria mecânica da sociedade, na esperança de estar contribuindo para uma contemplação mais avançada do mistério, pode ser levado à conta de um equivocado, de um marginal? (MOURÃO, 2008, p. 281)

Sem dúvida, estas afirmações não são melancólicas, mas antes indicam um passo para o futuro, um passo que supõe uma construção e me parece, no caso de Mourão, uma construção na escrita, na “narrativa que estou a lhes apresentar” (MOURÃO, 2008, p. 281), diz ele, pois é na linguagem que a vida humana acontece, se constrói e se representa.

## Referências

BENJAMIN. Walter. *Obras escolhidas*. vol. I. Magia e técnica-Arte e política. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BENJAMIN. Walter. *Obras escolhidas*. vol. 2. Rua de mão única. Trad. Rubens Torres Filho e José Carlos Martins Barbosa. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BENJAMIN. Walter. *Origem do drama barroco alemão*. Trad. Sérgio Paulo Brasiliense: 1984.

BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Trad. Cleonice Paes Barreto Mourão, Irene Aron. Belo Horizonte: Ed. UFMG&São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.



BUCK-MORSS, Susan. *Dialética do olhar*—Walter Benjamin e o projeto das Passagens. Belo Horizonte: Ed. UFMG&Chapecó/SC: Ed Universitária Argos, 2002.

GONZAGA, Tomás Antônio. *Cartas Chilenas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LOPES, Denilson. *Nós os mortos*—melancolia e neo-barroco. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999.

MOURÃO, Rui. *Boca de chafariz*. Belo Horizonte. Villa Rica, 1993.

MOURÃO, Rui. *Os demônios descem o morro*. São Paulo: Casa & Palavras, 2008.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de; SANTOS FILHO; Olinto Rodrigues; SANTOS, Antonio Fernandes Batista dos. *O Aleijadinho e sua oficina*—catálogo das esculturas devocionais: Rio de Janeiro: Capivara, 2008

SAMÓSATA, Luciano de. *Diálogo dos mortos*. Trad. Maria Celeste Consolin Dezotti. São Paulo: Hucitec, 1996.

SAMÓSATA, Luciano de. *Como se deve escrever a história*. Trad. Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Tessitura, 2009.

## MEMÓRIAS EXTRAVIADAS E ERRANTES DE BELO HORIZONTE

### *Les mémoires égarés et errantes de Belo Horizonte*

*Geison de Almeida Bezerra da Silva\**

**RESUMO:** O presente artigo visa confrontar dois níveis de discurso para a construção da memória da cidade de Belo Horizonte, o discurso oficial versus o discurso literário/artístico. A partir desse confronto pretende-se observar a disputa simbólica a que ambos estão submetidos. Espera-se observar, por meio dessa comparação discursiva, que mesmo tendo características específicas e muitas vezes opostas, ambos se confrontam sem, contudo, anularem-se para a construção dos imaginários da cidade.

**Palavras-chave:** Literatura; Imagens; Memórias; Belo Horizonte.

**RÉSUMÉ :** *Cet article vise à confronter deux niveaux de discours pour la construction de la mémoire de la ville de Belo Horizonte, le discours officiel par rapport au discours littéraire / artistique. De cette confrontation, le lecteur pourra percevoir qu'il y a une dispute symbolique entre les deux façons discursives. Même si les deux présentent des caractéristiques spécifiques et souvent opposés, ils se confrontent, sans toutefois, s'annuler mutuellement, pour la construction des plusieurs imaginaires sur la ville.*

**Mots-clés :** *Littérature ; Images ; mémoires ; Belo Horizonte.*

---

\* Mestre em Letras pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Literários da Faculdade de Letras – UFMG. Doutorando pelo já referido programa. Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil; Capes. [jasaoalmeida@gmail.com](mailto:jasaoalmeida@gmail.com)

Cortes cirúrgicos, simétricos e bem planejados na paisagem da antiga Nossa Senhora do Rosário do Curral del Rei, situada entre a Serra dos Congonhas, marcaram para sempre essas terras. “Ruas tão largas”, “Tão retas”<sup>1</sup>, fizeram uma espécie de cirurgia plástica naquele espaço que proporcionou novos contornos às montanhas de Minas Gerais. Em 1893, começou o planejamento e a construção de Belo Horizonte, cidade que substituiria Ouro Preto como capital do Estado de Minas Gerais. A planta, aprovada em 23 de abril de 1893, se baseava em uma ideia de círculo, na qual haveria uma via que delimitaria a zona urbana da suburbana. “65 ruas, 12 avenidas e 24 praças, e uma área aproximada de 9 mil metros quadrados [...] para alojar 30 mil habitantes”<sup>2</sup> era a área da cidade que se erguia na virada do século XIX para o século XX. Esse círculo embrionário da atual Belo Horizonte (hoje com sua extensão de 331.401 Km<sup>2</sup>, subdividida em 9 regionais, e população de quase 2,5 milhões de habitantes<sup>3</sup>) é a região compreendida pelo perímetro da Avenida do Contorno, porém, hoje, depois de 117 anos, ele está completamente modificado.

Aarão Reis, nomeado como engenheiro chefe da Comissão Construtora da nova capital, propôs um plano de construção inspirado pelas tendências positivistas que vigoravam na Europa naquela época. Além da simetria do traçado, o plano da nova capital se pautava também em uma política higienizadora e moderna, “sem os males e vícios de uma cultura formada por hábitos simples e pouco civilizados”<sup>4</sup>. A passagem do engenheiro por Paris, cidade que passava por grandes transformações ao longo do século XIX, e a presença de um médico sanitário na equipe de construção<sup>5</sup> influenciaram fortemente o projeto. Essa mesma ideologia também foi seguida pelo seu sucessor, Francisco de Paula Bicalho que, em relatório ao governador em 1896, dizia

---

<sup>1</sup>ANDRADE, 1979, p. 90.

<sup>2</sup>GROSSI, 1997, p. 20.

<sup>3</sup>INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <[www.ibge.gov.br/cidadesat](http://www.ibge.gov.br/cidadesat)>. Acesso em - 28 de ago. 2015.

<sup>4</sup>ARAÚJO, 1997, p. 51.

<sup>5</sup>GROSSI, 1997. p. 19.

A Nova capital vai forçosamente irradiar benéfica luz por todo o Estado, [...] ao despertar louváveis ambições, instigará o trabalho, as indústrias, a lavoura, o comércio, a necessidade de relações de toda a sorte e, em última análise, o desenvolvimento da produção e da riqueza geral (BICALHO, 1896. apud. ARAÚJO, 1997. p. 50.)

Esses novos contornos trazem consigo ares de liberdade e novos horizontes políticos.

O cientificismo foi amplamente desenvolvido ao longo do século XIX, gerando uma onda de crescimento tecnológico bem como a franca ideia de progresso e modernidade. Além disso, em fins do século XIX, quase todos os regimes vinculados à velha ordem monárquica ocidental já haviam sido questionados e derrubados, por regimes mais democráticos, sobretudo os republicanos. Essa era a perspectiva do pensamento positivista: “a ordem por base, o progresso por fim”<sup>6</sup>. Não é por acaso que tal lema foi estampado na bandeira do Brasil. No entanto, deve-se considerar que este regime apesar de ser um passo para um Estado democrático com justiça social, ainda não garantiu uma democratização efetiva do país. Além disso, é preciso ressaltar que, ao longo da história republicana no Brasil, muitos direitos democráticos foram negados por regimes ditatoriais como: o Estado Novo de Getúlio Vargas entre 1937 e 1945 e a ditadura militar compreendida entre 1964 e 1986. Ditaduras como essas também se alastraram por outros países da América Latina como na Argentina, entre 1966 e 1973 e entre 1976 e 1983, e no Chile, entre 1973 e 1990. Recentemente direitos como os de moradia e mobilidade, por exemplo, são questionados dentro de regimes políticos democráticos, como pôde ser visto nas manifestações que tomaram o Brasil em 2013.

12 de dezembro de 1897 é a data de inauguração da nova capital do Estado de Minas Gerais, oito anos após a Proclamação da República. É interessante observar que a transferência da capital de Minas fora consentida cinco dias após a instalação da República no Brasil<sup>7</sup>. Nesse sentido, é evidente a relação entre a derrocada do império e a ascensão da república, bem como a influência positivista, na construção de Belo Horizonte. Com a instalação da república no país, nos anos de 1889, foi proposta a

---

<sup>6</sup> GROSSI, 1997, p. 17.

<sup>7</sup> GROSSI, 1997. p. 17.

desconstrução dos pressupostos arcaicos e coloniais que ainda existiam no Brasil. Segundo Jacques Le Goff, “Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.”<sup>8</sup>

Por meio da manipulação dos rastros daquela memória colonial, o novo regime buscou criar seus próprios mitos e heróis. Assim, o alferes Joaquim José da Silva Xavier (Tiradentes) e os poetas insurgentes do final do século XVIII, em Vila Rica, atual Ouro Preto, ganharam novo destaque. As montanhas de Minas Gerais, tão notórias, devido ao ciclo de exploração do ouro no Brasil, receberam novas luzes e atenção dos generais republicanos. A Inconfidência Mineira se tornou, a partir do novo regime, um evento comemorativo importante para o país. Ouro Preto, por sua vez, marcada pelo desenho e pela estética colonial, tornou-se uma cidade-patrimônio dessa época.

A ideia de um lugar destinado à memória, bem como a comemoração dessa última, é desenvolvida por Paul Ricœur (2007), em *A memória, a história, o esquecimento*, ao discutir o conceito de “lugares da memória”, proposto por Pierre Nora, em sua obra *Os lugares da memória*<sup>9</sup>. Ouro Preto se desenvolveu sob o crivo de uma administração e estrutura colonial, por isso apresentar essa cidade como um espaço privilegiado à memória republicana seria um contrassenso. Nesse sentido, vale ressaltar que a ideia de “lugares de memória”, proposta por Nora, foi ratificada por Ricœur, pois para este último autor, “não se trata aqui, unicamente, nem mesmo principalmente, de lugares topográficos”, ou seja, são “tanto objetos simbólicos de memória, [...] os Arquivos, as bibliotecas, os dicionários, os museus, assim como as comemorações e as festas”<sup>10</sup>.

Além desses elementos, a ideia de geração, apresentada por Nora<sup>11</sup> em um artigo chamado *A geração*, presente na mesma obra deste autor, permite relacionar

---

<sup>8</sup> LE GOFF, 2003. p.422

<sup>9</sup> NORA, 1992. Apud. RICŒUR, 2007.

<sup>10</sup> RICŒUR, 2007, p. 415.

<sup>11</sup> NORA, 1992. Apud. RICŒUR, 2007.

ambas as histórias, tanto a da cidade quanto a do novo regime, na medida em que aquela geração poética dos inconfidentes se tornaria o modelo para a nova ideologia que se construía na virada do século XIX para o século XX no Brasil. Segundo Nora, “Há, provavelmente, em cada país, uma geração, e só uma, que serviu de modelo e padrão para todas as seguintes”<sup>12</sup>. A história da glória republicana, portanto, escreve-se em Ouro Preto pelo seu avesso, pois se comemora a morte de seus heróis. Com isso, essa cidade serviu à nascente República apenas como modelo simbólico, ou seja, lugar onde se travou uma grande luta para manutenção do território colonial contra os ventos revolucionários trazidos pelos poetas que chegavam da Europa. Lugar onde a utopia de liberdade foi duramente atacada, mas não totalmente vencida, uma vez que se celebra o lema - devido a seus mártires - “*Libertas quae sera tamen*” (Liberdade ainda que tardia), impresso na bandeira do Estado.

A poesia em Minas Gerais sempre foi muito importante, sobretudo no século XVIII – época do período barroco e neoclássico no Brasil. Além da Literatura, outras manifestações artísticas, dessa mesma época, ganhavam importância nessas terras. Escultores de peças religiosas, arquitetos e pintores também tiveram notória relevância para a história da arte de Minas Gerais e do Brasil. As obras deles ajudaram a construir a cidade de Ouro Preto e parte do imaginário daquela época. A importância desses artistas foi tamanha que, anos mais tarde, suas obras foram revisitadas por uma caravana modernista, liderada por Oswald de Andrade e Mário de Andrade, em 1924. O barroco mineiro atravessou o tempo e foi visto pelos olhos desse grupo de artistas como uma arte que sugeriria um traçado genuinamente brasileiro<sup>13</sup>. A imagem de contestação dos poetas inconfidentes, aliada a esse índice de originalidade proposto pelos modernistas e presente nas obras dos artistas barrocos, foi muito bem utilizada pelo discurso republicano.

Por esses motivos, a história de Belo Horizonte possui uma íntima ligação não só com a produção dessa memória a respeito dos inconfidentes, mas também com a própria história de Ouro Preto. Com isso, ela se escreve a partir dessa intrincada

---

<sup>12</sup>NORA, 1992. Apud. RICÉUR, 2007 p. 418.

<sup>13</sup> DRUMMOND, Thaís Ferreira. 1999.

equação entre memória e esquecimento promovida pelos republicanos, com seus ideais positivistas e apreço à modernidade. A tão afamada Liberdade, aclamada por aqueles poetas e pelo alferes do século XVIII, se apresentaria tardiamente, na nova capital, em forma de “monumentos comemorativos”<sup>14</sup>: O Palácio da Liberdade, onde se estabeleceu por muito tempo a sede do Governo do Estado e a Praça da Liberdade, hoje, um complexo cultural, abrigou não só o prédio do governo central como outros relativos à administração pública. Naquele projeto de Belo Horizonte a Praça da Liberdade ocupou uma posição central na conformação política da cidade, pois ao se localizar no ponto mais alto da região, naquela época, foi o centro administrativo do Estado de Minas Gerais, e se situou no bairro onde habitaram os funcionários públicos administrativos vindos de Ouro Preto, por isso o nome de bairro Funcionários, que se mantém atualmente.

Além disso, o fato de a praça central ser ocupada pela administração da cidade produz uma diferença peculiar à nova capital, atribuindo-lhe um semblante mais moderno e laico, uma vez que “o aspecto mais saliente do traçado tradicional (e/ou colonial) era a organização dos prédios em torno de praças entendidas como prolongamentos dos adros da igreja, espaço de dispersão dos fiéis após a missa”<sup>15</sup>. Com isso, a disposição dos monumentos da cidade atinge parte dos objetivos ideológicos do novo regime ao se desvencilhar das estruturas do passado. A notória importância política da Praça da Liberdade, para a época, é evidenciada também ao se contrastar com a relevância de outras praças construídas na mesma época. Por exemplo, a Praça da Estação, que era um local de grande fluxo de pessoas, frequentada tanto por trabalhadores comuns quanto por outros membros da elite financeira e intelectual por ser o local de onde partiam os trens que levavam para outras regiões do Brasil. Além disso, era “palco privilegiado dos trabalhadores na sua resistência às imposições do capital e para interpelar o poder público”<sup>16</sup>.

---

<sup>14</sup> LE GOFF, 2003, p. 427.

<sup>15</sup> ÁVILA, 2008, p. 15.

<sup>16</sup> GROSSI, 1997, p. 20.

O planejamento da capital, no entanto, não se restringe apenas à disposição de seus monumentos, ele é marcado pela simetria do traçado e pelo ar de modernidade, que, mesmo não sendo monumental, indicava, segundo Myriam Ávila, “uma elevação ao padrão metropolitano”<sup>17</sup>. Logo nos primeiros anos, a decoração em estilo neoclássico e eclético das fachadas dos prédios das principais edificações, o bonde elétrico que passava por ruas e avenidas largas e arborizadas, o ruído de máquinas, as salas de projeção de cinema, o trânsito de homens bem vestidos em direção ao trabalho, todos esses elementos conferiam à cidade o estatuto de capital moderna. Além disso, a presença de artistas consagrados no cenário nacional com tendências modernistas como: o arquiteto Oscar Niemeyer, o poeta Carlos Drummond de Andrade e o artista plástico Guignard, assim como as visitas de Mário de Andrade e as interlocuções entre ele e um grupo de escritores de Belo Horizonte, compuseram a paisagem moderna que foi atribuída a Belo Horizonte ao longo dos anos.

Esse título de cidade moderna, tão caro nas primeiras décadas da capital, foi reatualizado em 1944, pelo então prefeito de Belo Horizonte Juscelino Kubitschek, ao convidar uma comitiva de artista de vanguarda de São Paulo e do Rio de Janeiro para a *Exposição de Arte Moderna*, que aconteceria no recém-inaugurado complexo arquitetônico da Pampulha, assinado por Niemeyer, inaugurado em 1942<sup>18</sup>. Com a construção do complexo arquitetônico, Juscelino Kubitschek expande o conceito de modernidade de Belo Horizonte a uma região periférica da cidade, uma vez que, desde sua inauguração, o esplendor e os benefícios advindos do progresso, como: água canalizada, energia elétrica, transporte coletivo, pavimentação de ruas, restringiam-se, prioritariamente, ao perímetro da Avenida do Contorno e adjacências<sup>19</sup>. Essa restrição do desenvolvimento contrastou com o crescimento vertiginoso que se deu logo nos primeiros anos e que continuou com o tempo. Além disso, o complexo, aliado ao convite aos grandes nomes da arte moderna no Brasil àquela exposição, recolocou Minas Gerais na pauta da política nacional, demonstrando mais uma vez como “arte e

---

<sup>17</sup> ÁVILA, 2008, p. 17.

<sup>18</sup> SOUZA, 2002.

<sup>19</sup> ARAÚJO, 1997, p. 52.



técnica caminhavam lado a lado com a política”<sup>20</sup>. O que se comprovou com a eleição de Juscelino ao governo do Estado, em 1951, e à Presidência da República, em 1956, conseqüentemente à construção de Brasília, cidade símbolo da modernidade que se instalava no Brasil.

O progresso, que foi crucial para a construção e desenvolvimento da capital mineira nos primeiros anos, foi avassalador nas décadas posteriores. A bela arquitetura eclética, construída por imigrantes europeus, foi paulatinamente substituída por “edifícios de concreto armado”, na Rua da Bahia. As novas vias arteriais, como a Antônio Carlos e a Cristiano Machado, faziam a ligação entre o centro e as regiões mais distantes, além de funcionarem como “cordões sanitários”, a fim de ser apenas uma rota de trabalhadores para o centro e suas residências<sup>21</sup>. A delimitação do urbano e moderno e suas contradições se estendem para além da Avenida do Contorno, pois a capital atingiu as fronteiras de municípios próximos como: Contagem, Betim, Nova Lima, Sabará, Santa Luzia, constituindo-se em Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte.

Essa conurbação sofrida pela cidade trouxe uma série de conseqüências positivas tais como o setor produtivo ter ganhado muita força, uma vez que Contagem e Betim se tornaram polos industriais, sobretudo, da indústria automobilística, agregando mão de obra de várias regiões da cidade e de suas adjacências. Além das negativas, uma vez que a cidade sofreu o impacto de densidade demográfica e, com isso, surgiram os problemas de moradia e conseqüente inchaço populacional nas periferias. Essas modificações da paisagem da capital mineira, ao longo dos tempos, renderam poemas saudosistas de grandes artistas mineiros, como o poema *Triste Horizonte*, de Carlos Drummond de Andrade, publicado em 1977, no qual o poeta buscava, naquela época, resgatar um tempo que não existia mais na capital.

A partir deste ponto da discussão, a respeito da memória de Belo Horizonte, é preciso salientar certos elementos, pois ao apresentar a memória da cidade dessa maneira, sugere-se que ela possui uma mera função de monumento comemorativo à modernidade e à República. No entanto, é importante frisar que o desenvolvimento até

---

<sup>20</sup> SOUZA, 2002, p. 109.

<sup>21</sup> PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 1996.

então empreendido por este texto se fixou a aspectos que dizem respeito à ideia de “memória manipulada”<sup>22</sup>, reproduzida por uma narrativa histórica de cunho ideológico, ou seja, diz respeito ao “manejo da história autorizada, imposta, celebrada, comemorada - [a] história oficial”<sup>23</sup>, ou seja, uma narrativa que se dá por meio da leitura de vários autores a respeito do espaço ainda em construção que é a cidade de Belo Horizonte.

Ao discorrer sobre a Epistemologia da História, no capítulo nomeado *Fase documental: a memória arquivada*, Paul Ricœur (RICŒUR, 2007) apresenta cinco pontos que ele julga inerentes à documentação histórica, são eles: 1) O espaço habitado; 2) O tempo histórico; 3) O testemunho; 4) O arquivo; 5) A prova documental. Além disso, a ideia de narrativa é um elemento muito caro aos estudos de Ricœur sobre tempo, memória e história. Ao abordar sobre o primeiro ponto, “espaço habitado”, o autor discorre sobre a relação intrínseca entre o ato de construir e o de narrar, ele também enfatiza a cidade como o espaço privilegiado para tal relação.

Narrativa e construção operam um mesmo tipo de inscrição, uma na duração [narrativa], outra na dureza do material [construção]. Cada novo edifício inscreve-se no espaço urbano como uma narrativa em um meio de intertextualidade. A narratividade impregna mais diretamente ainda o ato arquitetural na medida em que este se determina em relação com uma tradição estabelecida e se arrisca a fazer com que se alternem renovação e repetição. É na escala do urbanismo que melhor se percebe o trabalho do tempo no espaço. Uma cidade confronta no mesmo espaço épocas diferentes, oferecendo ao olhar uma história sedimentada dos gostos e das formas culturais. A cidade se dá ao mesmo tempo a ver e a ler. O tempo narrado e o espaço habitado estão nela mais associado do que no edifício isolado. A cidade também suscita paixões mais complexas que a casa, na medida em que oferece um espaço de deslocamento, de aproximações e de distanciamento. É possível ali sentir-se extraviado, errante, perdido, enquanto que seus espaços públicos, suas praças, justamente denominadas, convidam às comemorações e às reuniões ritualizadas. (RICŒUR, 2007.p. 159.)

Uma vez que a abordagem sobre a capital mineira, neste estudo, situou-se, até então, em seus espaços públicos e suas praças, negligenciaram-se tanto as simples paixões da “casa”, quanto aquelas complexas propiciadas pelos “espaços de deslocamentos, de aproximações e de distanciamento”, conforme afirma Ricœur

---

<sup>22</sup> RICŒUR, 2007.

<sup>23</sup> RICŒUR, 2007.p. 455.

(RICŒUR, 2007.). Além disso, ao se orientar pela rota fixa desses monumentos públicos, torna-se difícil alcançar o sentimento “extraviado, errante e perdido”, mencionado pelo autor, daquele que habita o espaço urbano. Por mais que essas linhas monumentais da história de Belo Horizonte façam parte de suas memórias e também sejam importantes para se entender um pouco sobre a dinâmica desse espaço em nossa contemporaneidade, fixar-se somente nelas seria como a reprodução deliberada de um arquivo histórico e, portanto, uma perpetuação de uma narrativa comemorativa de “acontecimentos reputados históricos [mas que] nunca foram lembranças de ninguém”<sup>24</sup>.

Por esse motivo ao se percorrer as memórias de Belo Horizonte, ou de qualquer espaço, deve-se propor a busca pelo olhar errante e sensível de artistas da cidade que pode funcionar como um dos possíveis caminhos para essas memórias extraviadas e perdidas. Com isso, espera-se não apresentar uma totalidade a respeito das memórias da cidade, mas sim poder tocá-las e percebê-las como ecos ou lampejos de imagens.

Luis Alberto Brandão Santos e Silvana Pessôa de Oliveira, ao questionarem o espaço na literatura, na obra *Sujeito tempo e espaço ficcionais: Introdução à Teoria da Literatura*, apresentam a intrínseca relação entre tempo e espaço. Eles alertam que tais categorias, devido a uma relação interdependente, não são obsoletas e que, sobretudo nas narrativas contemporâneas, elas possuem “uma dimensão múltipla e um caráter aberto”<sup>25</sup>. Essa característica múltipla se deve ao arranjo empreendido pela memória. Os autores tomam como exemplo a ficção autobiográfica de Pedro Nava e a poesia de Carlos Drummond de Andrade nas quais há um investimento dos autores em trazer à tona objetos e elementos que se perderam no tempo. Nesse empreendimento os autores apresentam ruas, casas e bairros, bem como elementos decorativos de casas, a fim de trazer para o leitor “índices de um espaço-tempo perdido (que é também espaço-tempo que se redescobre)”<sup>26</sup>.

---

<sup>24</sup> RICŒUR, 2007.p. 504.

<sup>25</sup> SANTOS, 2001, p. 82.

<sup>26</sup> SANTOS, 2001p. 85.

Escritores como Carlos Drummond de Andrade, Pedro Nava e também Beatriz Borges Martins, por meio de seus textos, construíram várias imagens para suas respectivas memórias pessoais sobre Belo Horizonte. Um dos índices da Modernidade da cidade, principalmente na década de 1920, o bonde, por exemplo, ganhou vários significados “nas lembranças escritas dos belo-horizontinos”<sup>27</sup>. Esse meio de transporte recebe um olhar íntimo e sentimental por parte desses três autores citados, pois as viagens de bonde produziam imaginários diversos e comuns. Um exemplo claro desse imaginário compartilhado foi o *Bonde de Santa Maria*. Esse famoso bonde ficou marcado pela sua função de levar as meninas da classe alta da capital, para o Colégio Santa Maria. Devido a essas particularidades a linha do bairro Floresta ganhou essa conotação, o que lhe rendeu adjetivos como “bonde mágico”<sup>28</sup>, por Drummond. Os olhares dos rapazes, ao bonde das moças do colégio, foram os responsáveis não só por esse adjetivo ao veículo, como também suas usuárias foram comparadas a deusas e flores por Nava. Logo, o bonde, ao percorrer seu trajeto matinal, ganhou a imagem de um ramalhete: “o especial que trazia as deusas externas de manhã, e levava-as de tarde, desfolhando-se e despetalando-se na volta de Pernambuco e na volta de Ceará”<sup>29</sup>. Essa percepção do assédio não se restringia somente aos calorosos observadores, as meninas que recebiam os olhares desejosos reconheciam o interesse dos rapazes, segundo conta Beatriz Borges Martins, que fora uma dessas moças<sup>30</sup>.

Essa atmosfera idílica dos passeios nos bondes povoou o imaginário desses escritores. Trilhar os percursos dos bondes, inevitavelmente, era se deparar com várias histórias e imagens, muitas delas devido a sua constância se tornaram narrativas e personagens da cidade, que constituíram um conjunto de imagens compartilhadas entre as pessoas, como o caso do “Bonde de Santa Maria”. Havia também imagens de romantismo, pois podia se deparar com “namorados [a] passar e repassar nas casas das eleitas janelando”<sup>31</sup>.

---

<sup>27</sup> ÁVILA, 2008, p. 27.

<sup>28</sup> ANDRADE. *Hino ao bonde*, 1979, p. 134.

<sup>29</sup> NAVA, 1973. apud. ÁVILA, 2008, p. 30.

<sup>30</sup> MARTINS, 2000. apud. ÁVILA, 2008, p. 30.

<sup>31</sup> NAVA, 1973. apud. ÁVILA, 2008, p. 31.

Exemplos como os do bonde, sobre histórias, lugares, hábitos, sentimentos entre outras coisas, que estão presentes na cidade, não faltam nessas produções. Assim como não faltam imagens que questionam a própria História Oficial da cidade. Poemas como *Encontro* e *A visita do Rei*, de Drummond, de certa forma, criticam os títulos de berço republicano e de cidade moderna, tão caros à capital mineira. Em *Encontro*, imagens arcaicas e modernas se fundem na Rua da Bahia; e a Monarquia e a República dão as mãos na Praça da Liberdade em *A visita do Rei*. Essa visita dos reis da Bélgica em 1920, por sua vez, foi bastante comentada na época. A praça, trunfo republicano, enfeitou-se e se organizou com palmeiras imperiais ao longo da alameda central para receber a monarquia<sup>32</sup>. Ao se deparar com essa história e com as imagens propostas por Drummond sobre esse acontecimento, percebe-se que o presente fez reverência ao passado, pois a nobreza foi recebida com honrarias e cortesias: “Pompas republicanas: moderadas”<sup>33</sup>. Ela não foi recebida em um tapete vermelho, mas foi cortejada como uma donzela pelos seus vassallos republicanos.

Essas imagens produzidas pelos escritores mineiros apresentam, portanto, outro olhar sobre as memórias da cidade. Um olhar que consegue perceber no detalhe a inscrição de uma história, tal qual um “estranho cartógrafo, que não apenas delimita espaços, mas também os concebe como cenas instáveis”<sup>34</sup>. Carlos Drummond, no mesmo texto que apresenta o *bonde mágico* de Santa Maria, por exemplo, comenta sobre “países modestos de Carlos Prates e Lagoinha”, “país violáceo do Bonfim” e o “Calafate”<sup>35</sup>, os quais ocupam, na geografia da capital, uma região de fronteira à delimitada pela Avenida do Contorno. Onde “há sempre uma cor a descobrir,/ um costume singelo, o portão de um alpendre/ com pinturas a óleo de castelos/ que são o outro lado de Minas: o irreal”<sup>36</sup>. Essas passagens de Drummond sugerem uma questão que se perdura até hoje em Belo Horizonte: a diferença econômica entre o centro e a periferia da cidade. No entanto, o olhar do poeta, além de averiguar, naquela época, o

---

<sup>32</sup> DRUMMOND, 1999, p. 157.

<sup>33</sup> ANDRADE. *A visita do rei*, 1979, p 150.

<sup>34</sup> SANTOS; OLIVEIRA, 2001, p. 89.

<sup>35</sup> ANDRADE. *Hino ao bonde*, 1979, p 134.

<sup>36</sup> ANDRADE. *Hino ao bonde*, 1979, p 134.

descaso governamental que se prolonga pelos anos, aponta também para o irreal e o inútil da imagem. Bergson, em *Matéria e Memória*, citado por Ricœur, diz que: “para evocar o passado sob a forma de imagens, é preciso abstrair-se do presente, é preciso atribuir valor ao inútil, é preciso sonhar”<sup>37</sup>.

À guisa de conclusão, a literatura e as artes em geral, por lidarem, muitas vezes, com imagens e pela sua relação com o ficcional (*irreal*), estão em outro patamar referente ao discurso histórico, uma vez que esse carece, sobretudo, de uma prova ou de um documento que diz respeito a sua fidelidade ou verdade. Dessa maneira, assim como os poetas, pintores, arquitetos e escultores barrocos e neoclássicos serviram à construção do imaginário de Ouro Preto do século XVIII, os artistas modernistas e contemporâneos contribuíram e ainda contribuem para se pensar a memória de Belo Horizonte. Porém, diferentemente daqueles poetas coloniais, suas obras não chegaram a ser reconhecidas e totalmente manipuladas pelo discurso oficial. Com isso, o discurso artístico, mesmo não oficializado, produz efeitos profundos no imaginário comum. Exemplos não faltam, pois, qual belo-horizontino, ao se sentar em um dos inúmeros barzinhos de esquina espalhados pela cidade, nunca se imaginou fazendo parte daquele clube de músicos, formado por Milton Nascimento, Lô Borges, Beto Guedes, dentre outros, ou nunca entendeu uma de suas canções bebendo uma cerveja ou comendo um petisco com os amigos?

Aliás, não só de bares vivem as esquinas da capital, pois, com o trânsito intenso presente hoje em dia na cidade, quem não sente calafrios ao atravessar os cruzamentos do centro da cidade? Um deles, entre a Rua Espírito Santo e a Avenida Augusto de Lima, por exemplo, famoso por abrigar o prédio da Imprensa de Belo Horizonte, presenciou a morte do pintor surrealista Sérgio Sant’Anna. Outros imaginários presentes nas obras de artistas da capital dialogam com o presente. Um dos exemplos é a perseguição sofrida por *Viramundo* e os mendigos que viviam embaixo do Viaduto Santa Teresa, apresentada em *O grande Mentecapto*, de Fernando Sabino. Essa situação se assemelha a que vivem hoje os desabrigados da cidade, assim como um grupo de artistas marginais negros que mantinham até meados de 2013, resistentemente, no local,

---

<sup>37</sup> RICŒUR, 2007, p. 67.

uma cultura hip-hop conhecida como *Duelo de MC's*, que consiste em um encontro entre artistas, tanto cantores de *rap* quanto dançarinos, que duelam rimas e passos embaixo do viaduto.

A zona de prostituição na Rua Guaicurus, hoje bastante marginalizada, também foi marcada pelos personagens de Roberto Drummond em *Hilda Furacão* e, mais tarde, pela minissérie criada pela Rede Globo de televisão inspirada na obra desse mesmo autor. Outra forma de lidar com esse espaço foi a montagem *Medeia zonamorta*, do Grupo Teatro Invertido, que ressignificou o mito grego para a situação marginal que essa rua ocupa no cenário urbano de Belo Horizonte. Por mais que não haja o antigo *glamour* da boemia, escrita por Roberto Drummond, a Guaicurus, nos últimos três carnavais, recebeu o brilho da festa momesca com o desfile de um dos novos blocos de rua da capital: o *Então, Brilha!*. Exemplos como esses demonstram como essas e tantas outras histórias criadas pelos artistas e pela população da capital produzem ecos em nossa contemporaneidade.

## Referências

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Rua*. In. *Esquecer para lembrar: boitempo III*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

ARAÚJO, Maria Marta Martins de. A vida nos subúrbios: Memórias de uma outra Belo Horizonte. *Cadernos de História*. Belo Horizonte. v. 2, n.3. p. 50-56.out. 1997.

ÁVILA, Myriam. *O retrato na rua: memórias e modernidade na cidade planejada*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

GROSSI, Yonne de Souza. Belo Horizonte: Qual Pólis? *Cadernos de História*. Belo Horizonte. v. 2, n.3, p. 12-24. out. 1997.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5ª. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

MIRANDA, Wander Melo (org.). *Narrativas da Modernidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

PAULA, João Antônio. *Memória e esquecimento, Belo Horizonte e Canudos: encontros e estranhamentos*. In. *Varia Historia - Belo Horizonte: cem anos em cem*. Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, n°. 18, Set. 1997.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. *Cenas de um Belo Horizonte*. 2. ed. Belo Horizonte: PBH, 1996.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2007.

SANTOS, Luis Alberto Brandão; OLIVEIRA, Silvana Pessôa. *Sujeito tempo e espaço ficcionais: Introdução à Teoria da Literatura*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SOUZA, Eneida Maria de. *Arte e Estado: JK reinventa o moderno*. In. MIRANDA, Wander Melo. *Anos JK: margens da modernidade*. São Paulo: Imprensa Oficial; Rio de Janeiro: Casa de Lucio Costa, 2002.



## LENDO SYLVIA PLATH: POESIA E PARADIGMA

### *Reading Sylvia Plath: poetry and paradigm*

*Júlia Côrtes Rodrigues\**

**RESUMO:** Sylvia Plath, célebre poeta norte-americana, é com frequência associada a Robert Lowell e Anne Sexton, os quais se tornaram conhecidos como “poetas confessionais”. Este trabalho, em consonância com leituras contemporâneas de Plath, discute brevemente o questionável vínculo da poeta com a poesia confessional. Em seguida, apresenta-se uma leitura de um dos poemas mais célebres de Plath, “Lady Lazarus”, seguida por uma proposta de tradução. Destaca-se a contribuição dos estudos de Claire Brennan e Jacqueline Rose para este artigo.

**Palavras-chave:** Sylvia Plath; poesia confessional; Lady Lazarus.

**ABSTRACT:** *Sylvia Plath, famous American poet, is frequently associated to Robert Lowell and Anne Sexton, who became known as ‘confessional poets’. This paper, along with contemporary readings of Plath, discuss briefly her questionable link with the confessional poetry. Then, we present a reading of one of Plath’s most renowned poems, “Lady Lazarus” followed by a translation. We must mention the huge contribution of Claire Brennan’s and Jacqueline Rose’s studies for this paper.*

**Keywords:** *Sylvia Plath, confessional poetry, Lady Lazarus.*

---

\* Mestranda em Teoria e História Literária na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) – [juliacortesrodrigues@gmail.com](mailto:juliacortesrodrigues@gmail.com)

## O último poema

Assim eu quereria o meu último poema  
 Que fosse terno dizendo as coisas mais simples e menos intencionais  
 Que fosse ardente como um soluço sem lágrimas  
 Que tivesse a beleza das flores quase sem perfume  
 A pureza da chama em que se consomem os diamantes mais límpidos  
 A paixão dos suicidas que se matam sem explicação

Manuel Bandeira

O último poema com o qual Bandeira sonhava: simples e, ao mesmo tempo, pouco ‘intencional’; puro como o fogo e também como o diamante, a pedra de mais complexa lapidação; derradeiro, mas consciente do seu fim. Se há suicidas que optam por não deixar uma carta de despedida, e dessa forma se calam para sempre, o poeta que decide em vida encerrar sua atividade poética pode escolher se explicar ou não, mas seu legado está lá: não há silêncio possível, ele já *disse*. No caso de Bandeira, a ‘explicação’ é o próprio poema (longe de ser efetivamente o último que ele escreveu, já que aparece já em 1930 em *Libertinagem*; cria uma duplicidade com o que seria, de fato, o último; “O último poema” é o sonho do poema último): o poeta não renuncia à literatura, mas antecipa um encerramento que pode coincidir ou não com o fim de sua vida. É bastante curioso como esse poema é semelhante à trajetória da poeta Sylvia Plath, que se suicida em 1963, deixando como “explicação” somente os manuscritos de *Ariel*. Em sua morte encontramos a origem de um mito: infundáveis especulações têm início na capital mundial dos tabloides, e sua obra é com frequência lida à luz dos fatos de sua vida. No início de sua introdução à antologia brasileira de W. H. Auden, José Paulo Paes ironiza a “chave biográfica” (à qual se refere como “falácia biográfica”): “Ninguém foi menos autobiográfico do que o autor de *The Age of Anxiety*<sup>1</sup>”. O comentário de Paes é antagonicamente distante da crítica que se faz a Sylvia Plath, ex-aluna de Auden. Se pudéssemos estabelecer, em tom quase didático, uma escala entre poetas

---

<sup>1</sup> PAES in AUDEN, 1986, p 1.

considerados mais “autobiográficos”, tanto pela crítica quanto por leitores leigos, Plath estaria no extremo oposto. O que torna, no entanto, um autor menos ou mais “autobiográfico”? Uma das respostas mais recorrentes a essa pergunta recai sobre o suicídio, como encontramos em Ana Cecila Carvalho:

Produz-se, assim, algo como se a sombra do suicídio da autora tivesse caído permanentemente sobre o texto, de maneira que o leitor se vê à procura dos anúncios desse destino trágico em meio às linhas que lê, onde estariam inscritas as pegadas que, se seguidas, poderiam lhe mostrar o caminho que levou a escritora ao autoextermínio<sup>2</sup>.

Qual é essa “sombra” que recai sobre o texto? Afirmar que o suicídio contribui para a construção dos mitos literários não é o bastante para entender o abuso da chave biográfica na crítica de Plath. O suicídio não é em si determinante: não tem a mesma força nas leituras dos escritores suicidas Anne Sexton, Paul Celan, Ernst Hemingway, Ana Cristina Cesar, os quais, se fizeram uma escolha comum, tiveram vidas (e mortes) diferentes. Por que o suicídio de Sylvia Plath cria uma “sombra”?

Estamos diante de uma questão geracional. Sylvia Plath não pertence claramente a qualquer linhagem. Nascida em 1932 e morta em 1963, não se enquadra muito bem na importante geração de John Ashbery e James Schuyler, que teve seus primeiros livros publicados na década de 1950 e amadureceu pelo menos mais duas ou três décadas<sup>3</sup>. A criação literária de Plath com frequência ganha complexidade em intervalos de apenas um ou dois anos: seu primeiro livro, *The Colossus*, foi publicado em 1960 e *Ariel*, sua “obra madura”, postumamente em 1965. Sylvia Plath morreu apenas dois anos antes de T. S. Eliot, poeta que teve sua consagração inicial nos anos 1920, e no mesmo ano de William Carlos Williams, cujo primeiro livro de poemas foi lançado já em 1909.

Dada essa dificuldade, nomes como o de M. Rosenthal insistiram em incluir Sylvia Plath na geração imediatamente mais plausível, aquela dos poetas “confessionais”. Nesse sentido, as leituras do próprio Robert Lowell e também de A. Alvarez foram muito

---

<sup>2</sup> CARVALHO, 2003, p. 11.

<sup>3</sup> Nessa comparação estritamente histórica, Plath estaria mais próxima de Frank O’Hara, nascido em 1927 e morto em 1966. São, porém, dois poetas com trajetórias e carreiras muito diferentes entre si. Ela é com frequência comparada, por várias razões, à poeta Anne Sexton, que, no entanto, morreu onze anos depois de Plath e possui uma poética bastante diversa, como será apresentado a seguir.

influentes. Alvarez, embora resista a chamar a poesia de Plath de “confessional”<sup>4</sup>, também resalta a influência de Lowell sobre ela e vincula a fascinação pela morte declarada ainda em vida com aquela manifesta em sua obra.

Porém, o vínculo de Plath com o confessionalismo pode ser questionado em três níveis: aquele da sua identificação com o grupo; o da identificação de Sexton e Lowell com ela; e ainda das discrepâncias que podem ser observadas entre esses três poetas. Plath, embora tenha admirado *Life Studies* de Lowell e *All My Pretty Ones* de Sexton, nunca se identificou fortemente com o grupo: seus escritos registram uma admiração muito maior pelas aulas de Auden em Smith College do que pelas de Robert Lowell em Boston; durante o curso de criação poética de Lowell, ela parece ter produzido pouco, e nada do que fez chamou a atenção do professor na época. Seu contato mais frequente com a colega Anne Sexton se limitou a alguns encontros em bares, sempre após as aulas<sup>5</sup>.

Jacqueline Rose, em *The Haunting of Sylvia Plath*, possivelmente a obra mais importante já escrita sobre a poeta, percebe a irônica contradição que há entre a ênfase na vida da poeta e a subsequente anulação de Plath:

What we are dealing with is, obviously enough, not Plath herself but her representations, her own writing, together with all the other utterances which have come to crowd it – joining in the conversation, as one might say. Often, as we will see, it is technically impossible to separate Plath’s voice from those who speak for her (a large part of her writing was published and, more importantly, edited after her death). Plath’s writings and the surrounding voices stand in effigy for her, they speak in her name. It is the effigy that haunts the culture”<sup>6</sup>.

---

<sup>4</sup> Alvarez resiste ao termo ‘confessional’, mas insiste em vincular Plath a Lowell e Sexton sob a égide da poesia ‘extremista’.

<sup>5</sup> A admiração e a disputa mútua entre Sexton e Plath mereceria um texto a parte: me parece particularmente interessante que Sexton tenha se sentido traída por Plath na ocasião de seu suicídio: segundo ela, Plath lhe roubara a morte.

<sup>6</sup> “Estamos lidando, obviamente, não com a própria Plath, mas com suas representações, sua própria escrita, juntamente com todos os enunciados que se somam a ela – participando da conversação, pode-se dizer. Com frequência, como veremos, é tecnicamente impossível separar a voz de Plath daqueles que falam por ela (uma grande parte de sua escrita foi publicada e, o que é mais importante, editada após sua morte). Os escritos de Plath e as vozes que os cercam se postam como uma estátua mortuária por ela, falam em seu nome. É a estátua que assombra a cultura” (ROSE, Jacqueline. *The Haunting of Sylvia Plath*. London: Virago, 2014, p. 2). Tradução minha em todos as citações de obras não disponíveis em português. Ressalta-se a dificuldade em traduzir o termo “effigy”, que se refere tanto a estátuas mortuárias

O aparente vínculo com esses poetas orientou leitores dos anos 1960 e também da atualidade a acreditarem que seria possível “conhecê-la”. A falsa familiaridade se manifesta, apenas para citar um exemplo contemporâneo, em ensaio recente de Helen Vendler sobre os poemas anteriores a *Ariel*: “For a long time, ‘death’ meant to Sylvia Plath only the twinned images of her father’s malignant gangrenous toe and her own envisaged suicide”<sup>7</sup>. Nem os diários de Plath, nem seus poemas são tão restritos tematicamente: a morte pode figurar também como aquela sofrida pela vida vegetal, pelos fetos natimortos, ou mesmo aquela que se relaciona com o desejo erótico (como em “Pursuit”).

Embora poemas como “Daddy”, que contém referências diretas à Segunda Guerra Mundial, ainda fossem vistos como manifestações complexificadas de um doloroso estado emocional da poeta e não por seu cunho político, a ideia de “confissão” foi sendo relativizada e abriu-se espaço para uma revisão do tratamento da poesia de Plath como “autobiográfica” nos anos 1980. Com a publicação de *Collected Poems* em 1981 e de *Journals* em 1982, ocorre um crescente esforço de enquadrar a escrita de Plath tanto em seu contexto histórico mais imediato quanto naquele mais abrangente.

\*\*\*

Assim, a leitura de Plath pela ótica “biográfica” ou “confessional” parece ter sido mais motivada pela centralidade dos poetas confessionais na época e pela influência de alguns críticos (como Alvarez e o próprio Lowell) do que por questões internas à sua poesia. Pode-se, com o intuito de distinguir o “confessionalismo” dos demais modos de poesia lírica, concordar com a definição elaborada por Renato Oliveira:

A marca de distinção dos Poetas Confessionais seria, então, não excluída a fantasia, seu caráter mais intensamente pessoal e eminentemente auto-revelador, "more detailed in their analytical exposition of pain, grief, tension and joy", o uso inaudito da poesia para a revelação de detalhes autobiográficos, a divulgação pública de

---

quanto a bonecos grotescos feitos para serem queimados em manifestações populares. Rose joga com ambos os sentidos.

<sup>7</sup> VENDLER, 2010, p. 127. Sandra Gilbert é ainda mais explícita: “Though I never met Sylvia Plath, I can honestly say that I have known her most of my life” (GILBERT, Sandra, *apud* BRENNAN, Claire, 1999, p. 52).

informações de sua vida privada, o que lembraria em muito a imagem de um penitente em confissão diante do padre, um acusado confessando um crime ou um paciente se revelando ao analista<sup>8</sup>.

E, tão logo nos pareça pertinente essa formulação, Sylvia Plath é excluída dela. Enquanto Anne Sexton e Robert Lowell, em reação extrema contra a doutrina eliotiana da impessoalidade, exploram diretamente pontos de convergência e contraste entre realidade e sonho, biografia e ficção e tenham jogado abertamente com especulações midiáticas sobre suas vidas, Sylvia Plath resiste a se expor. Opta por publicar sua obra mais claramente autobiográfica, o romance *The Bell Jar*, sob pseudônimo. Plath nunca falou detalhadamente do livro com sua mãe e com outras pessoas próximas, que serviram de inspiração a personagens frequentemente pouco lisonjeiras. Um dos motivos para essa escolha muito possivelmente foi o desejo de evitar essa “divulgação pública de informações de sua vida privada” de que fala Oliveira. Essa postura é notada por Frieda Hughes, que afirma no prefácio à sua edição de *Ariel*:

Em dezembro de 1962, minha mãe foi convidada pela rádio BBC para ler alguns de seus poemas, e para isso escreveu suas próprias introduções. Seus comentários foram secos e breves, e ela não fez referência a si mesma como personagem dos poemas. Ela podia até se expor, mas não precisava ser tão clara.<sup>9</sup>

Já Anne Sexton cita diretamente amigos e familiares em seus poemas, incluindo suas próprias filhas, ainda muito jovens. Sexton publica em 1969, na obra *Love Poems*, um poema intitulado “Loving the Killer”. Nele, o eu-lírico se vê atraído pela figura de um jovem nazista, como se lê em duas estrofes desse longo poema:

Bones piled up like coal, animal bones  
shaped like golf balls, school pencils,  
fingers and noses. Oh my Nazi,  
with your S.S. sky-blue eye –  
I am no different from Emily Goering.  
Emily Goering recently said she  
thought the concentration camps  
were for the re-education of Jews  
and Communists. She thought!  
So far the continents stay on the map  
But there is always a new method. [...]

---

<sup>8</sup> OLIVEIRA, 2004, p. 54.

<sup>9</sup> HUGHES, Frieda in PLATH, Sylvia, 2007, p. 17.

And tonight our skins, our bones,  
 that have survived our fathers,  
 will meet, delicate in the hold,  
 fastened together in an intricate lock.  
 Then one of us will shout,  
 “My need is more desperate!”  
 and I will eat you slowly with  
 kisses even though the killer in you  
 has gotten out<sup>10</sup>.

Nesse poema, o eu-lírico se compara a Emily Goering, esposa do general nazista Hermann Goering, de modo um tanto enigmático: atraído sexualmente por um homem nazista, o eu-lírico oferece uma lealdade que oscila entre a ingenuidade e a dissimulação. De todo modo, oferta uma postura de compactação com a atividade do parceiro, já que essa declaração de desconhecimento dos crimes de guerra serve, em última instância, para protegê-lo. É expressado ao longo de todo o poema um sentimento de ternura e desejo que, embora seja estranho e incômodo ao eu-lírico, se mantém uniforme, como é recorrente na dicção dita confessional. Embora experimente emoções contraditórias, sua identificação com a esposa do general é fixada. O mesmo não ocorre no poema “Daddy” de Plath, como afirma Jacqueline Rose:

In the poem, the ‘I’ moves backwards and forwards between German and English, as does the ‘you’ (‘Ach, du’). The dispersal of identity in language follows the lines of a division or confusion between nations and tongues. In fact language in this part of the poem moves in two directions at once. It appears in the form of translation, and as a series of repetitions and overlappings – ‘ich’, ‘Ach’, ‘Achoo’ – which dissolve the pronoun back into infantile patterns of sound<sup>11</sup>.

---

<sup>10</sup> “Ossos empilhados como carvão, ossos de animais,/em forma de bolas de golfe, lápis escolares,/ dedos e narizes. Oh, meu Nazista,/ com seu olho azul-celeste S.S. – / eu não sou diferente de Emily Goering./ Emily Goering disse recentemente ter/ achado que os campos de concentração/ eram para a reeducação de Judeus /e Comunistas. Ela achava!/ Por enquanto os continentes estão no mapa/ mas sempre haverá um novo método. [...]/ E hoje à noite nossas peles, nossos ossos,/ que sobreviveram aos nossos pais/ vão se encontrar, delicados pelo aperto,/ presos juntos em um intricado/ cadeado. Então um de nós vai gritar./ “Minha necessidade é mais desesperada!” e/ Eu te comerei lentamente com beijos/ ainda que o assassino em você/ tenha saído” (SEXTON, 2009, p. 305).

<sup>11</sup> “No poema, o “eu” se movimenta em vaivém entre o alemão e o inglês, assim com o ‘tu’ (‘Ach, du’). A dispersão da identidade na linguagem segue os versos de divisão ou confusão entre nações e línguas. De fato a linguagem nessa parte do poema se movimenta em duas direções ao mesmo tempo. Ela aparece na forma de tradução, e como uma série de repetições e sobreposições – ‘ich’, ‘Ach’, ‘Achoo’ – a qual dissolve o pronome de volta aos padrões de som infantil” (ROSE, 2014, p. 43).

Também no poema “Lady Lazarus” de Plath, o movimento da identificação, da fúria e do desejo é muito mais elíptico:

Lady Lazarus  
 I have done it again.  
 One year in every ten  
 I manage it--  
 A sort of walking miracle, my skin  
 Bright as a Nazi lampshade,  
 My right foot  
 A paperweight,  
 My face a featureless, fine  
 Jew linen.  
 Peel off the napkin  
 O my enemy.  
 Do I terrify?--

Lázaro, um discípulo ressuscitado por Jesus, é reconfigurado como uma mulher, *Lady Lazarus*, que comanda suas próprias mortes e ressurreições. O tempo do poema é aquele em que Lady Lazarus acaba de despertar de sua terceira morte e ainda está se recompondo. Brilha como “a Nazi lampshade” e tem um rosto inexpressivo como “Jew linen”: sendo uma figura fantástica, pode ser apagada e reacendida como um abajur macabro, similar aos manufaturados pelos nazistas com pele humana. Lady Lazarus é a fusão do agressor e da vítima: mistura a língua inglesa com registros de alemão e latim, aterroriza um “inimigo” que não é nomeado.

The nose, the eye pits, the full set of teeth?  
 The sour breath  
 Will vanish in a day.  
 Soon, soon the flesh  
 The grave cave ate will be  
 At home on me  
 And I a smiling woman.  
 I am only thirty.  
 And like the cat I have nine times to die.  
 This is Number Three.  
 What a trash  
 To annihilate each decade.

A exibição de seu corpo à multidão admiradora-inimiga tem um ar de *striptease*: sarcasticamente, Lady Lazarus tranquiliza o interlocutor sobre o mau hálito, que será passageiro. Ela é uma figura ambígua, duplamente divina e mundana, e por



isso não está comprometida com nenhum dos dois mundos: a carne que estava abrigada no túmulo estará “em casa” no ato de ressuscitar. E a mulher se torna sorridente. Ao fazê-lo, anuncia que irá morrer mais vezes.

What a million filaments.  
 The peanut-crunching crowd  
 Shoves in to see  
  
 Them unwrap me hand and foot—  
 The big strip tease.  
 Gentlemen, ladies  
  
 These are my hands  
 My knees.  
 I may be skin and bone,  
  
 Nevertheless, I am the same, identical woman.  
 The first time it happened I was ten.  
 It was an accident.  
  
 The second time I meant  
 To last it out and not come back at all.  
 I rocked shut  
  
 As a seashell.  
 They had to call and call  
 And pick the worms off me like sticky pearls.

Lady Lazarus prossegue com a exibição: a multidão que come amendoim, composta por homens e mulheres, é muito similar à do circo. Novamente, ela se torna uma estraga-prazeres ao falar de suas mortes em tom dramático:

Dying  
 Is an art, like everything else.  
 I do it exceptionally well.  
  
 I do it so it feels like hell.  
 I do it so it feels real.  
 I guess you could say I’ve a call.  
  
 It’s easy enough to do it in a cell.  
 It’s easy enough to do it and stay put.  
 It’s the theatrical  
  
 Comeback in broad day  
 To the same place, the same face, the same brute  
 Amused shout:  
  
 ‘A miracle!’  
 That knocks me out.  
 There is a charge

For the eyeing of my scars, there is a charge  
 For the hearing of my heart--  
 It really goes.

And there is a charge, a very large charge  
 For a word or a touch  
 Or a bit of blood

Or a piece of my hair or my clothes.  
 So, so, Herr Doktor.  
 So, Herr Enemy.

I am your opus,  
 I am your valuable,  
 The pure gold baby

That melts to a shriek.  
 I turn and burn.  
 Do not think I underestimate your great concern.

Ash, ash--  
 You poke and stir.  
 Flesh, bone, there is nothing there--

A cake of soap,  
 A wedding ring,  
 A gold filling.

Herr God, Herr Lucifer  
 Beware  
 Beware.

Out of the ash  
 I rise with my red hair  
 And I eat men like air

Lady Lazarus tem o dom de morrer efetivamente (“And like the cat I have nine times to die”) e também de performatizar uma morte (“I do it so it feels real”/ “It’s the theatretical”), de tratar a morte como “arte”, nos dois sentidos da palavra: a morte é espetacular e técnica, o que desestabiliza uma interpretação do poema que se atenha estritamente à fantasia ou ao realismo. “It’s easy enough to do it in a cell”: a referência anterior à multidão que come amendoim remete a uma jaula de circo, mas a recorrência do pronome de tratamento *Herr* praticamente eclipsa outras possibilidades, remetendo fortemente aos campos de concentração. “I am your valuable”, afirma; o executor não tem poder sem vítima, e a vítima, destruída, se torna uma peça mínima no mercado dos valores: a gordura dos restos mortais, incinerados, é usada pelos nazistas para fazer sabão e, com os objetos de pouco valor (obturações e alianças), não escapam ao inventário alucinado dos executores. Ela é duplamente vítima e agressora, pois seu anseio de

violência é quase estritamente autodestrutivo, apenas no fim ela revela sua capacidade de “comer homens como ar”.

O final é cuidadosamente preparado: Lady Lazarus ironiza seu interlocutor, zomba da multidão gulosa e guarda para a conclusão sua habilidade assassina e seu anseio de vingança, muito embora ela dependa da multidão (Plath leva a interlocução com o leitor hipócrita a novos níveis). Lady Lazarus, embora afirme “Nevertheless, I am the same, identical woman”, não é a mesma após cada despertar. Há algo que se “aniquila”, há sempre um “custo”. “Custo” que, no momento em que é revelado como um investimento emocional, que poderia pender para uma interpretação confessional, é imediatamente revisto sarcasticamente por Lady Lazarus como o “custo” das relíquias negociadas (“Or a piece of my hair and clothes”) que a multidão paga para ver e consumir, como também o “custo” da matéria decomposta (“sangue”, “cabelos”). Essa ambivalência constante, presente já em poemas anteriores como “Stillborn” e “The Rival”, separa Plath de Lowell e Sexton. É a ambivalência da qual Sylvia Plath está consciente quando apresenta “Daddy”, um de seus poemas mais aterradores, a Alvarez como “*light verse*”.

Com isso, não se trata de distanciar Plath da dicção confessional a fim de valorizá-la por uma ingênita “originalidade”, o que implicaria em desvalorizar Sexton e Lowell por sua suposta “espontaneidade”, ignorando como o confessionalismo opera no nível discursivo. Isso desviaria nossa desconfiança de Plath, mas reforçaria uma suspeita em relação aos poetas declaradamente confessionais e não soluciona qualquer questão. Retornando ao problema geracional, acredito que seja mais pertinente lê-la como herdeira de Auden e Eliot (tal como Ted Hughes foi lido): o legado de ambos aparece nas referências eruditas rearranjadas de forma particular, na adoção da forma do “poema longo”, no esforço de formular o horror das guerras e das atrocidades contemporâneas. De toda forma, parece importante voltar ao comentário de Rose para ressaltar que entender Plath como poeta confessional é somente *uma* forma de representar a autora e não a forma privilegiada de “conhecê-la” e de chegar ao cerne de suas inquietações. Por outro lado, lê-la como uma poeta não integrante do confessionalismo exigirá outras representações, ainda pouco delineadas.

## Referências

AUDEN, W. H. *Poemas*. Tradução e introdução: José Paulo Paes e João Moura Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BRENNAN, Claire. *The poetry of Sylvia Plath*. New York: Columbia University Press, 1999.

CARVALHO, Ana Cecília. *A poética do suicídio em Sylvia Plath*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HUGHES, Ted. *The Journals of Sylvia Plath*. New York: Anchor Books, 1998.

LOWELL, Robert. *Selected Poems*. New York: Farrar, Strauss and Giroux, 2000.

MALCOLM, Janet. *A mulher calada – Sylvia Plath, Ted Hughes e os limites da biografia*. Tradução: Sergio Flaskman. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

OLIVEIRA, Renato Marques de. *Anne Sexton e a poesia confessional: antologia e tradução comentada*. Dissertação de mestrado. Campinas, SP : [s.n.], 2004, p. 11. Disponível em: [acervus.unicamp.br](http://acervus.unicamp.br).

PLATH, Sylvia. *Collected Poems*. Edited by Ted Hughes. London: Faber and Faber, 1989.

\_\_\_\_\_. *Ariel*: edição restaurada e bilíngue, com os manuscritos originais. Tradução: Rodrigo Garcia Lopes e Maria Cristina Lenz de Macedo. Campinas: Verus, 2007.

ROSE, Jacqueline. *The Haunting of Sylvia Plath*. London: Virago, 2014. SEXTON, Anne. *The Complete Poems*. Wilmington: Mariner Books, 2009. STEVENSON, Anne. *Amarga Fama: uma biografia de Sylvia Plath*.

VENDLER, Helen. *Last look, last books – Stevens, Plath, Lowell, Bishop, Merrill*. Princeton: Princeton University Press, 2010.

WAGNER-MARTIN, Linda. *Sylvia Plath – the critical heritage*. London and New York: Routledge, 2000.

**Apêndice: uma tradução de “Lady Lazarus”**

Lady Lázaró

Eu fiz outra vez.  
Um ano em cada dez  
Eu consigo —

Um tipo de milagre ambulante, minha pele  
Clara como um abajur nazista,  
Meu pé direito

Um peso de papel,  
Meu rosto um inexpressivo, fino  
Linho judeu.

Dispa o pano  
Oh meu inimigo.  
Eu te apavoro? —

O nariz, o fosso dos olhos, a arcada dentária?  
O hálito amargo  
Passará em um dia.

Logo, logo a carne  
Que a gruta da tumba comeu viverá  
Em mim como em um lar

E eu sou uma mulher sorridente.  
Só tenho trinta anos.  
E como o gato posso morrer nove vezes.

Essa é a Número Três.  
Que lixo  
Aniquilar cada década.

Quantos milhões de filamentos.  
A multidão mastiga amendoim  
E se acotovela para ver

Eles me desembrulhando pé e mão —  
O grande strip tease.  
Senhores, senhoras

Estas são minhas mãos  
Meus joelhos.  
Eu posso estar pele e osso,

Não obstante, sou a mesma, idêntica mulher.  
A primeira vez que aconteceu foi aos dez.  
Foi um acidente.

Na segunda vez eu quis  
Suportar e não voltar jamais.  
Eu balancei calada

Como uma concha.  
Eles tiveram que me chamar e chamar  
E tirar os vermes de mim como pérolas grudentas.

Morrer  
É uma arte, como outra qualquer.  
Eu a faço incrivelmente bem.

Eu a faço como se fosse infernal.  
Eu a faço como se fosse real.  
Acho que você pode dizer que tenho talento.

É bastante fácil fazer em uma cela.  
É bastante fácil fazer e ficar quieta.  
É teatral

Retornar em pleno dia  
Ao mesmo posto, ao mesmo rosto, ao mesmo bruto  
Grito espantado:

‘Um milagre!’  
Que me aniquila.  
Há um custo

Para examinar minhas cicatrizes, há um custo  
Para ouvir meu coração —  
Ele realmente continua.

E há um custo, um custo muito alto  
Por uma palavra ou um toque  
Ou um pouco de sangue

Ou um pouco dos meus cabelos e roupas.  
Então, então Herr Doktor  
Então, Herr Enemy.

Eu sou seu opus,  
Eu sou seu valor,  
Bebê de puro ouro

Que derrete em um grito.  
Eu me viro e incendeio.  
Eu jamais subestimo seu grande anseio.

Cinza, cinza —  
Você atiça e agita  
Carne, osso, não há nada lá —

Uma barra de sabão,  
Um anel de noivado,  
Um dente dourado.

Herr God, Herr Lucifer.  
Vou avisar  
Vou avisar.

Das cinzas  
Me ergo com meu cabelo ruivo  
E engulo homens como ar.